



PROFHISTÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

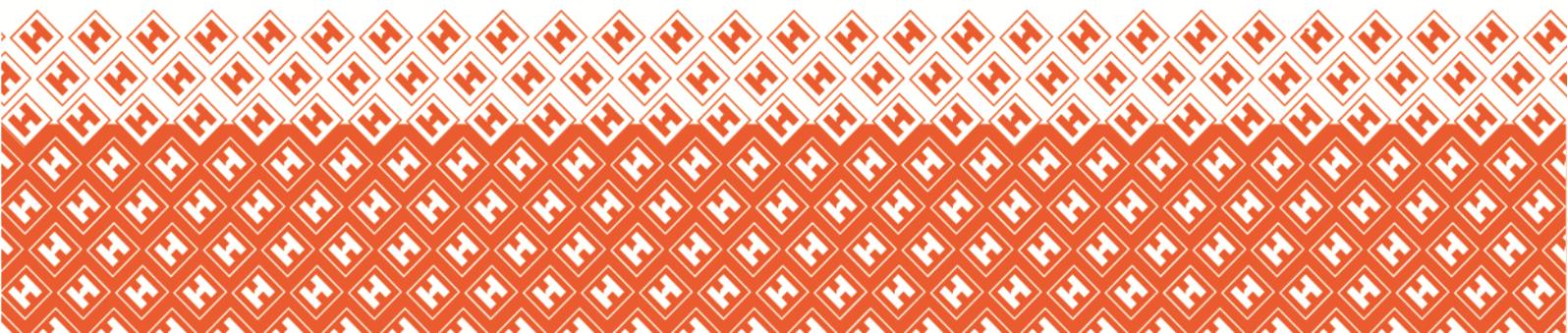
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

GREICY KELLY SILVA VELOSO

Do Brasil Colônia à BNCC: Diálogos Entre O Ensino de História e o Ensino Religioso em Perspectiva Histórica e Curricular

Recife,PE

2024



Greicy Kelly Silva Veloso

**Do Brasil Colônia à BNCC: Diálogos Entre O Ensino de História e o
Ensino Religioso em Perspectiva Histórica e Curricular**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Ensino de História – PROFHISTÓRIA-, da Universidade Federal de Pernambuco - PE, como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Ensino de História.**

Orientador: Prof. Dr. Paulo Julião da Silva

Recife, PE

2024

Catálogo de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Veloso, Greicy Kelly Silva.

Do Brasil Colônia à BNCC: diálogos entre o ensino de história e o ensino religioso em perspectiva histórica e curricular / Greicy Kelly Silva Veloso. - Recife, 2024.
197f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Pós-Graduação Profissional em Ensino de História, 2024.

Orientação: Paulo Julião da Silva.
Inclui referências.

1. Ensino de história; 2. Ensino religioso; 3. Currículo; 4. BNCC; 5. LDB; 6. PCN. I. Silva, Paulo Julião da. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os professores, incansáveis semeadores do saber, que diariamente enfrentam os desafios da sala de aula com coragem e dedicação. Em especial, aos professores de História, que, mesmo diante da falta de formação adequada e da complexidade de abordar temas tão sensíveis quanto as religiões, não desistem de ensinar.

Vocês, que com criatividade e sensibilidade, ajudam a construir um ensino comprometido com o respeito à diversidade e com a promoção do conhecimento, são a inspiração deste trabalho. Que ele seja um gesto de gratidão e uma pequena contribuição para fortalecer nossa prática pedagógica e a formação de cidadãos críticos e conscientes.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, pela força que me sustentou nos momentos de dúvida e pela luz que me guiou ao longo desta jornada.

À minha filha Emília que é minha maior inspiração e o mais puro motivo de orgulho e amor. Sua presença ilumina meus dias e dá sentido às minhas lutas. Obrigado por compreender os momentos em que precisei me ausentar, pelas vezes em que troquei brincadeiras por livros e por me lembrar, com seu sorriso e sua alegria, do que realmente importa na vida.

Cada palavra deste trabalho carrega um pouco do amor que sinto por você minha filha e a vontade de construir um futuro melhor, no qual você possa crescer com acesso ao conhecimento e ao respeito às diferenças. Tudo o que faço é, e sempre será, pensando em você.

À minha mãe Geane meu porto seguro, pelo seu amor incondicional, por suas orações, por cada gesto de carinho e por nunca me deixar esquecer a importância da determinação e da humildade. Sua sabedoria e dedicação foram minha maior motivação para seguir em frente, mesmo nos momentos mais difíceis. Este trabalho é, em muitos sentidos, reflexo de tudo o que você me ensinou. Sou eternamente grata por todo o seu amor.

À minha irmã Deisy, que estava ao meu lado quando eu recebi a notícia da aprovação no PROFHISTÓRIA, obrigada por estar ao meu lado em todas as etapas desta jornada, torcendo por mim com o mesmo entusiasmo de quem acredita que tudo é possível. Cada conquista minha também é sua, porque você, com seu amor e generosidade, me mostrou que nunca estou sozinha. Sou imensamente grata por ter você como irmã e como inspiração diária.

Aos três amigos especiais que estiveram ao meu lado em cada passo desta jornada: Ulisses, Rayra e Morgana a minha mais sincera gratidão, pois sem vocês, este sonho jamais teria se tornado realidade. Obrigada por cada conversa, por cada palavra de incentivo e por estarem presentes nos momentos em que mais precisei. A amizade de vocês é um presente inestimável, e este trabalho também é fruto do apoio e da confiança que sempre depositaram em mim. Levo vocês comigo, não apenas neste projeto, mas em todos os capítulos da minha vida.

Agradeço, de forma especial, ao meu orientador Prof. Dr. Paulo Julião da Silva cuja paciência, muita paciência, sabedoria e dedicação foram fundamentais para a realização deste trabalho. Obrigada por cada orientação precisa, por acreditar no meu potencial e por me guiar com generosidade e profissionalismo ao longo desta jornada. Seu apoio foi essencial para transformar ideias em conhecimento e desafios em aprendizados. Sou imensamente grata pela confiança e pelo exemplo que levarei para toda a minha trajetória acadêmica e profissional.

Agradeço aos professores que aceitaram participar da minha banca de avaliação o Prof. Dr. Arnaldo Slachta e o Prof. Dr. Dirceu Marroquim, pela atenção, pelas valiosas contribuições e pela dedicação em avaliar este trabalho com tanto cuidado e comprometimento. Suas sugestões e críticas construtivas enriqueceram minha pesquisa e me ajudaram a aprimorar ainda mais este projeto. Sou grata pela generosidade em compartilhar seu conhecimento e por contribuírem de forma tão significativa para o meu crescimento acadêmico

Agradeço, com todo o coração, aos amigos de trabalho da Polícia Militar de Pernambuco, que sempre me incentivaram e acreditaram no meu potencial, em especial aos colegas professores do Colégio da Polícia Militar de Pernambuco, cuja dedicação, apoio e troca de experiências foram uma inspiração constante.

Aos amigos que ganhei na turma do mestrado, que tornaram esta jornada mais rica e leve com seu apoio e companheirismo, saibam que foram vocês que tornaram os dias mais difíceis mais suportáveis e os momentos de conquista ainda mais especiais. Eu jamais esquecerei os jantares cheios de risadas no RU ou na Rainha da Várzea, as conversas nos congressos enquanto tentávamos acalmar a ansiedade antes das apresentações, e, claro, os desabafos sobre a difícil arte de equilibrar o mestrado com a rotina de professor. Obrigada por me lembrarem que essa caminhada não era solitária e que sonhos grandes se tornam mais leves quando compartilhados com pessoas tão especiais

E aos meus alunos, a quem dedico cada esforço e cada página escrita. Vocês são minha maior inspiração, meu propósito e a certeza de que vale a pena acreditar em um mundo mais justo e diverso. Obrigada por me lembrarem, todos os dias, o porquê de eu ter escolhido ser professora.

ΕΠΙΓΡΑΦΕ

Veritas Lux Mea

RESUMO

Este trabalho intitulado: “Do Brasil Colônia à BNCC: Diálogos Entre O Ensino de História e o Ensino Religioso em Perspectiva Histórica e Curricular” está vinculado à linha de pesquisa de Saberes Históricos no Espaço Escolar , no núcleo da Universidade Federal de Pernambuco - PE, do Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA. Este trabalho aborda a trajetória histórica e legal do Ensino Religioso e do Ensino de História no Brasil, analisando suas transformações desde o período colonial até os dias atuais. Na primeira parte, são discutidas as mudanças nas práticas educacionais ao longo de diferentes períodos históricos, como o Brasil Colônia, o Império, a Primeira República, a Era Vargas, a Ditadura Militar e o período pós-redemocratização, destacando as relações entre as disciplinas de Ensino Religioso e História. A segunda parte explora o embasamento jurídico e curricular dessas áreas, com ênfase na Constituição de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), além de uma análise específica do currículo pernambucano. Por fim, apresenta-se um produto pedagógico prático: um manual para professores de História do Ensino Fundamental II que aborda diversas tradições religiosas, como Cristianismo, Islamismo, Judaísmo, Hinduísmo, Budismo, Umbanda, Candomblé, Espiritismo e religiões indígenas brasileiras. O manual também sugere temas transversais para discussão, promovendo um ensino plural e crítico. As considerações finais destacam a importância de integrar as disciplinas de forma reflexiva, respeitando a diversidade cultural e religiosa do país.

Palavras-chave: Ensino de História; Ensino Religioso; Currículo; BNCC; LDB; PCN.

ABSTRACT

The study titled *"From Colonial Brazil to the BNCC: Dialogues Between History Teaching and Religious Education in a Historical and Curricular Perspective"* is linked to the research line *Historical Knowledge in the School Space* within the Master's Program in History Teaching (PROFHISTÓRIA) at the Federal University of Pernambuco, Brazil. This work examines the historical and legal trajectory of Religious Education and History teaching in Brazil, analyzing their transformations from the colonial period to the present day. The first section discusses changes in educational practices across key historical periods, such as Colonial Brazil, the Empire, the First Republic, the Vargas Era, the Military Dictatorship, and the post-democratization period, highlighting the interconnections between Religious Education and History disciplines. The second section explores the legal and curricular framework of these areas, focusing on the 1988 Constitution, the Law of Guidelines and Bases (LDB), the National Curriculum Parameters (PCN), and the National Common Curricular Base (BNCC), along with a detailed analysis of Pernambuco's curriculum. Finally, the study presents a practical pedagogical product: a manual for middle school History teachers that addresses various religious traditions, including Christianity, Islam, Judaism, Hinduism, Buddhism, Umbanda, Candomblé, Spiritism, and Indigenous Brazilian religions. The manual also proposes cross-disciplinary themes for group discussions, fostering pluralistic and critical teaching approaches. The concluding remarks emphasize the significance of integrating these disciplines in a reflective manner, respecting Brazil's cultural and religious diversity.

Keywords: History Teaching; Religious Education; Curriculum; BNCC; LDB; PCN

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CF – Constituição Federal

EMC - Educação Moral e Cívica

ER - Ensino Religioso

FONAPER - Fórum Nacional Permanente de Ensino Religioso

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

PCNER - Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Religioso nas Escolas Públicas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 A TRAJETÓRIA DO ENSINO RELIGIOSO E DO ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL.....	18
1.1 O Ensino no Brasil Colônia	18
1.0 Ensino Religioso e a Disciplina de História No Brasil Império	26
1.1 Ensino de História e Ensino Religioso na Primeira República.....	34
1.2 Ensino Religioso e de História na Era Vargas.....	40
1.3 Educação Moral e Cívica e o Ensino de História no Período da Ditadura no Brasil 43	
1.4 Ensino de História e Religioso Pós Redemocratização.....	49
2 ENSINO RELIGIOSO, ENSINO DE HISTÓRIA E A LEI: EXPLORANDO A CONSTITUIÇÃO, A LDB, OS PCN E A BNCC.....	53
2.1 Constituição Federal 1988	53
2.2 LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (LDB)	57
2.3 Parâmetros Curriculares Nacionais Para O Ensino Religioso Nas Escolas Públicas	69
2.4 Base Nacional Comum Curricular (BNCC).....	76
2.4.1 Competências Específicas De Ensino Religioso Para O Ensino Fundamental:.....	79
2.4.2 Ensino de História no Currículo de Pernambuco.....	83
2.4.3 Competências Específicas De História Para O Ensino Fundamental:....	85
2.5 Ensino de História e Ensino Religioso no Currículo de Pernambuco	87
3 PRODUTO PEDAGÓGICO	95
3.1 Manual de Ensino Religioso para Professores de História – Fundamental II	95
3.1.1 Cristianismo.....	97
3.1.2 Islamismo	101
3.1.3 Judaísmo.....	104
3.1.4 Hinduísmo	107
3.1.5 Budismo	111
3.1.6 Umbanda.....	114
3.1.7 Candomblé.....	118
3.1.8 Espiritismo.....	122
3.1.9 Religiões Indígenas Brasileiras.....	125
3.2 Sugestões de Temas Transversais para Discussão em Grupo:.....	128
4 Considerações Finais	131
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	135

INTRODUÇÃO

Um dia pela manhã indo trabalhar, ouvi numa rádio evangélica uma mulher que é esposa de um pastor bastante conhecido no Estado de Pernambuco, dizer as seguintes palavras: “ VOCÊ TEM QUE OBRIGAR SEU FILHO SIM A IR PRA IGREJA, ESSE É O PROPÓSITO DE DEUS PRA SUA FAMÍLIA, OBRIGUE ENQUANTO VOCÊ AINDA PODE...”

Essa afirmação, embora feita talvez com a melhor das intenções, me fez questionar sobre a importância da liberdade de escolha na formação religiosa. Acredito que a fé deve ser cultivada de forma natural, através do exemplo e do diálogo, e não imposta. Ao invés de obrigar, devemos criar um ambiente onde os indivíduos se sintam à vontade para explorar suas próprias espiritualidades, respeitando suas dúvidas e questionamentos.

Fui criada em um ambiente cristão, mais especificamente na Igreja Evangélica Assembleia de Deus, onde, por muitos anos, a frequência à igreja e a participação nas atividades religiosas eram impostas pela minha família. Não havia muita margem para questionamentos ou escolhas pessoais sobre a prática religiosa. Essa imposição moldou minha experiência religiosa desde a infância, criando um contexto em que, embora a fé fosse ensinada de forma constante, a liberdade para explorar outras perspectivas e questionar a própria crença era limitada.

Entendo que ao explorar as diversas manifestações religiosas ao longo do tempo e nas mais variadas culturas, somos desafiados a desenvolver um pensamento crítico que nos permite reconhecer e respeitar a diversidade de crenças e experiências humanas.

Essa liberdade de escolha e reflexão é, para mim, muito importante não só no âmbito religioso, mas também na construção de uma sociedade mais justa e tolerante. A capacidade de questionar e compreender as diferentes perspectivas religiosas nos ajuda a desenvolver um senso de empatia e respeito, aspectos indispensáveis para o exercício pleno da cidadania. E, para que possamos exercer esse direito com consciência e responsabilidade, é

necessário que tenhamos acesso a uma educação que nos permita, de fato, compreender a pluralidade de crenças e valores presentes no mundo ao nosso redor.

O Ensino Brasileiro, faz parte de um processo histórico influenciado pela Igreja Católica, que se desenrolou ao longo da República no Brasil. No entanto, para compreender seu impacto no contexto educacional brasileiro, é fundamental analisar a presença da dimensão religiosa no país desde a colonização. Durante esse período, o projeto de ocupação territorial e a dominação dos povos nativos estavam intrinsecamente ligados a uma agenda político-econômica que utilizava a educação religiosa como um instrumento de homogeneização cultural, com ênfase na imposição das crenças cristãs. Assim, o ensino que era voltado especialmente para a difusão do cristianismo, teve um papel fundamental na formação da identidade nacional.

O ensino da Religião é um elemento do projeto político que foi introduzido com a chegada dos portugueses e foi adotado como parte da proposta educacional jesuítica durante o período colonial brasileiro. Em 1827, documentos adicionais do Império destacavam que o ensino da doutrina religiosa era um dos objetivos da escola, ao lado do ensino da leitura, escrita e operações matemáticas básicas. Em 1931, o Ensino Religioso (ER) foi reintegrado ao currículo das escolas públicas e permaneceu em discussão ao longo do século XXI. No entanto, a questão religiosa, que permeia a sociedade e influencia a inclusão e exclusão de indivíduos, é um tema que pode auxiliar na compreensão da história e da cultura do Brasil.

Com a transição para a República, o sistema educacional brasileiro passou a refletir a diversidade crescente da população, incluindo a multiplicidade de tradições religiosas. Nesse contexto, o ensino da história das religiões começou a ser entendido como uma ferramenta essencial para o desenvolvimento de uma educação mais plural e inclusiva. A partir do reconhecimento da pluralidade religiosa presente no Brasil, o regime republicano estabeleceu a necessidade de abordar o ensino das religiões de maneira mais ampla e respeitosa, não apenas em relação ao cristianismo, mas também com atenção às tradições religiosas indígenas, africanas, muçulmanas, judaicas, entre outras.

Com a implementação do regime republicano a partir de 1890, a

dinâmica educacional religiosa no Brasil passou a ser reconfigurada. O cenário político da época foi fortemente influenciado pelas ideias positivistas, que impactaram diversas áreas da vida social, incluindo a educação. A proclamação da República e a subsequente consolidação de um Estado laico representaram um marco importante nesse processo.

Com acordos entre a Igreja Católica e o Poder Executivo brasileiro, assim como da Reforma Francisco Campos, instaura-se o decreto conhecido como Independência da República, de 30 de abril de 1931, o qual menciona que o ensino da religião “é admitido como facultativo de acordo com a confissão do aluno e dos interesses da família, sendo que a organização dos programas e as escolhas dos livros ficam a cargo dos ministros dos respectivos cultos” (Oliveira, et al., 2007, p. 51-52).

Analogamente, no artigo 153, da Constituição de 1934, afirma-se que o Ensino Religioso:

Art. 153. O ensino religioso será de frequência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno, manifestada pelos pais ou responsáveis, e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais. (Brasil, 1934)

Posteriormente, o artigo 133, da Constituição de 1937, assume a seguinte concepção:

Art. 133 - O ensino religioso poderá ser contemplado como matéria do curso ordinário das escolas primárias, normais e secundárias. Não poderá, porém, constituir objeto de obrigação dos mestres ou professores, nem de frequência compulsória por parte dos alunos. (Brasil, 1937)

Este trabalho tem como objetivo explorar a evolução do Ensino Religioso no Brasil, desde o período colonial até a redemocratização, analisando suas transformações legais, curriculares e pedagógicas, com um olhar específico para as escolas públicas de Pernambuco. A dissertação também investiga o ensino de História, e como ele é abordado nas diretrizes curriculares, como a BNCC, a LDB e o currículo estadual, e os desafios enfrentados pelos professores de História na prática educativa.

O primeiro capítulo, **A Trajetória do Ensino Religioso no Brasil**,

oferece uma análise histórica do ensino religioso no país, dividida em subcapítulos que abordam os diferentes períodos: desde a colonização, passando pelo Império, a Primeira República, o Estado Novo de Vargas, a Ditadura Militar e, finalmente, o período pós-redemocratização. A intenção é contextualizar as mudanças políticas e sociais que moldaram o Ensino Religioso no Brasil, traçando um panorama da evolução dessa disciplina ao longo dos séculos.

O segundo capítulo, **Ensino Religioso e a Lei**, trata da base legal que estrutura o ensino religioso nas escolas brasileiras. Aqui, serão analisadas as implicações da Constituição Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e, mais recentemente, da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Além disso, o subcapítulo 2.4.2 questiona a abordagem específica do ensino religioso no currículo de Pernambuco, oferecendo uma análise crítica do documento estadual.

No terceiro capítulo, "**Produto Pedagógico**", é apresentada uma proposta prática para os professores de História do Ensino Fundamental II. Com base nas reflexões anteriores, foi elaborado um **Manual de Ensino Religioso para Professores de História**, no qual são discutidas as principais religiões abordadas no currículo escolar, incluindo o Cristianismo, o Islamismo, o Judaísmo, o Hinduísmo, o Budismo, a Umbanda, o Candomblé, o Espiritismo e as Religiões Indígenas Brasileiras. O manual tem por objetivo proporcionar aos docentes ferramentas pedagógicas para ensinar a História das Religiões de forma plural e respeitosa, promovendo a inclusão e a compreensão da diversidade religiosa. Além disso, são sugeridas atividades e **Temas Transversais** que estimulam o debate sobre a pluralidade religiosa, incentivando a reflexão crítica e a troca de experiências entre os alunos.

Esta dissertação, portanto, busca não apenas compreender a trajetória histórica e legal do Ensino Religioso no Brasil, mas também propor soluções práticas para a implementação de um ensino plural e respeitoso nas escolas públicas de Pernambuco, alinhado com as diretrizes curriculares nacionais e estaduais.

A relevância do tema se justifica pela constante negociação entre o laicismo e a presença do ensino religioso no currículo escolar, uma questão

histórica que se reflete até os dias atuais. Para embasar essa análise, foram selecionadas diversas fontes que abordam diferentes aspectos dessa temática.

Entre as referências escolhidas, Roque Zimmermann (1998) destaca-se por seu trabalho sobre as grandes mudanças no Ensino Religioso, com uma ênfase na transição da década de 1990, quando ocorreram profundas modificações nas diretrizes curriculares. O autor oferece uma visão crítica sobre as transformações no contexto educacional, que são fundamentais para entender o processo histórico de institucionalização do Ensino Religioso. Dermeval Saviani (2004), por sua vez, contribui com suas reflexões sobre a política educacional e a relação entre a educação e a sociedade. A escolha de Saviani se justifica pela sua análise sobre as implicações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) no desenvolvimento da educação no Brasil e seus impactos no Ensino Religioso.

A pesquisa de Sérgio Rogério Azevedo Junqueira (2002) é crucial, pois trata do processo de escolarização do Ensino Religioso no Brasil, detalhando o surgimento e a evolução dessa disciplina nas escolas públicas, um aspecto essencial para compreender a inserção da religião no currículo oficial. O Fórum Nacional Permanente de Ensino Religioso (1997) oferece uma base sólida, com os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Religioso, que foram determinantes para a organização pedagógica da disciplina. A obra de Anísia de Paulo Figueiredo (1999), ao explorar as implicações legais e políticas da legalização do Ensino Religioso nas escolas públicas, também proporciona uma compreensão das tensões entre as normativas educacionais e os interesses religiosos.

Complementando essa base teórica, a dissertação conta com as contribuições de outros estudiosos, como Viviane Cristina Cândido (2004), que analisa as fontes epistemológicas do Ensino Religioso, e os estudos de Lucília de Almeida Neves Figueiredo (1999), que discutem a relevância da disciplina no contexto da educação pública brasileira. Essas obras foram escolhidas por sua relevância acadêmica e pela contribuição que oferecem ao entendimento das questões educacionais, políticas e religiosas que envolvem o Ensino Religioso no Brasil. Ao longo do trabalho, será possível perceber como essas diferentes perspectivas convergem para uma análise crítica da inserção do Ensino Religioso nas escolas, em sintonia com os desafios do pluralismo

religioso e a busca por uma educação mais inclusiva e democrática.

1 A TRAJETÓRIA DO ENSINO RELIGIOSO E DO ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL

1.1 O Ensino no Brasil Colônia

Antes da chegada dos portugueses e espanhóis à região que hoje chamamos de América do Sul, já existiam práticas educacionais entre as populações nativas. No caso do território essas populações incluíam os guaranis, tupis, ticunas, caingangues, entre muitos outros grupos e subgrupos. Esses sistemas educacionais estavam intrinsecamente ligados aos valores e tradições de suas respectivas culturas. A transmissão de conhecimento era realizada principalmente por meio da tradição oral, não havendo um sistema de escrita como aquele desenvolvido pelos europeus.

Como explica a historiadora Ana Paula da Silva (2019), especialista em memória social indígena:

para os guaranis do Rio de Janeiro, o que denominamos de conhecimento tradicional pode ser traduzido como Mbya arandu. Mbya é a autodeterminação, e arando, seus saberes e práticas. Ou seja, trata-se de todo o conhecimento guardado na mente – ijeyvateve kuery arando (literalmente, nossa sabedoria). Nesse contexto, Mbya arandu pode ser entendido como patrimônio intangível/imaterial, e sua dimensão material aproxima-se da categoria nhembojera (abrir-se em flor), tendo em vista que esses saberes se concretizam, se transformam, por exemplo, em cada ato de plantar uma semente de avati (milho), batizada para uma colheita farta com as técnicas necessárias de plantio, incluindo as rezas/os cantos proferidos na abertura da covinha. De igual modo, podemos utilizar o conceito de nhembojera em cada gesto de entrelaçar a taquara na confecção de cestos. A farta colheita, bem-sucedida, e a feitura de um belo ajaka (cesto) são a materialização daquilo que está na cabeça, a transformação do intangível no material, é nhembojera. [...] Aprender junto e sem palavras são parte da dinâmica de conhecer algo para diferentes povos indígenas. O lúdico entre as kyringue (crianças) guarani está nas nheovanga (brincadeiras); elas aprendem onhevãgaa rupi onhembo'e – literalmente, “brincando, praticando e aprendendo”. Sandra Benites, professora guarani, explica que não se trata de “simples brincadeiras”, pois elas têm “função de ensinar, de ser feliz”. São momentos de alegria para as crianças, de compartilhar, de brincar, de conhecer/escutar, de respeitar o outro. A criança guarani aprende acompanhando e observando os mais velhos – jovens ou adultos – na roça, nas atividades de caça e de pesca, durante a confecção dos artefatos de arte, no dia a dia em seu tekoa (aqui traduzido como aldeia). (Silva, 2019, 380-382)

Liderada por Manoel de Nóbrega, a Companhia de Jesus uma ordem religiosa sob o comando da Igreja Católica chegou ao solo brasileiro em 1549 com a missão de evangelizar e instruir. Os jesuítas, com o apoio incondicional da Coroa portuguesa, desempenharam um papel dominante no campo educacional em terras nativas durante um período em que a Igreja buscava fortalecer-se.

À medida que esses povos nativos foram submetidos ao processo de colonização forçada pelos ibéricos, o modelo educacional e comunicativo europeu foi gradualmente estabelecido na América colonial, principalmente por meio das Missões Jesuíticas. Isso ocorreu porque, em contraste com o sistema educacional indígena, o sistema europeu durante o período colonial era caracterizado pela institucionalização da educação, que era conduzida de forma isolada da sociedade em geral. Como explicado pelo historiador Philippe Ariès (1986), a institucionalização da educação escolar teve início no século XVI e foi amplamente disseminada no mundo europeu e colonial no século XVII. Nesse contexto, a criança deixou de ser educada por meio da convivência com os adultos no cotidiano social e passou a ser separada dos mesmos, sendo mantida em uma espécie de isolamento antes de ser reintegrada à sociedade. Esse período de isolamento era representado pela escola ou colégio, conforme descrito por Ariès (1986, p. 11). Essa separação, segundo o historiador francês, pode ser interpretada como parte de um movimento mais amplo de moralização promovido pelos reformadores católicos ou protestantes ligados à Igreja, às leis ou ao Estado (Ariès, 1986, p. 13). Portanto, é compreensível que esse período seja considerado o "início" da história da educação brasileira, quando vista a partir de uma perspectiva eurocêntrica e influenciada pela moral cristã, já que a história é narrada predominantemente através do sistema comunicativo e educacional europeu.

Conforme as palavras de Junqueira e Oliveira (1998), o Ensino Religioso do período entre os séculos XV a XIX:

[...] é efetivado como cristianização por delegação pontifícia, justificando o poder estabelecido. A educação foi implantada e ministrada sob os auspícios dos Jesuítas. O governo não intervém diretamente como primeiro interessado, nem propõe uma filosofia educacional, pois compete aos religiosos, controlados pelo governo, organizar e fazer funcionar o processo de escolaridade. A grande

característica desta fase é uma educação humanista, que se caracteriza por ser individualista, centrada nos valores propostos pelo Renascimento e favorecer a ideologia reinante, empregando métodos tradicionais. O ensino da Religião é questão de cumprimento dos acordos estabelecidos entre a Igreja Católica e o Monarca de Portugal. As leis, decretos e instruções em geral põem em primeiro plano a evangelização dos gentios. O caráter disciplinador de toda Catequese concorre para a transmissão de uma cultura que visa à adesão ao catolicismo. (Junqueira; Oliveira, 1998, p. 2)

No entanto, para entender essa institucionalização da educação do mundo europeu é necessário contextualizar o que se passava nesse período histórico. No período dos séculos XVI e XVII, a Europa passou por profundas transformações que afetaram tanto questões religiosas quanto políticas e filosóficas. Esse momento foi marcado por mudanças significativas na sociedade. Novas ideias, pensamentos e teorias sobre o mundo e o universo ganharam destaque.

No período em questão, emergiu o humanismo, uma corrente teórica e filosófica que desafiava os dogmas, preceitos e práticas da Igreja Católica. Além disso, a invenção da imprensa também desempenhou um papel crucial na disseminação dessas novas ideias e perspectivas sobre o funcionamento da sociedade. O humanismo renascentista buscava introduzir métodos críticos na leitura e interpretação de obras, bem como reconstruir textos originais para corrigir erros e omissões feitos pelos monges copistas medievais. A imprensa, criada por Johann Gutenberg no século XV, permitiu uma propagação mais intensa de livros, incluindo a Bíblia, que foi o primeiro livro completo publicado por meio dessa técnica. Essa revolução na escrita e na leitura contribuiu para uma transformação profunda na sociedade europeia, abrindo caminho para novas perspectivas e conhecimentos.

De acordo com Aranha (2006) a Igreja Católica enfrentava uma crise de credibilidade desde a Idade Média. E para entendermos melhor a crise na Igreja Católica, a maior tensão da Igreja deu-se no século XVI, com a Reforma Protestante. O Concílio de Trento, realizado de 13 de dezembro de 1545 a 4 de dezembro de 1563, foi o 19º concílio ecumênico da Igreja Católica. Convocado pelo Papa Paulo III, teve como objetivo assegurar a unidade da fé e a disciplina eclesiástica em resposta à Reforma Protestante e à divisão vivida na Europa. E foi no Concílio de Trento que se reafirmaram a supremacia papal e os princípios

da fé, além de estimular a criação de seminários, para formar padres. A Inquisição tornou-se mais atuante, sobretudo em Portugal e Espanha.

Então em virtude dos laços estabelecidos entre Igreja Católica e Coroa portuguesa, os jesuítas tiveram apoio político e principalmente logístico para chegar em solo brasileiro e desenvolver trabalho catequético e educacional. É importante lembrar que a religião católica era oficial em Portugal, o que facilitava o trabalho na colônia portuguesa.

Em análise sobre o tema, Ferreira Júnior (2010, p. 17) constata que:

No caso brasileiro, devido ao fato de que o reino de Portugal assumiu o catolicismo como religião oficial (Padroado), os padres da Companhia de Jesus exerceram um controle de 210 anos (1549-1759) na educação colonial. Assim, a história da educação brasileira (e do ensino religioso no país) não pode, desde sua origem, ser desassociada da educação europeia. Ela é fruto, diretamente, das ações econômicas desencadeadas pela burguesia mercantil, das grandes navegações e, como já foi dito, das reformas religiosas. (Ferreira Junior, 2010, p. 17)

Esses mais de dois séculos de trabalho foram essenciais para que os padres jesuítas implementassem uma exitosa experiência educacional no país, construindo diversas missões e conseguindo a aproximação com os índios.

A Companhia de Jesus desempenhou um papel importante na institucionalização do ensino da História. Ao fundar seus colégios no século XVI, a ordem religiosa introduziu a disciplina de História em um contexto onde ela ainda não era reconhecida como uma área de conhecimento autônoma. A História era utilizada como ferramenta pedagógica nos cursos de Humanidades, com ênfase nas civilizações clássicas, e nos estudos teológicos, servindo como complemento à história da Igreja. A partir do século XVIII, a História consolidou-se como disciplina acadêmica, com o surgimento dos primeiros cursos de História Pátria e, posteriormente, de História Geral

A Ordem dos Jesuítas tinha como finalidade conter a propagação do protestantismo pela Europa e pelo restante do mundo. Os integrantes missionários dessa ordem foram essenciais para esse objetivo, auxiliando na difusão do Catolicismo, ratificando e defendendo suas crenças fundamentais. O

Concílio de Trento foi estabelecido visando examinar e decidir sobre medidas contrárias à Reforma Protestante, e uma de suas resoluções foi intensificar a Inquisição, desencadeando uma onda mais severa de perseguição, encarceramento e condenação dos que desafiavam abertamente as convicções da Igreja. A educação era um dos tópicos principais discutidos por Lutero, e nesta disputa, os jesuítas emergiram como os mensageiros de uma iniciativa educacional que perduraria por três séculos, consolidando a Igreja e opondo-se à forte corrente luterana.

Ao analisar a Companhia de Jesus, Raymundo (1998, p. 43) fala que ela é produto de um interesse mútuo entre a Coroa de Portugal e o Papado. “Ela é útil à Igreja e ao Estado emergente”. Existia uma relação de benefício tanto para a Igreja como para a Coroa Portuguesa, uma vez que os objetivos de ambas as instituições confluíam em interesses idênticos, com a pretensão de expandir as novas fronteiras, somar forças, integrar interesses leigos e cristãos e organizar o trabalho no Novo Mundo.

A atuação dos missionários que chegaram ao Brasil, foi estudada pelos autores Xavier, Ribeiro e Noronha (1994, p. 41) e eles observaram que os religiosos da Companhia de Jesus “deveriam zelar pela formação contínua do grupo de clérigos, essencial para a perpetuação do empreendimento”. Era necessário treinar clérigos para expandir o processo de propagação da fé e instrução na colônia, adaptando-os para superar todas as dificuldades encontradas no novo mundo. Tornava-se crucial educar clérigos sob essa nova dinâmica e abordagem de trabalho e ensino religioso, assegurando a educação dos habitantes originários.

No âmbito educacional, a meta desses evangelizadores era “assimilar culturalmente e converter ‘desconhecedores’ e ‘simples’, como os indígenas, e estabelecer um ambiente civilizado e devoto para os exilados e desbravadores que aqui chegassem” (Xavier; Ribeiro; Noronha, 1994, p. 41). Era uma tarefa árdua, considerando que os indígenas jamais haviam interagido com outras civilizações e sua cultura era completamente distinta da dos europeus.

Entre os propósitos estava colonizar, bem como era vital desenvolver métodos, competências básicas que muitos dos colonizadores não possuíam, e os nativos também não. Eram métodos para fabricar itens de primeira

necessidade, pecuária e sustento dos estabelecimentos educacionais e das missões. Portanto, era necessário adestrar os nativos e instruí-los para tal tarefa.

Era estratégico converter os indígenas para aceitarem o Deus “autêntico”, o Deus da Igreja Católica, o Deus dos europeus, o Deus que redimiria todos do pecado, do inferno, já que, com a adesão ao catolicismo, o neófito era batizado e adquiria uma alma. Assim, a missão jesuítica necessitava ser bem-sucedida, pois era imprescindível converter o povo sem alma que aqui se encontrava, guiando-o pelos caminhos do Senhor. A atividade de evangelização definiria os sacerdotes inicianos como guerreiros do Senhor.

Consistia em:

subjugar, pela crença, os impulsos primitivos dos primeiros habitantes, que nem sempre acolhiam de forma pacífica os novos senhores, espalhando o terror entre os moradores da metrópole que almejavam por chances econômicas em um mundo menos disputado (Xavier; Ribeiro; Noronha, 1994, p. 41).

Conforme relatado pelos autores destacados acima, percebemos que o começo da missão catequética e pedagógica não foi simples. Os indígenas adultos rejeitavam as abordagens dos missionários e resistiam, distanciando-se, esquivando-se do contato ou até mesmo refugiando-se na floresta densa. Ocorreram casos em que comunidades inteiras, relutantemente, se afastaram dos colonizadores e dos missionários, migrando para o interior da selva brasileira. As comunidades que não resistiram ou que aceitaram as intervenções dos jesuítas com pouca resistência foram gradualmente amansadas, instruídas e convertidas.

A monarquia portuguesa patrocinava as atividades educacionais e religiosas dos clérigos da Companhia de Jesus. O método educativo *Ratio Studiorum* dominava de forma incontestável, mantendo sua influência por séculos, mesmo após a expulsão de seus fundadores em 1759 e a desestruturação do sistema de ensino do período colonial. Assim, é notório o desenvolvimento e a organização das instituições de ensino estabelecidas pelos jesuítas nos domínios coloniais de Portugal, visto que o financiamento concedido a essa congregação religiosa era crucial em comparação com outras ordens que não recebiam tal suporte financeiro. A educação era financiada pela realza por meio do denominado padrão de redizima, equivalente a 10% dos tributos arrecadados na colônia.

As escolas jesuíticas eram reconhecidas como as mais excelentes globalmente durante os séculos XVI a XVIII, capacitando intelectuais para variados campos do saber e apresentando um avançado progresso nas ciências humanas. Entretanto, a entidade promovia um ensino seletivo e discriminatório, segundo análise de Ana Maria Melo Negrão (2000):

O Ratio Studiorum preceitua a formação intelectual clássica estreitamente vinculada à formação moral embasada nas virtudes evangélicas, nos bons costumes e hábitos saudáveis, explicitando detalhadamente as modalidades curriculares; o processo de admissão, acompanhamento do progresso e a promoção dos alunos; métodos de ensino e de aprendizagem; condutas e posturas respeitadas dos professores e alunos; os textos indicados a estudo; a variedade dos exercícios e atividades escolares; a frequência e seriedade dos exercícios religiosos; a hierarquia organizacional; as subordinações... (Negrão, A.M.M. 2000, p. 155)

O Plano do Ratio tinha um caráter universal e elitista, sendo universal porque era um modelo aplicado uniformemente por todos os jesuítas, independentemente de sua localização. E era elitista pois se destinava primordialmente aos descendentes dos colonizadores, o que transformou as escolas jesuíticas em ferramentas para a formação da elite colonial, também era discriminatório pois era usado para moldar comportamentos e valores alinhados aos interesses religiosos da Igreja Católica, excluindo as culturas e os saberes locais, fazendo com que as populações indígenas e afrodescendentes fossem marginalizadas, tanto no acesso à educação quanto no reconhecimento de seus conhecimentos.

Com o passar do tempo, a atuação dos jesuítas se concentrou em prover educação para os descendentes de colonos abastados, proprietários de terras e nobres. Ocorreu uma elitização do ensino desde o período colonial, onde a educação avançada, isto é, o ensino secundário, era reservada aos filhos da elite colonial, que posteriormente prosseguiram seus estudos em Coimbra ou Lisboa.

Para os jesuítas era considerado um sucesso catequizar um indígena, pois na visão deles o aldeamento os deixaria livres da escravidão e da violência dos colonos.

Para os indígenas, a educação dos jesuítas representava uma imposição forçada, especialmente no que dizia respeito à língua e à cultura. Os jesuítas exigiam que fossem compreendidos, o que resultou na violação da cultura

indígena. Aspectos fundamentais da forma de pensar e viver dos povos indígenas foram desrespeitados e destruídos, causando impactos profundos na preservação de suas tradições e identidades.

Além de desempenhar atividades educativas e de evangelização, os jesuítas adquiriram propriedades rurais e pecuárias e expandiram a quantidade de instituições de ensino, obtendo renome e consideração na colônia. No século XVII, os membros da Companhia de Jesus possuíam muita estima e influência, exercendo grande impacto nas escolhas políticas, o que gerava inquietação na Coroa Portuguesa, que percebia uma diminuição de sua influência nas decisões e via os clérigos como influentes agentes de poder no Brasil.

Conforme Aranha (2006, p. 191) destaca “a aversão à Companhia de Jesus aumentava. O poder público receava sua força econômica e política, que era imposta sobre todas as camadas sociais ao moldar suas ideias e ações”. A monarquia dependia do suporte e da atuação dos jesuítas, sendo essencial assegurar sua eficácia, sustentada pelo aporte financeiro. Contudo, tal aporte possibilitou que a ordem religiosa se fortalecesse e enriquecesse, alcançando autossuficiência e independência econômica.

Para não perder a gerência da situação, Portugal começou um conjunto de reformas fiscais e administrativas, com o Marquês de Pombal liderando as mudanças. Ele centralizou a autoridade no território, impactando diretamente a Companhia de Jesus, que geria seus recursos e suas intervenções políticas, religiosas e pedagógicas sem dar satisfações à monarquia. Dessa forma, as operações dos jesuítas foram interrompidas em 1759 pelo edital de 3 de setembro do mesmo ano, decretado pelo rei D. José I. Os inicianos foram privados dos privilégios que possuíam, seus bens foram apreendidos e, finalmente, foram expatriados.

Sebastião José de Carvalho e Melo, também conhecido como Marquês de Pombal, tornou-se o chefe do governo de D. José I. De acordo com Ferreira Júnior (2010, p.29) ele destituiu a Companhia de Jesus dos territórios lusitanos e promoveu uma reforma no ensino que aboliu o modelo educacional jesuíta, ele acreditava que, removendo os jesuítas, diminuindo o poder da nobreza e, conseqüentemente, reforçando a autoridade absoluta e iluminada do monarca,

Portugal poderia ressurgir como uma grande força europeia.

Mas, se o sistema educacional dos jesuítas tinha caráter orgânico e unitário, a educação decorrente das reformas pombalinas, ao contrário, carecia de unidade sistêmica, ou seja, as aulas eram parceladas e fragmentadas. A educação colonial pós-jesuítica sofreu também uma descontinuidade no ensino, já que no *Ratio Studiorum* a gramática latina, a filosofia, a retórica e a teologia, por exemplo, eram organizadas na forma de um currículo orgânico, isto é, eram ramos do conhecimento concebidos por meio de preceitos pedagógicos unitários e com o objetivo de expressar a universalidade cristã. Contudo, na essência, o ensino advindo das reformas pombalinas continuou literário, retórico e de caráter religioso, pois Portugal prosseguia sob o regime político do Padroado.

1.0 Ensino Religioso e a Disciplina de História No Brasil Império

A consolidação da História como uma disciplina independente nas escolas brasileiras ocorreu principalmente durante o Período Imperial (1822-1889), marcando um passo decisivo na formação da identidade nacional do Brasil. Antes disso, o ensino de História estava frequentemente misturado com outros conteúdos, como a língua portuguesa, sem um tratamento sistemático. Não havia ainda uma disciplina específica que se dedicasse exclusivamente a contar e analisar o passado do país.

As estruturas fundamentais da Instituição Católica no Brasil permaneceram estáveis após a Independência. Essas estruturas foram importantíssimas durante um período significativo na disputa diplomática com a Santa Sé pelo reconhecimento civil do novo Estado e pelo estabelecimento de relações diplomáticas com o governo pontifício. Até o momento da independência, a Santa Sé não precisou considerar um sistema de relações diferente do Padroado. O Padroado era um mecanismo concedido pela Santa Sé como privilégio aos monarcas de Portugal no início da colonização, através deste instrumento se controlava a administração e o desenvolvimento de assuntos eclesiásticos.

A necessidade de criar a História como uma disciplina autônoma estava diretamente ligada ao processo de construção do Estado Nacional brasileiro.

Após a independência de Portugal em 1822, o Brasil buscava criar uma narrativa unificada que conectasse seus diferentes povos e regiões, promovendo a ideia de uma nação coesa. Nesse cenário, o ensino da História se mostrou uma ferramenta estratégica para formar essa identidade nacional. Influenciados por ideais europeus, principalmente do liberalismo, os educadores viam a História como uma forma de legitimar o poder centralizado do Estado e fortalecer um sentimento de pertencimento à nova nação.

Esse ensino tinha o objetivo de destacar os momentos e figuras heróicas, como D. Pedro I e a Independência, criando uma versão oficial e glorificada dos acontecimentos. A ideia era que, ao conhecerem e valorizarem esses feitos, os cidadãos se sentissem parte de algo maior, como um todo nacional. Contudo, essa narrativa era bastante seletiva, ignorando ou minimizando as contribuições de grupos como os indígenas, os afrodescendentes e outras pessoas cujas histórias estavam fora dessa "história oficial" construída pelas elites.

Um exemplo chave desse momento foi a fundação do Colégio Pedro II, em 1837, que se tornou uma referência no ensino da História no Brasil Imperial. Influenciado pelas ideias educacionais europeias, especialmente as francesas, o colégio serviu como modelo para outras escolas do país. A História passou a ser vista como uma disciplina central para formar os jovens brasileiros, com a intenção de prepará-los para serem cidadãos leais ao Estado e ao regime monárquico.

No entanto, é preciso olhar criticamente para esse processo. O ensino da História, além de ser uma ferramenta de formação de identidade nacional, também foi utilizado para reforçar o poder das elites que sustentavam o regime imperial. As narrativas educacionais muitas vezes retratavam o Império como um símbolo de estabilidade e progresso, enquanto silenciavam as realidades de opressão e resistência de vários grupos sociais, como escravizados, indígenas e demais minorias. Essa versão da História visava criar cidadãos que respeitassem a autoridade e que se alinhassem aos valores conservadores do Império.

A independência do Brasil foi formalmente reconhecida por Portugal em 28 de agosto de 1825 e pela Santa Sé em 23 de janeiro de 1826. Nesse contexto, o Papa Leão XII reconheceu D. Pedro I como imperador do Brasil e

confirmou o sistema de Padroado, o qual assegurava que o Estado tivesse controle sobre a nomeação dos bispos para as dioceses do Brasil. Enquanto nos países da América Latina colonizados pela Espanha, o Padroado havia sido substituído pela Concordata, o Brasil manteve uma relação de tutela entre a Igreja e o Estado, com a Igreja Católica desempenhando um papel fundamental na estrutura do Império. Essa situação perdurou até a Proclamação da República em 1889, sendo dividida em dois momentos importantes: o primeiro, de 1826 até o início do Segundo Reinado, em 1840; e o segundo, do Segundo Reinado até a proclamação da República.

Durante o Período Imperial, as relações entre Igreja e Estado sofreram transformações significativas, principalmente no campo do pensamento religioso e eclesiástico. A Constituição de 1824 declarou o catolicismo como a religião oficial do Brasil, conferindo-lhe um caráter estatal, o que influenciou diretamente o ensino religioso nas escolas. O ensino de História, nesse cenário, estava profundamente ligado à manutenção da autoridade da Igreja e à construção da identidade nacional de acordo com os valores católicos. O ensino nas escolas, como o do Colégio Pedro II, refletia a visão de um Estado que se via como o defensor da moralidade e da unidade religiosa, alinhando-se com a Igreja Católica na construção de uma narrativa oficial e unificadora.

A História era, então, ensinada com o objetivo de consolidar a identidade do Império, exaltando a figura do imperador e as instituições estatais, incluindo a Igreja. A educação histórica nesse período não apenas transmitia conhecimentos sobre os feitos do Império e os heróis nacionais, mas também buscava legitimar o papel do catolicismo como um pilar da sociedade brasileira. Isso envolvia não só a educação moral e cívica, mas também o reforço de uma moral católica que permeava todas as esferas da vida pública.

Assim, o ensino de História, durante o Brasil Imperial, estava intimamente entrelaçado com a construção de um Estado monárquico que via a Igreja Católica como uma aliada estratégica. A educação religiosa nas escolas não era apenas uma preparação para a cidadania, mas também uma forma de manter a coesão social e a autoridade do regime imperial. Esse ensino ajudava a formar cidadãos que, além de patriotas, eram também devotos da Igreja, com a História sendo moldada para fortalecer os valores de um Brasil monárquico, católico e centralizado. O ensino da História não apenas relatava

os eventos do passado, mas também contribuía para a construção da visão oficial do presente e para a legitimação do poder das elites, em sintonia com as instituições religiosas e políticas dominantes.

A Constituição Civil Imperial de 1824, declarou o catolicismo como a religião oficial do Estado, conferindo-lhe um caráter oficial e praticamente exclusivo, afirmando em seu 5º Artigo que:

Art. 5º A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou particular, em residências designadas para esse fim, sem qualquer forma exterior de templo. (Brasil, 1824)

É importante destacar que esse dispositivo da Constituição de 1824 é uma continuação do processo histórico iniciado no século XVI com a conquista e catequização do Brasil, onde a vida social era profundamente influenciada pelo catolicismo. Durante os três primeiros séculos de presença portuguesa, desenvolveu-se um catolicismo barroco, festivo, triunfalista e nacionalista, no qual a religião permeava todas as esferas da vida.

Esse dispositivo legal evidencia a continuidade de um processo histórico iniciado no século XVI, quando o Brasil foi conquistado e catequizado sob forte influência do catolicismo trazido pelos portugueses. Durante os três primeiros séculos de colonização, consolidou-se um catolicismo de matriz barroca, caracterizado por sua expressividade festiva, triunfalismo e um profundo vínculo com o projeto nacionalista da Coroa Portuguesa.

O termo “continuará”, usado no artigo 5º, não foi casual. Ele reflete a herança cultural e religiosa lusitana, marcada pela centralidade do catolicismo na vida pública e privada, bem como sua predominância na sociedade brasileira do período. Apesar da inspiração liberal que permeava outros aspectos da Constituição, a ideia de uma cristandade nacional permaneceu viva, evidenciando o desejo de uma harmonia entre o poder temporal (Estado) e o espiritual (Igreja).

Nesse contexto, o Estado exercia ampla interferência nos assuntos eclesiásticos por meio do sistema de padroado, que concedia ao Imperador o poder de nomear bispos, aprovar ordens religiosas e administrar outros assuntos relacionados à Igreja. Essa relação institucional reforçava a

configuração de uma Igreja católica com características nacionais, cuja autonomia era limitada pelas prerrogativas do Estado. Embora o papa fosse reconhecido como chefe espiritual, sua autoridade efetiva sobre a Igreja brasileira era restrita, o que reforçava tendências regalistas e galicanas.

A Constituição de 1824 consolidava esse modelo de cristandade nacional, no qual a Igreja era tratada como um departamento do governo, subordinada aos interesses do Estado e considerada uma ferramenta útil para a administração pública. Essa união de Igreja e Estado teve impacto direto na formação social e educacional do Brasil Imperial, influenciando, por exemplo, o ensino escolar.

No currículo das escolas da época, o ensino de História foi fortemente marcado pelos valores católicos e pelo culto à monarquia. A educação tinha como objetivo construir uma identidade nacional unificada, em torno de símbolos e ideais compartilhados. A religião católica desempenhava um papel central nesse processo, servindo como elemento de coesão social e como fundamento moral para o fortalecimento do Império.

A disciplina de História nas escolas, embora ainda em processo de institucionalização, começou a ser usada para afirmar a unidade do país, defender a centralização do poder e promover a lealdade ao Imperador. Os conteúdos históricos abordados nas aulas eram cuidadosamente escolhidos para construir uma narrativa que exaltava o Império, seus valores e sua legitimidade, ao mesmo tempo em que minimizavam os conflitos regionais e as divisões políticas. Assim, as revoltas e agitações ocorridas durante o período regencial eram tratadas de maneira a enfraquecer a imagem das forças que se opunham ao Império, enquanto enfatizavam a figura do Imperador como a chave para a resolução da crise.

O Ensino de História no Brasil começou a apresentar transformações significativas com o Decreto nº 1.556, de 17 de novembro de 1855, que trouxe mudanças no Ensino Secundário, especialmente no Colégio Pedro II. Esse regulamento dividiu o Ensino Secundário em dois ciclos, denominados Estudos de Primeira Classe e Estudos de Segunda Classe. Essa mudança representou um passo importante na organização e sistematização do ensino no Brasil.

De acordo com a historiadora e pesquisadora brasileira Circe Bittencourt (2011) no ensino primário, onde os textos de História eram usados para ensinar leitura, o objetivo era não apenas a formação intelectual, mas também a formação moral e cívica dos alunos. Nesse processo, os conteúdos históricos estavam imersos em uma narrativa que reafirmava a autoridade do Império e o papel da Igreja Católica, alinhando a educação com os preceitos do catolicismo.

No Ensino Secundário, a disciplina de História foi sistematizada de acordo com os ciclos estabelecidos pelo decreto, e essa organização refletia uma divisão do conhecimento que também estava em sintonia com o pensamento religioso da época. Os conteúdos de História Moderna e Nacional, estudados na Primeira Classe, e a História Antiga e Medieval, abordados na Segunda Classe, estavam imersos no contexto de uma visão católica e monárquica da história. A História do Brasil era ensinada não apenas como uma narrativa política e social, mas também como uma construção moral que legitimava a autoridade imperial e os valores cristãos, reforçando a ideia de que o Brasil era uma nação “sob a proteção divina” e alinhada aos preceitos católicos.

A análise da educação no Brasil Imperial revela uma relação complexa e profundamente entrelaçada entre a Igreja Católica e o Estado, em que a doutrina cristã e os valores morais religiosos permeavam todos os aspectos da vida social, incluindo a educação. Essa parceria estratégica entre as duas instituições, marcada por interesses mútuos, foi fundamental para a construção do sistema educacional da época, com o Estado consolidando seu poder e a Igreja mantendo sua autoridade moral e religiosa. Essa colaboração, embora simbiótica, teve grandes impactos sobre o ensino da História, tornando a educação um campo de disputa ideológica, onde a formação do indivíduo estava intrinsecamente ligada à moral cristã e aos objetivos políticos do Império.

A Igreja, como detentora do saber e da moral, tinha um papel central no processo educativo, não apenas influenciando os currículos, mas também determinando os valores que deveriam ser transmitidos às novas gerações. A doutrina cristã se configurava como a base sobre a qual se erigia a formação cívica e moral dos alunos. Para o Estado, que buscava consolidar sua autoridade e legitimar o Império, a educação era uma ferramenta poderosa, utilizada para o

controle social e a manutenção da ordem. O clero, com sua presença nas escolas, tornou-se um agente crucial na construção de uma narrativa que alinhava os interesses religiosos e políticos.

Ainda de acordo com Bittencourt (1993), esse vínculo estreito entre Igreja e Estado se refletia diretamente no ensino de História. A disciplina, nesse contexto, era dominada por uma perspectiva religiosa, em que as fronteiras entre História Sagrada e História Profana eram frequentemente imprecisas. Ambas serviam a um mesmo objetivo: formar cidadãos moralmente corretos e leais ao Império. A História Sagrada, ao narrar as vidas dos santos, mártires e feitos divinos, visava alimentar a devoção e a fé cristã. Já a História Profana, que contava os feitos dos heróis nacionais e da própria formação do Império, tinha como propósito fomentar o patriotismo e a lealdade ao governo imperial.

Entretanto, essa abordagem do ensino de História, embora bem estruturada, apresentava limitações significativas. O ensino estava centrado na memorização de datas, nomes e eventos isolados, o que favorecia uma visão fragmentada e superficial do passado. O foco na decoreação de informações impedia que os alunos desenvolvessem habilidades críticas de análise, questionamento e reflexão sobre as fontes históricas. Ao invés de incentivar a compreensão das causas e consequências dos eventos, a metodologia priorizava a repetição mecânica de fatos, desestimulando a construção de uma visão mais aprofundada e contextualizada da história.

Essa visão tradicional da História também carecia de uma contextualização mais ampla, já que o conteúdo histórico era apresentado sem a devida relação com a realidade social e política dos alunos. A História ensinada nas escolas era predominantemente eurocêntrica, destacando a cultura e os feitos da civilização ocidental em detrimento de outras culturas, como as indígenas e afro-brasileiras, que eram frequentemente marginalizadas ou ignoradas. Essa abordagem não só limitava a visão histórica dos estudantes, como também reforçava uma visão de mundo que favorecia as elites e os valores dominantes do Império.

Além disso, a História era utilizada como um instrumento para a imposição de valores específicos, alinhados com os interesses da Igreja e do Estado, sem considerar a pluralidade de perspectivas e a diversidade de opiniões que existiam na sociedade. O aluno, em grande parte, era visto como um receptor

passivo de informações, sem ser incentivado a participar ativamente da construção do conhecimento ou a questionar as narrativas históricas estabelecidas. Nesse modelo, o pensamento crítico era desestimulado, e o aprendizado estava mais voltado para a conformidade com a visão oficial do governo e da Igreja, do que para a formação de indivíduos capazes de questionar, refletir e transformar a realidade.

Durante o Império Brasileiro (1822-1889), o ensino religioso desempenhou um papel central, refletindo a profunda influência da Igreja Católica sobre a sociedade e a administração pública. A declaração de Portugal, que estabelecia o Catolicismo como a religião oficial do Império, proporcionou à Igreja uma posição privilegiada, permitindo-lhe integrar a catequese, a doutrina católica, a história da Igreja e os ensinamentos morais cristãos nas escolas. Essa estreita relação entre Igreja e Estado resultou em um modelo educacional onde a formação religiosa era um componente essencial, com o objetivo de promover a virtude, a lealdade ao Império e à Igreja, além de assegurar a uniformidade ideológica e moral na sociedade.

O ensino religioso, ao lado da História, tinha um papel fundamental na formação moral e cívica dos indivíduos, uma vez que a Igreja e o Estado estavam alinhados no desejo de criar cidadãos que seguissem os preceitos cristãos e, ao mesmo tempo, fossem fiéis ao Império. A História, ensinada nas escolas, estava intimamente conectada com essa visão moralista e religiosa. Ela não apenas celebrava os feitos dos heróis nacionais e a formação do Império, mas também buscava integrar o ensino de valores cristãos ao contexto político e social da época. A história do Brasil era muitas vezes contada sob a ótica religiosa, destacando os aspectos de moralidade, dever cívico e a relação entre o Estado e a Igreja.

A formação dos professores, nesse período, ia além do domínio de disciplinas acadêmicas convencionais. Ela incluía uma sólida base na doutrina católica, já que a Igreja, além de ser uma instituição educacional, também controlava a formação dos futuros educadores. O recrutamento para o magistério estava frequentemente ligado à fidelidade à Igreja e ao compromisso com os princípios católicos, garantindo que os ensinamentos refletissem não apenas uma visão histórica, mas também uma orientação religiosa específica.

Assim, o ensino religioso e a História estavam entrelaçados na formação

do cidadão imperial, com a Igreja Católica influenciando não só os conteúdos do currículo, mas também o comportamento e as atitudes dos alunos. O objetivo era criar uma sociedade que não apenas reconhecesse os feitos históricos do Império, mas que também fosse moldada pelos valores cristãos, com ênfase na moralidade, na ordem e na lealdade ao Estado e à Igreja. Dessa forma, o ensino da História servia não apenas como um meio de compreender o passado, mas como um instrumento de formação de uma identidade nacional que estivesse de acordo com a visão religiosa e política predominante.

1.1 Ensino de História e Ensino Religioso na Primeira República

A transição do Império para a República, em 1889, marcou um momento decisivo na história do Brasil, trazendo consigo uma aura de mudanças e transformações profundas. O fim da monarquia e a instauração da República representaram um rompimento simbólico e institucional com a Igreja Católica, que, até então, tinha uma influência enorme sobre o Estado e as políticas educacionais. A laicização do Estado tornou-se um tema central, refletindo o desejo de distanciar as instituições republicanas da forte presença religiosa que caracterizou o período imperial. Acerca desse tema, Horta (2012) afirma que:

A República, que se instala no Brasil em novembro de 1889, encontra a Igreja enfraquecida e incapaz de negociar um novo pacto que viesse a substituir o regime do Padroado e a sua situação de religião oficial do Estado, que lhe havia sido atribuída pela Constituição de 1824. O Estado republicano rompe com o regime do Padroado e proclama-se leigo.

Entre os dispositivos dessa Constituição, para garantir a plena separação entre a Igreja e o Estado, estava a introdução do ensino leigo nas escolas públicas. (Horta, 2012, p. 81)

Durante a Primeira República, o ensino religioso confessional católico tornou-se um ponto muito discutido nos debates educacionais. Para entender esses debates, é importante considerar o contexto da educação laica estabelecida pela Constituição de 1891. A República buscava modernizar e racionalizar o país, adotando princípios liberais e seculares, em contraste com

as estruturas do Império. No entanto, muitas características do regime imperial persistiram tanto na política quanto na sociedade brasileira.

Dessa forma, as escolas passaram a ser arenas de conflito sobre a formação dos cidadãos. A Igreja Católica continuava a defender a promoção dos valores católicos como fundamentais para a organização social e o bem-estar do povo brasileiro. Essa perspectiva também tinha o apoio de legisladores e defensores do catolicismo como religião oficial durante os debates da Assembleia Constituinte de 1890.

Esse processo de laicização se traduziu na tentativa de separar definitivamente as esferas religiosa e política, com a criação de um Estado laico, que não deveria mais se envolver diretamente com questões religiosas. A Igreja perdeu o status de instituição oficial do Estado, o que impactou significativamente a forma como a educação era organizada. A partir desse momento, o ensino religioso nas escolas passou a ser questionado, e a presença da Igreja nas decisões educacionais foi progressivamente reduzida.

Embora a Constituição de 1891 tenha retirado alguns privilégios da Igreja Católica, permitindo a manutenção de terras e bens e a continuidade de colégios e ordens religiosas, ela também instituiu o casamento civil, a secularização dos cemitérios, o registro civil de óbitos e a ausência de subvenção aos cultos. A nova República criou um ambiente onde a Igreja e as ordens religiosas podiam atuar em diferentes esferas e localidades. Enquanto anteriormente o clero estava mais voltado para questões burocráticas, agora buscava expandir sua influência. Sérgio Miceli (1988) explica que isso se deveu a uma política expansionista da Igreja, que procurou alianças com grupos favoráveis e descentralizou o poder eclesiástico, criando novas dioceses nas capitais estaduais.

Todas as capitais estaduais foram promovidas a sedes de dioceses para cuja gestão foram muitas vezes convocados elementos do clero originários de importantes grupos oligárquicos. O acesso e a familiaridade de trânsito junto a esses círculos constituíam trunfos indispensáveis ao levantamento de recursos nas proporções exigidas pelo vulto das despesas necessárias à formação do patrimônio diocesano. (Miceli, 1988, p.21)

Com a Igreja afastada da administração do Estado, ela procurou outros setores de prestígio e novas maneiras de fortalecer as relações entre sociedade, cultura e a instituição católica. Segundo Oliveira (2019, p.31) no Brasil, a Igreja

adotou uma postura de reforço da prática católica e das estruturas hierárquicas reformadoras. A educação contribuiu para o cenário de disputa de ideias e valores em um país que buscava ser “moderno e civilizado”. O ensino religioso nas escolas públicas foi um ponto de tensão no debate sobre a secularização do ensino, em contraste com a defesa de um Brasil cristão e da concepção do bem como correlato do cristianismo.

As reações da Igreja ao Decreto 119-A de 07 de janeiro de 1890 foram diversas e abordaram diferentes aspectos da separação entre Igreja e Estado. A Pastoral Coletiva de 1890 e o documento enviado por Dom Antônio Macedo Costa à Constituinte em 1891 destacaram a luta da Igreja Católica pela relevância de sua atuação na formação das pessoas, nos costumes e na unidade nacional. Contudo, a Constituição de 1891 estabeleceu no Art.72, parágrafo 6º, que o ensino nos estabelecimentos públicos seria laico.

Diante disso, foram levantadas discussões na Assembleia Constituinte sobre a busca dos católicos por uma educação religiosa e a manutenção dos valores católicos na sociedade. católica.

Ao considerar a religião como um fenômeno cultural moldado pelo contexto histórico, é fundamental analisar as ações da Igreja Católica no Brasil republicano sob essa ótica. Isso significa que as estratégias da Igreja para se inserir em um país laico, sem religião oficial e com uma clara separação entre poderes seculares e espirituais, envolvem reflexões sobre as complexidades de ser católico, republicano ou liberal em uma sociedade em transformação.

Reconhece-se que a Igreja adotou estratégias para se posicionar na sociedade e compensar a perda de privilégios e autoridade que possuía durante o Império, apesar das tensões já existentes entre o governo imperial e os líderes religiosos. É essencial considerar as dinâmicas culturais em uma sociedade marcada por múltiplas tensões históricas. No cenário político e social brasileiro pós-abolição, a presença dos religiosos em hospitais, escolas e missões pelo interior do país tornou-se mais evidente. De forma estratégica, a Igreja usou sua influência para desafiar o Estado republicano, e os governantes, cientes da importância da Igreja e de seu impacto sobre a população, preferiram tê-la como aliada. (Souza Junior, 2015, p.8)

A laicidade deve ser entendida dentro dos processos culturais e históricos que a moldam e nas circunstâncias que a tornam necessária. No Brasil, o Estado

laico foi estabelecido com a República, alinhando-se ao racionalismo e cientificismo da época. Além disso, grupos como positivistas e protestantes pressionaram pela extinção do padroado e pelo reconhecimento de outras religiões. No entanto, a implementação da laicidade no Brasil foi relativamente tranquila em relação à Igreja Católica, sendo mais uma questão burocrática do que uma preocupação central para a maioria das pessoas.

Ainda assim, para alguns, a presença da religião nas escolas, ou seja, o ensino religioso, era vista como fundamental para a formação adequada dos brasileiros. Esses defensores acreditavam que a religião era essencial para uma sociedade organizada e civilizada, e sua ausência no sistema educacional era considerada uma falha de responsabilidade nacional por religiosos, legisladores católicos e pela elite tradicional. Assim, mesmo com a consolidação da laicidade no ensino, continuaram as tensões sobre a inclusão da religião nos currículos das escolas públicas durante a Primeira República.

Rui Barbosa argumenta:

Antes da República existia o Brasil; e o Brasil nasceu cristão, cresceu cristão, cristão continua a ser até hoje. Logo, se a República veio organizar o Brasil, e não esmagá-lo, a fórmula da liberdade constitucional, na República, necessariamente há de ser uma fórmula cristã. As instituições de 1891 não se destinaram a matar o espírito religioso, mas a depurá-lo, emancipando a religião do jugo oficial. (Barbosa, 1891, p. 28)

Nosso conhecido jurista afirmou que o Brasil sempre teve e ainda tem raízes cristãs, mesmo depois da separação entre Estado e Igreja. Isso mostra que outras crenças religiosas não são, e provavelmente não serão totalmente reconhecidas. Em outras palavras, a liberdade de culto garantida pela Constituição não se estende às religiões marginalizadas, que muitas vezes são vistas como seitas, obscuras ou ilegais.

Apesar da promessa de transformação que a República trouxe com sua proposta de laicização do Estado e a separação entre Igreja e educação, a transição não resultou em avanços significativos na maneira como a História era ensinada nas escolas brasileiras. Embora o Estado republicano fosse laico, a educação continuava a ser dominada por uma visão eurocêntrica e conservadora, refletindo uma estrutura de ensino profundamente enraizada em práticas pedagógicas inflexíveis.

Não há uma resposta única para essa questão, mas ela nos leva a refletir sobre o papel da escola na formação dos indivíduos. A escola pode ser vista como um espaço de poder, e é por isso que a Igreja queria estar presente. Embora a Igreja não fazendo mais parte do poder centralizado do Estado, ela tenta se influenciar em outros aspectos culturais para impor suas normas e valores. A disputa vai além do ensino religioso; é também sobre quem controla o que é ensinado e quais princípios são valorizados. É importante lembrar que as pessoas não são apenas receptores passivos das influências culturais e sociais; elas são moldadas pelo que é considerado essencial para sua própria visão de cidadania, seja como católicos, republicanos, liberais ou positivistas.

No Brasil, o cristianismo, com suas raízes coloniais, ainda se mantém como a verdade dominante, sendo visto como o sistema mais real e legítimo. Isso ajuda a explicar por que a Igreja Católica continua presente em áreas públicas, como nas escolas, mesmo com a laicidade em vigor. Como Michel Foucault disse, a verdade está sempre ligada ao poder:

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos, regulamentações de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (Foucault, 1984, p. 12)

Vendo as coisas por outro ângulo, o poder na educação não é só sobre controle e dominação; ele também envolve a legitimação de certos valores, que são moldados por interesses econômicos, culturais e políticos. No contexto que estamos discutindo, os interesses políticos estão muito ligados às elites e oligarquias rurais, que na República continuaram a manter muitas das tradições do regime imperial e, de certa forma, impedem a sociedade que os liberais e positivistas imaginavam.

Michael Apple (1995) diz que a educação não é um campo neutro. Em vez disso, a escola não só repete conhecimentos, mas também cria novos. Ou seja, a escola não é apenas dominada pelo Estado, mas também influencia o Estado e a sociedade, ajudando a manter desigualdades.

Dessa forma, o fato de que o Estado permitiu o ensino religioso nas

escolas públicas durante toda a Primeira República, especialmente depois de 1930, mostra que havia um interesse político específico na educação. Isso sugere que as políticas educacionais refletem os interesses do Estado e revelam a intenção de moldar um certo tipo de brasileiro.

A História, ainda ensinada de forma fragmentada, centrava-se quase exclusivamente nos feitos das potências europeias e na construção de uma identidade nacional que, muitas vezes, ignorava as realidades e as contribuições de outros grupos sociais e culturais do Brasil, como os indígenas e afrodescendentes. Esse enfoque eurocêntrico continuou a ser dominante, reproduzindo uma narrativa que privilegia a cultura e os valores da Europa Ocidental, enquanto negligencia a diversidade cultural brasileira.

O Decreto nº 293, de 22 de maio de 1895, que criou o primeiro regulamento dos Ginásios do Estado, representou um marco importante no sistema educacional republicano e na organização do ensino de História no Brasil. Segundo Nadai (1993) com esse regulamento, as disciplinas de História do Brasil e História Universal passaram a ser oficialmente incorporadas ao currículo escolar, com uma divisão específica de conteúdos e séries para cada uma delas.

A História do Brasil, que era ensinada da primeira à terceira série, abordava eventos e processos que cobriam um longo período da formação nacional, desde as Grandes Navegações Marítimas, passando pela colonização portuguesa, até a Proclamação da República em 1889, a História Universal, ensinada da quarta à sexta série, tinha como foco a evolução das civilizações antigas, com ênfase em Grécia e Roma, que eram vistas como os berços da civilização ocidental.

Temos assim, o primeiro currículo específico da disciplina de História no Brasil, mas as práticas pedagógicas no ensino de História não se afastaram significativamente das formas tradicionais de ensino. O uso predominante de livros-textos, exercícios baseados na memorização de datas, nomes e fatos, e a prática de questionários voltados para a repetição de conteúdo eram comuns. A aprendizagem era, assim, baseada em um modelo transmissivo, no qual o aluno era visto como um receptor passivo de informações, sem estímulos para a reflexão crítica sobre o passado ou para a análise das fontes históricas. A metodologia de ensino ainda enfatizava o “decoreba”, e a compreensão dos

eventos históricos era secundária em relação à capacidade de lembrar de eventos e detalhes específicos.

A educação de História ainda estava distante de uma abordagem que estimulasse a análise crítica, a reflexão sobre as múltiplas interpretações históricas e a conexão entre passado, presente e futuro.

Além disso, a presença da Igreja e de valores tradicionais não desapareceu completamente da sociedade brasileira. Mesmo após a separação oficial, esses valores continuaram na mentalidade social e, de certa forma, influenciaram a abordagem educacional, que ainda carregava elementos conservadores. As escolas continuaram a ser um espaço de formação moral, mas agora com ênfase no dever cívico republicano e na construção de uma identidade nacional em torno dos princípios da República, sem, no entanto, romper completamente com o passado imperial e suas formas de controle e doutrinação.

O conflito entre o secularismo e a presença da Igreja Católica no espaço público continuou a ser um tema importante na Primeira República. A Igreja argumentava que os valores católicos eram essenciais para a formação dos cidadãos e, por isso, deveriam ter mais espaço nas escolas e na política. Mas, muitos líderes republicanos viam a separação entre Igreja e Estado como um caminho para modernizar o país, afastando-o de influências que eles consideravam ultrapassadas. A Igreja conseguiu se manter relevante, adaptando-se às novas condições e colaborando com as elites políticas para proteger seus interesses e valores.

Dessa forma, a República, apesar de seu caráter laico, não conseguiu romper com a tradição pedagógica autoritária e passiva do Império, e o ensino de História permaneceu, por muito tempo, centrado em uma visão limitada e conformista, que pouco contribuiu para a formação de uma consciência crítica e plural sobre o passado e suas implicações no presente.

1.2 Ensino Religioso e de História na Era Vargas

O período de 1930 a 1945 primeiro governo de Getúlio Vargas, foi marcado por uma série de mudanças significativas, tanto em termos de políticas

educacionais quanto no contexto político e social do Brasil. Durante essa época, o país passou por uma transformação profunda e complexa, que afetou a relação entre religião, educação e Estado.

Getúlio Vargas chegou ao poder em 1930, após uma revolução que pôs fim à República Velha. Sua presidência marcou uma fase de centralização do poder e autoritarismo, conhecida como o "Estado Novo", que vigorou de 1937 a 1945. Nesse contexto, houve uma reconfiguração das relações entre o Estado e as instituições religiosas.

Durante a Era Vargas, houve um grande investimento em escolas ligadas à Igreja, porque a educação era vista como uma ferramenta importante para "recatolizar" o Brasil. Nessa época, segundo o autor Xavier (1999) várias reformas foram feitas nas escolas para que elas seguissem o modelo do governo de Vargas, a Reforma Francisco Campos, em 1931 e a Reforma Gustavo Capanema, em 1942. A indicação de Francisco Campos representou, entre outros aspectos, a continuidade da "parceria" entre o Estado e a Igreja, como demonstra o Decreto nº 19.941 de 30 de abril de 1931, que Francisco Campos tornou facultativo o ensino religioso nas escolas públicas de todo o país.

Palma Filho (2005) esclarece que:

Cabe lembrar que a indicação de Francisco Campos para a pasta da Educação contou com forte apoio da igreja católica, a partir de uma liderança prestigiosa do catolicismo, representado pelo intelectual Alceu de Amoroso Lima (Tristão de Ataíde). Desse modo, Vargas procurava atrair o apoio do clero católico. Tanto é que concordou com o fim do ensino laico, facilitando, com sua interferência, a volta do ensino religioso, principalmente, no ensino primário. (Palma Filho 2005, p. 63)

No Estado Novo, para militarizar a educação, foi criada a "Organização Nacional da Juventude", inspirada em programas de países como Portugal, Alemanha e Itália. Mais tarde, ela foi reformulada pelo exército e passou a se chamar Juventude Brasileira.

O objetivo principal era criar uma forma de pensar igual para todos, promovendo a ideia de um partido único e reforçando o plano de unir o país. Com isso, o governo de Vargas queria formar a população de acordo com os seus ideais. A ideia era fazer com que as pessoas adotassem os valores e comportamentos que o governo considerava corretos, ajudando a construir uma

sociedade mais controlada e alinhada com suas metas.

Segundo Helena Bomeny (1999), Francisco Campos almejava formar jovens com disciplina militar, e esse projeto seria gerido não pelo Ministério da Educação e Saúde, mas pelos Ministérios da Guerra, da Justiça e da Marinha. O projeto visava inculcar nos jovens o “sentimento de disciplina e da educação militar”.

Depois, o projeto deixou de ser tão militarista e passou a ter um foco mais cívico e educacional. O ministro da Educação da época, Gustavo Capanema, inspirou-se nos modelos de Portugal e, com o apoio da ala conservadora da Igreja Católica, reformulou a proposta para dar a ela uma abordagem mais cívica. A organização foi renomeada para Juventude Brasileira, inspirada no movimento Mocidade Portuguesa, que também contava com o apoio da Igreja. A ideia era criar algo semelhante no Brasil, alinhando a educação e os valores cívicos com os objetivos do governo. Esse projeto substituiu o anterior e foi oficializado em 2 de março de 1940, pelo Decreto de lei nº 2.072, que instituiu a obrigatoriedade da educação cívica, moral e física da infância e da juventude, fixava as suas bases, e para ministrá-la organizava uma instituição nacional denominada Juventude Brasileira.

A Reforma Francisco Campos, implementada a partir de 1931, representou um momento significativo na história do ensino de História no Brasil, marcando uma tentativa de renovação metodológica dentro do sistema educacional. Durante esse período, procurou-se dar novos rumos ao ensino da História, ao mesmo tempo em que se buscava um equilíbrio entre a necessidade de modernização e a manutenção de certos aspectos tradicionais.

Uma das principais inovações propostas pela reforma foi a valorização do papel ativo do professor, que passou a ser visto não apenas como transmissor de conteúdo, mas como facilitador do processo de aprendizagem. Esperava-se que o professor estimulasse o interesse dos alunos, conectando os conteúdos históricos ao contexto do presente, o que visava tornar o estudo da História mais relevante para os jovens da época.

Segundo Bittencourt (1990), a Reforma Francisco Campos teve um grande impacto no ensino de História no Brasil, pois ampliou a presença da disciplina no currículo escolar. Pela primeira vez, a História foi ensinada ao longo de toda a educação secundária, abrangendo cinco séries do curso secundário

fundamental e até mesmo a primeira série do curso complementar pré-jurídico. Essa expansão refletia um reconhecimento da importância da História.

A partir desse contexto, surge o movimento da Escola Nova, que se consolidou nos primeiros anos da década de 1930. Esse movimento representava uma tentativa de renovação do sistema educacional, visando atender melhor às necessidades sociais e humanas da época para a formação dos cidadãos e para a compreensão das bases do país. A Escola Nova propunha uma visão mais ampla de ensino, que buscava integrar o aluno à sociedade, estimulando a compreensão de seu papel e das mudanças em curso no país e no mundo. Ao invés de se restringir a um ensino baseado apenas na memorização de fatos históricos, o movimento visava uma educação mais crítica e reflexiva, que preparasse os jovens não só para o mercado de trabalho, mas também para a vida em sociedade.

Em 1934, com a promulgação da nova Constituição Brasileira, teve início o segundo período da Era Vargas, conhecido como Governo Constitucional (1934-1937), Francisco Campos assumiu a Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura do Distrito Federal, enquanto Gustavo Capanema tornou-se Ministro da Educação.

Capanema implantou sua reforma educacional, com a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Secundário, conhecida como Reforma Capanema. Essa reforma reestruturou o ensino secundário, dividindo-o em dois ciclos: o primeiro, o ginásial, com duração de quatro anos, e o segundo, onde os estudantes podiam escolher entre os cursos clássico ou científico, ambos com três anos de duração.

A reforma educacional de 1942 representou um avanço importante para o ensino de História, garantindo sua presença em todos os níveis do ensino secundário. No entanto, o contexto político do Estado Novo, com seu regime autoritário, impediu que os ideais da Escola Nova fossem plenamente realizados, limitando as transformações desejadas para a educação no Brasil.

1.3 Educação Moral e Cívica e o Ensino de História no Período da Ditadura no Brasil

Durante o período de 1964 até as lutas pela redemocratização, a Igreja Católica teve posicionamentos divergentes em relação ao regime militar,

refletindo as tensões políticas e sociais da época. Alguns setores conservadores da Igreja, especialmente na alta cúpula, apoiaram o regime autoritário, alinhando-se aos valores do governo militar. Esses setores viam o regime como uma forma de preservar a ordem social e os valores tradicionais, apoiando políticas que reforçavam o controle e a repressão. Por outro lado, muitos religiosos se opuseram ao regime, unindo-se em grupos de resistência e desempenhando papel crucial na luta pela democratização, com foco na liberdade e nos direitos humanos.

O golpe de Estado de 1964, que depôs o presidente João Goulart, marcou o início de um período sombrio na história do Brasil. O governo militar instaurado adotou uma postura autoritária, alegando a necessidade de proteger o país de uma suposta ameaça comunista. Essa visão impactou profundamente o sistema educacional, que passou a ser utilizado como uma ferramenta para disseminar os valores alinhados aos interesses do regime, inclusive no ensino de História. O ensino passou a ser controlado de forma a reforçar a visão do governo sobre a "unidade nacional", "a defesa das tradições pacíficas e ordeiras" e a luta contra o que era visto como uma ameaça comunista.

A educação foi, então, usada para justificar a manutenção da ordem e o controle social. A História ensinada nas escolas era moldada para refletir a narrativa oficial do regime, muitas vezes omitindo ou distorcendo eventos e figuras que pudessem contrariar a ideologia militar. O ensino de História durante esse período focava na exaltação do nacionalismo e nos aspectos positivos do regime, enquanto tentava minimizar ou silenciar as vozes de oposição e os conflitos políticos que marcaram o período.

O ensino religioso, embora continuasse presente nas escolas públicas, também foi alinhado aos valores do regime. A Igreja Católica teve um papel ativo nas decisões educacionais, promovendo uma visão conservadora que refletia os ideais do governo militar. A presença da Igreja nas instituições educacionais não só reforçava a doutrinação religiosa, mas também consolidava os princípios do regime, orientando a formação moral e cívica dos alunos com base na moral cristã tradicional.

Dessa forma, o ensino de História e o ensino religioso se entrelaçaram no contexto da ditadura militar, funcionando como ferramentas para promover e

legitimar a visão de mundo do regime, enquanto marginalizavam os movimentos de resistência e as discussões sobre democracia e direitos humanos.

O sistema educacional do Brasil, que já era dividido entre instituições confessionais e públicas, manteve esse modelo durante a ditadura. As escolas católicas, por exemplo, continuaram a promover a moral e os princípios cristãos, alinhando-se com os interesses do regime militar. Esse alinhamento ajudou a manter a influência da Igreja na formação dos jovens, ao mesmo tempo em que reforçava a visão conservadora e autoritária do governo.

[...] na legitimação dos interesses privatistas, não apenas de seus próprios, mas de todo o setor privado, que ainda não tinha força suficiente para dispensar o patrocínio que essa instituição religiosa proporcionava. (Cunha, 2014, p. 360)

Além dessas medidas, o governo militar também adotou outras iniciativas que foram formalizadas em leis e decretos, com o objetivo de promover conhecimentos e valores considerados essenciais para formar o "homem ideal" dentro da ordem social desejada.

Um exemplo importante foi a implementação da disciplina de Educação Moral e Cívica, estabelecida pelo Decreto nº 869, de 12 de setembro de 1969 que visava:

[...] a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus." (BRASIL, 1969, p. 209).

A ideia era promover uma moralidade alinhada com a visão do regime e ensinar os alunos sobre seus deveres cívicos, contribuindo para uma sociedade mais "ordenada" e "unificada", o que ajudava muito a minimizar a influência de ideologias consideradas subversivas ou ameaçadoras, como o comunismo, e a reforçar a visão conservadora e autoritária do regime.

Essas medidas devem ser entendidas dentro do contexto político intenso da época. A maneira como a educação foi moldada reflete as contradições e divisões de uma sociedade estratificada. Não se trata de decisões isoladas ou da vontade de alguns indivíduos, mas sim da expressão dos interesses políticos de uma classe dominante.

Propostas educacionais em qualquer período histórico são uma parte da realidade social total e não devem ser analisadas de forma isolada. Elas refletem

os interesses e os valores de grupos poderosos que influenciam o sistema educacional.

Como Marx destacou, é importante começar com a análise das pessoas reais e das relações que estabelecem entre si. Para Marx, entender a realidade envolve examinar como essas relações são concretamente produzidas. Portanto, para entender as mudanças no sistema educacional, é essencial considerar como essas mudanças foram moldadas pelas condições e interesses da época.

Ela não tem necessidade, como na concepção idealista da história, de procurar uma categoria em cada período, mas sim de permanecer constantemente sobre o solo da história real; não de explicar a práxis partindo da ideia, mas de explicar as formações ideais a partir da práxis material e chegar, com isso, ao resultado de que todas as formas e [todos os] produtos da consciência não podem ser dissolvidos por obra da crítica espiritual, por sua dissolução na “autoconsciência” ou sua transformação em “fantasma”, “espectro”, “visões” etc., mas apenas pela demolição prática das relações sociais reais de onde provêm essas enganações idealistas; não é a crítica, mas a revolução a força motriz da história e também da religião, da filosofia e de toda forma de teoria. (Marx; Engels, 2007, p. 42-43)

Segundo Marx, a classe dominante, ou burguesia, mantém seu poder espalhando ideias e valores que fazem com que todo mundo aceite as relações sociais como algo natural. O golpe de 1964 não foi coisa de alguns poucos malucos ou um plano de última hora de oficiais descontentes. Foi um movimento de uma parte da população que queria barrar as mudanças e reformas que estavam sendo feitas pelo governo na época.

Naquele período, o vice-presidente João Goulart estava na China, e isso foi o suficiente para que os ministros militares, Odílio Denis, Silvio Heck e Gabriel Grun Moss, desrespeitassem a lei para impedir a posse de Goulart. Eles alegaram que havia uma “ameaça comunista”.

Apesar disso, a mobilização popular ajudou a garantir a posse de Goulart através da Campanha da Legalidade, liderada por Leonel Brizola. Sindicatos, federações de trabalhadores e a União Nacional dos Estudantes (UNE) se juntaram para garantir que a Constituição fosse respeitada. Mas, mesmo com todo o esforço, o golpe acabou impondo um sistema parlamentarista que diminuiu os poderes do presidente.

O governo alinhado com os interesses da burguesia e do capital estrangeiro via a educação como uma ferramenta crucial para espalhar suas

ideias e manter a ordem. Nesse cenário, o ensino religioso ganhou uma importância estratégica pois as aulas de religião eram usadas para reforçar valores conservadores e a moral católica, que estavam alinhados com os interesses do regime militar. A ideia era formar cidadãos que seguissem as normas e valores que o governo queria promover, ajudando a legitimar o regime e a manter a ordem social.

Além disso, o ensino religioso também servia para contrabalançar ideologias consideradas ameaçadoras, como o comunismo. Ao promover a moral e a ética católicas, o regime procurava afastar os jovens de pensamentos considerados subversivos e reforçar a visão conservadora do governo.

O golpe de 1964 fortaleceu os interesses da burguesia em detrimento dos trabalhadores e enfraqueceu a democracia. Até mesmo liberais e “democratas” se uniram ao movimento golpista. A tal “democracia” que eles defendiam precisava de um “saneamento moral” e da manutenção da ordem, o que justificava a violência contra quem resistia ao autoritarismo. O ensino religioso foi um dos meios para garantir que essas ideias fossem passadas para as novas gerações, ajudando a solidificar o controle do regime sobre a sociedade.

Tratava-se de torturar, matar ou, com melhor sorte, expurgar pelo exílio todos aqueles que, direta ou indiretamente, eram defensores de mudanças estruturais nas injustas e desiguais sociedades latino-americanas. Concomitantemente, procedeu-se às reformas educacionais sob o ideário da ideologia do capital humano. No Brasil, a ditadura civil militar efetivou reformas da pré-escola à pós-graduação, tendo o ideário do capital humano como concepção. (Frigotto, 2017, p. 29)

Durante a ditadura militar, o regime não apenas impôs repressão política, mas também implementou profundas reformas educacionais que afetaram todos os níveis de ensino, da pré-escola à pós-graduação. Essas reformas tinham como fundamento a ideia de "capital humano", que visava preparar os cidadãos para se tornarem trabalhadores disciplinados, alinhados aos interesses do Estado. O foco estava na formação de uma sociedade que aceitasse os valores conservadores e nacionalistas, incluindo a ênfase em instituições como a pátria, a família e a religião cristã.

No ensino de História, o regime militar controlou o currículo escolar de

modo a reforçar a visão oficial do passado nacional. O conteúdo de História passou a ser orientado para exaltar o patriotismo, promover a ideia de uma "unidade nacional" e ocultar ou distorcer acontecimentos que pudessem questionar a legitimidade do regime. A narrativa histórica nas escolas foi moldada para apresentar uma visão idealizada do Brasil, evitando referências aos movimentos sociais e políticos que eram contrários à ditadura. Isso significava, por exemplo, minimizar ou omitir o contexto das lutas populares, as resistências políticas e as violações dos direitos humanos ocorridas durante o período.

Cerezer (2009) explica que:

A educação brasileira do período do regime militar sofreu profundas reformas que buscavam, como principal objetivo, reformular e adaptar o sistema educacional aos objetivos políticos e ideológicos implantados pelo golpe de 1964. (Cerezer 2009, p. 02)

Um dos instrumentos de controle adotados pelos militares no campo educacional foi a criação do Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969. Por meio dessa legislação, os ministros da Marinha, do Exército e da Aeronáutica tornaram obrigatória a disciplina de Educação Moral e Cívica em todas as escolas do Brasil. Essa medida visava consolidar valores como patriotismo, hierarquia, obediência e lealdade ao regime, utilizando o sistema educacional como ferramenta para alinhar a formação dos estudantes aos ideais do governo militar.

A introdução obrigatória da disciplina Estudos Sociais em todas as oito séries do antigo primeiro grau, com a disciplina de História limitada ao segundo grau, reflete uma estratégia deliberada do regime militar para moldar a mentalidade das novas gerações

A História ensinada nas escolas refletia a visão do governo, sem espaço para debates sobre as desigualdades sociais, os direitos humanos ou as críticas ao regime. A imposição desses valores e a censura das alternativas ideológicas limitaram a liberdade de pensamento e contribuiu para manter a ordem do regime por um longo período.

1.4 Ensino de História e Religioso Pós Redemocratização

O fim do governo autoritário no Brasil possibilitou a promulgação da Constituição Federal de 1988. Nela a educação recebeu destaque especial, sendo abordada em diversos tópicos. Considerada um direito fundamental, a educação é apresentada como dever da família, sociedade e Estado, além de ser um direito prioritário para crianças e adolescentes.

Apesar dos movimentos que surgiram durante a Assembleia Constituinte, pela retirada do Ensino Religioso nas escolas a mobilização popular foi mais intensa. Como resultado, quatro emendas foram inseridas no texto original, assegurando a permanência dessa disciplina nos Ensinos Fundamental e Médio (Cury, 2010).

A Constituição Federal de 1988, estabelece que o Ensino Religioso deve ser oferecido obrigatoriamente nas escolas públicas, durante os horários de aula, embora a matrícula seja facultativa. É relevante observar que o Ensino Religioso é a única disciplina cuja oferta é garantida diretamente pela própria Constituição Federal, enquanto todas as demais estão sujeitas às legislações educacionais específicas.

A disciplina de Estudos Sociais enfrentou críticas crescentes, especialmente em relação à sua abordagem centrada na memorização mecânica e à superficialidade dos conteúdos. Esse descontentamento gerou pressões significativas por mudanças no ensino.

Dois movimentos principais surgiram nesse cenário: o primeiro exigia a reintegração da disciplina de História ao currículo escolar, valorizando-a como área autônoma de conhecimento. O segundo movimento, mais progressista, defendia uma renovação do ensino de História, propondo uma abordagem que fosse além do simples relato de fatos e datas, tornando-a mais conectada aos desafios e interesses de uma sociedade que buscava se reconstruir no período pós-ditadura.

Segundo Schmidt (2012) nesse contexto, começaram a emergir propostas curriculares inovadoras em diversos estados brasileiros. Essas propostas visavam transformar a História em uma disciplina mais reflexiva e crítica, abordando temas que dialogassem com questões sociais, culturais e políticas contemporâneas. A renovação também buscava resgatar narrativas silenciadas

pelo regime militar, promovendo uma visão mais pluralista e inclusiva da história nacional.

E como era necessário discutir os detalhes do processo educacional a Constituição previu a promulgação de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) em 1996. Essa lei, sob o número 9394, trouxe avanços na democratização do ensino e na garantia da oferta de educação pública gratuita. Mas a deliberação sobre conteúdos mínimos a serem estudados foi adiada até a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) têm como objetivo oferecer educação de qualidade em todo o país, fornecendo orientações aos professores. Considerando as particularidades de cada região, as sugestões e metas são abrangentes e podem ser adaptadas conforme a necessidade de cada município, bairro ou escola. A criação dos PCN de acordo com Santiago (2015) surgiu da necessidade de oferecer uma educação de qualidade à população, já que pesquisas apontaram grande taxa de repetência e evasão escolar em 1992.

Apesar disso, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), elaborados conforme o artigo 9º da LDBEN, não abrangeram o Ensino Religioso na época. Somente em 1997, Fórum Nacional Permanente de Ensino Religioso (FONAPER) publicou uma proposta curricular para a disciplina, buscando conferir a ela uma identidade única em todo o território nacional. O Fonaper foi criado em 1995, e mobiliza educadores de Ensino Religioso associados a várias confissões religiosas e procura assegurar a inclusão da disciplina em todos os níveis de ensino. Além disso, busca estabelecer um conteúdo programático apropriado e atuar na formação dos docentes, bem como nas condições de trabalho relacionadas à disciplina.

No dia 11 de fevereiro do ano de 2010, foi assinada a promulgação do Acordo Brasil e Santa Sé, que estabelece o Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil. O ato foi divulgado na edição do dia 12 de fevereiro daquele ano, no Diário Oficial da União. O Acordo, é um instrumento jurídico que regula as relações entre a Santa Sé e o Estado brasileiro.

Muitos defensores da Constituição brasileira e da laicidade do Estado se manifestaram fortemente contra a Concordata, pois entendiam que o acordo comprometia a separação entre Estado e religiões. Além disso, por conceder benefícios exclusivamente à Igreja Católica, eles consideravam que isso

representava uma violação da igualdade entre as diferentes religiões no país.

Segundo Fischman (2009) o Ensino Religioso escolar seria impactado pela Concordata devido ao seu Artigo 11, que prevê o ensino da religião católica e de outras religiões nas escolas públicas, embora o Ensino Religioso sempre esteve em todas as Constituições brasileiras desde 1934, grande parte da sociedade considerava o texto da Concordata como uma alteração na C.F., pois adotava o modelo confessional de Ensino Religioso. Além disso, a forma como o texto foi escrito, dava a entender que a religião católica tinha autoridade para se manifestar em nome de outros grupos religiosos.

Em julho do mesmo ano a Procuradoria Geral da República, ajuizou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade referente à oferta de Ensino Religioso confessional, mas no ano de 2017 por seis votos a cinco, o Supremo Tribunal Federal julgou improcedente¹, a Ação da PGR. Os ministros entenderam que o ensino religioso nas escolas públicas brasileiras pode ter natureza confessional, ou seja, vinculado às diversas religiões.

A inclusão do polêmico Ensino Religioso na Constituição sinalizou a necessidade de uma proposta curricular alinhada com essa nova direção. Assim, tornou-se imperativo repensar e reinterpretar o conteúdo dessa disciplina, afastando-se de sua tradição impositiva.

No próximo capítulo, aprofundaremos a análise do Ensino Religioso e Ensino de História no Brasil, explorando tanto as leis que o regulamentam quanto os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Começarei examinando a Constituição Federal de 1988, que estabelece o Ensino Religioso como uma disciplina opcional nas escolas públicas e destaca a importância de respeitar a diversidade religiosa. Em seguida, discutirei a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e as resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE), que moldam como o Ensino Religioso deve ser implementado e administrado.

Além disso, analisaremos os PCN, que fornecem diretrizes detalhadas

¹ STF conclui julgamento sobre ensino religioso nas escolas públicas: Por maioria, Plenário julgou improcedente a ADI na qual a Procuradoria-Geral da República questionava o modelo de ensino religioso nas escolas da rede pública.. Supremo tribunal federal , Brasília, 27 set. 2017. notícias, p. 41. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=357099&ori=1>. Acesso em: 30 nov. 2024.

para o Ensino Religioso nas escolas. Esses PCN orientam como a disciplina deve ser abordada, garantindo que a educação religiosa seja inclusiva e pluralista, e que respeite a laicidade do Estado. Veremos como essas diretrizes influenciam a prática educativa e a formação dos alunos, promovendo uma visão equilibrada e respeitosa das diversas crenças.

2 ENSINO RELIGIOSO, ENSINO DE HISTÓRIA E A LEI: EXPLORANDO A CONSTITUIÇÃO, A LDB, OS PCN E A BNCC.

2.1 Constituição Federal 1988

A Constituição Federal (Brasil, 1988), no artigo 5º, VI, estipula ser inviolável a liberdade de consciência e de crença, assegurando o livre exercício dos cultos religiosos e garantindo, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e as suas liturgias.. Isso significa que o Estado deve assegurar que todos os cidadãos possam praticar sua religião sem enfrentar intolerância ou discriminação. Em outras palavras, o governo não pode apoiar ou favorecer nenhuma religião específica, mas deve proteger o direito de cada pessoa seguir a religião de sua escolha.

No contexto educacional, isso também se reflete no ensino religioso. A Constituição permite que o ensino religioso seja oferecido nas escolas públicas, mas como uma disciplina opcional. Isso significa que, enquanto as escolas podem oferecer aulas sobre religiões, elas não podem impor uma religião específica a todos os alunos. O objetivo é garantir que o ensino religioso seja inclusivo e respeitoso com todas as crenças, promovendo a compreensão e o respeito mútuo entre diferentes tradições religiosas.

Assim, ser um Estado laico não significa que a religião não tenha importância na sociedade. Em vez disso, significa que o governo e as instituições educacionais devem manter uma postura neutra, garantindo que a educação religiosa nas escolas seja conduzida de forma pluralista e respeitosa. Portanto, a liberdade religiosa no Brasil é assegurada não apenas por evitar o apoio governamental a uma religião específica, mas também ao garantir que o ensino religioso nas escolas respeite a diversidade de crenças e promova um ambiente de aprendizado inclusivo.

Para entender a liberdade religiosa e como ela se aplica ao ensino religioso no Brasil, é necessário primeiro analisar o conceito de religião em si, pois o que para um homem pode ser considerado sagrado, para outro pode ser visto como imoralidade, e isso para fins legais torna-se impossível de definir.

A religião surgiu nos primórdios da existência humana, quando os

primeiros humanos se tornaram sedentários, e estavam relacionadas com fenômenos da natureza, que talvez fossem entendidos como manifestação divina. Nós humanos sentimos a necessidade de dar sentido à vida, ter e oferecer conforto e entender o mundo espiritual.

Hoje é comum usar a religião para descrever diferentes conceitos, crenças e práticas como o judaísmo, o cristianismo, o islamismo, o hinduísmo, o budismo, o confucionismo e o taoísmo. Esses são exemplos clássicos de religiões que a gente vê frequentemente. Além dessas religiões grandes e bem conhecidas, existem também outras formas de crença que não têm um nome específico, mas que são bem presentes em certas regiões ou grupos. Essas formas de crença podem ser bem diferentes entre si, mas todas se encaixam na ideia mais ampla de religião que usamos hoje em dia.

Para entender o que é religião, pode ser mais útil usar uma definição filosófica, já que é difícil encontrar uma definição legal precisa. Segundo Carlos Lopes de Mattos (1957) religião é a "crença em um ser superior que afeta a nossa vida" ou "uma comunidade que se une por meio da crença e dos ritos"

Então, se pegarmos essa definição e a aplicarmos ao contexto do Brasil, especialmente à Constituição Federal de 1988, podemos ver como o ensino religioso se encaixa nisso.

A liberdade de religião garantida na Constituição é sobre três coisas principais: a liberdade de crença, a liberdade de culto e a liberdade de organização religiosa.

A Liberdade de Crença segundo José Afonso da Silva (2007, p. 233) significa que você pode escolher, mudar ou não ter uma religião. Você tem o direito de seguir qualquer religião, mudar de religião se quiser, ou até mesmo decidir não seguir nenhuma. Também inclui ser ateu ou agnóstico. Mas, claro, isso não te dá o direito de atrapalhar a prática religiosa dos outros.

Igualmente, a Liberdade de Culto refere-se ao direito de praticar sua religião, orar e fazer rituais tanto em casa quanto em público. E também o direito de receber doações para essas práticas religiosas e a Liberdade de Organização Religiosa significa que você pode criar e organizar igrejas e outras instituições religiosas, e definir como essas organizações vão interagir com o Estado.

No Brasil, a Constituição de 1988 garante que a educação respeite a liberdade de religião. No caso do Ensino Religioso nas escolas públicas, isso

quer dizer que ele deve ser opcional e deve respeitar a diversidade de crenças dos alunos. As escolas podem oferecer aulas de religião, mas você não é obrigado a participar. A ideia é promover o respeito e a compreensão entre diferentes religiões e crenças.

A Constituição do Brasil garante que todos podem praticar a religião que quiserem e o Estado deve proteger essa diversidade. Isso quer dizer que ninguém pode ser impedido de seguir sua religião.

Além disso, a Constituição permite que pessoas de qualquer religião participem da vida pública e do governo. O que não pode acontecer é o governo apoiar ou se alinhar com uma religião específica.

A liberdade religiosa está conectada a outras liberdades importantes, como a liberdade de expressão e de pensamento. Para que todos possam praticar sua religião livremente, é preciso também garantir essas outras liberdades.

Analisando cada artigo relacionado à Liberdade Religiosa e a proteção dos direitos relacionados, vimos o seguinte:

Artigo 5º, VI: Garante que a liberdade de consciência e de crença é inviolável. Isso significa que você pode praticar qualquer religião e o Estado deve proteger os lugares de culto e as cerimônias religiosas.

Artigo 5º, VII: Assegura que você pode receber assistência religiosa em instituições como hospitais e prisões.

Artigo 5º, VIII: Afirma que ninguém pode perder direitos por causa de sua religião ou crença, a menos que use isso para evitar cumprir uma obrigação legal.

Artigo 19, I: Proíbe o governo de criar ou apoiar uma religião específica e de fazer acordos com igrejas ou religiões, mas permite a colaboração quando for de interesse público.

Artigo 150, VI, b: Proíbe a cobrança de impostos sobre templos religiosos. Isso significa que lugares de culto não precisam pagar impostos sobre seu patrimônio e receitas que estão relacionados com suas atividades religiosas.

Artigo 120: Estabelece que o ensino fundamental deve incluir conteúdos básicos e respeitar valores culturais. O ensino religioso é uma matéria opcional nas escolas públicas de ensino fundamental.

Artigo 213: Diz que recursos públicos podem ser usados para escolas

comunitárias, confessionais (religiosas) e filantrópicas, desde que sejam sem fins lucrativos e sigam regras definidas por lei. Também menciona que, se não houver vagas nas escolas públicas, o governo pode oferecer bolsas de estudo para ajudar.

Artigo 226, parágrafo 3º: Afirma que casamentos religiosos têm efeitos civis, ou seja, são reconhecidos legalmente se forem feitos conforme a lei.

Apesar de termos toda uma Legislação que protege tudo isso, no Brasil cotidianamente acontece algo muito diferente, pois todos nós convivemos com feriados e festividades de caráter religioso, e todo nosso calendário é marcado assim, e a grande maioria feriados católicos. Datas de outras religiões, como o Ano Novo Judaico, o Ano Novo Chinês ou o período de jejum muçulmano, não são feriados nacionais. Ou seja, o reconhecimento continua centralizado na religião Cristã, e mais recentemente foram adicionados feriados relacionados à Cultura Afrodescendente.

Embora não seja necessariamente inconstitucional ter feriados religiosos, o Brasil tem raízes profundas no catolicismo, que foi a religião oficial durante o período colonial. Essa herança moldou a cultura, os costumes e as tradições brasileiras, deixando marcas profundas na sociedade. A predominância de feriados católicos no calendário nacional é um reflexo desse passado.

A identidade brasileira é construída a partir de diversas influências, incluindo a religião. A presença marcante do catolicismo na formação do país contribuiu para a construção de uma identidade nacional fortemente associada a essa religião. No entanto, essa identidade foi moldada de forma plural e diversa, e outras religiões também fazem parte da história e da cultura brasileiras.

Nessa questão na minha análise, entra a importância do ensino de História abordar a História das Religiões, o que poderia ajudar na compreensão e respeito das diversas tradições e crenças das pessoas. Aprender sobre diferentes religiões e suas práticas ajudaria os alunos, e integrantes da sociedade a entender melhor a diversidade cultural e religiosa. Isso não só promoveria desde antes o respeito e a inclusão, mas também prepararia os jovens para viver em uma sociedade plural, onde as pessoas têm diferentes tradições e modos de vida.

É importante lembrar que o entendimento sobre diferentes crenças e

práticas faz parte das competências propostas por vários componentes curriculares, como História e Sociologia. Quando bem conduzida, a abordagem histórica e cultural das religiões ajuda a formar cidadãos mais informados, tolerantes e abertos ao diálogo, pois, enquanto temas como esses são discutidos informalmente em casa, muitas vezes são deixados de lado no ambiente escolar, onde poderiam receber um tratamento mais estruturado e informativo. Esse vácuo nas discussões escolares acaba por privar os alunos de uma compreensão mais crítica e contextualizada, que seria essencial para formar cidadãos que sabem lidar com a diversidade e os desafios do mundo contemporâneo.

Discutir a história e o papel das religiões no contexto educacional se torna necessário, não para influenciar crenças, mas para ampliar o entendimento cultural e histórico dos estudantes.

O estudo das religiões no contexto histórico e cultural permite aos alunos enxergar as influências positivas e negativas que a religião pode ter no cenário global. Em vez de reforçar estereótipos ou simplificar questões complexas, essa abordagem fomenta uma visão equilibrada e fundamentada.

2.2 LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (LDB)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabeleceu que o ensino religioso seria facultativo para os alunos, mas obrigatório para as escolas públicas de ensino fundamental. Isso significa que as escolas deveriam oferecer as aulas, mas os alunos poderiam optar por não assistir a elas.

A Lei estabelecia relativamente à disciplina em questão, no momento de sua promulgação em 1996:

Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, sendo oferecido, sem ônus para os cofres públicos, de acordo com as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis, em caráter:

I – confessional, de acordo com a opção religiosa do aluno ou do responsável, ministrado por professores ou orientadores religiosos preparados

e credenciados pelas respectivas igrejas ou entidades religiosas; ou

II – interconfessional, resultante de acordo entre as diversas entidades religiosas, que se responsabilizarão pela elaboração do respectivo programa.

A LDB estabelece que o ensino religioso seja facultativo, ou seja, os alunos ou responsáveis podem optar por participar ou não dessa disciplina. Ao torná-lo facultativo, a lei reconhece a diversidade religiosa e a liberdade de crença dos estudantes e de suas famílias, evitando a imposição de qualquer prática religiosa específica. Além disso, determina que o ensino religioso ocorra dentro do horário escolar, como parte do currículo das escolas públicas, o que legitima sua importância como componente educacional, mesmo sendo optativo.

A lei também especifica que o ensino religioso deve ser oferecido "sem ônus para os cofres públicos", uma determinação para evitar que o Estado seja financeiramente responsável pelo ensino religioso. Esta medida visa manter a laicidade do Estado, impedindo que fundos públicos sejam direcionados para atividades de caráter religioso.

A opção confessional permite que o ensino religioso seja alinhado a uma religião específica, conforme a preferência manifestada pelo aluno ou por seus responsáveis. O ensino confessional deve ser ministrado por professores ou orientadores credenciados pelas igrejas ou entidades religiosas correspondentes, garantindo que o conteúdo esteja em conformidade com os princípios dessa religião. Essa abordagem é uma forma de respeitar as crenças individuais dos alunos, mas, ao mesmo tempo, levanta questões quanto à pluralidade religiosa e ao risco de favorecimento de determinadas religiões nas escolas públicas

A modalidade interconfessional permite que o ensino religioso seja ministrado a partir de um acordo entre várias entidades religiosas, com o objetivo de criar um programa comum que contemple diferentes crenças. Essa abordagem é mais inclusiva e reflete um ideal de pluralismo, buscando proporcionar uma visão ampla e respeitosa das várias tradições religiosas. No entanto, esse modelo requer diálogo e consenso entre diferentes instituições religiosas, o que pode ser um desafio em termos de elaboração de um currículo que seja aceitável para todos.

Talvez o artigo 33 da LDB tenha trazido mais ambiguidade à questão do Ensino Religioso, que acaba repercutindo nas Instituições e nos professores,

consequentemente no aluno.

Primeiramente, o caráter facultativo da disciplina levanta uma questão central: embora o ensino religioso esteja incluído nos horários normais das escolas públicas, ele não é obrigatório, o que pode causar uma fragmentação na experiência educativa dos alunos. As escolas precisam lidar com a logística de acomodar estudantes que optam por não participar, o que implica em ajustes de horários, atividades alternativas e, frequentemente, uma sobrecarga para os professores e administradores.

Além disso, a escolha entre o ensino confessional e o interconfessional abre espaço para potenciais conflitos institucionais e pedagógicos.

Essa ambiguidade também impacta os professores, que, ao serem incumbidos de ministrar a disciplina, muitas vezes enfrentam a falta de clareza sobre o conteúdo e a abordagem pedagógica adequada. A falta de formação específica em temas religiosos e a falta de diretrizes uniformes sobre o que e como ensinar fazem com que os educadores frequentemente improvisem ou sigam seus próprios entendimentos, o que leva a uma diversidade de práticas de ensino dentro do mesmo sistema público.

Por fim, para os alunos, essa indefinição na implementação do ensino religioso pode gerar confusão e, em alguns casos, desconforto. Ao invés de se beneficiar de uma abordagem educativa sobre a diversidade religiosa e o respeito mútuo, o aluno pode encontrar um ambiente onde a religião é tratada de forma contraditória ou insatisfatória, o que enfraquece o objetivo pedagógico de formar cidadãos críticos, respeitosos e informados.

De acordo com Saviani (2004), quando a Constituição Federal de 1988 estava sendo votada, a Igreja Católica teve uma influência bastante grande, conseguindo garantir que o Ensino Religioso fosse incluído na Constituição. A ideia inicial era que o Estado não só oferecesse a disciplina nas escolas, mas também pagasse os salários dos professores de religião.

A proposta foi alterada quando a Câmara dos Deputados decidiu incluir a frase “sem ônus para os cofres públicos”.

Significava que o governo não seria obrigado a pagar pelos professores de religião. Essa mudança deixou a Igreja Católica insatisfeita, usando sua ainda grande influência para tentar mudar isso. O resultado foi que, mais tarde, a Lei 9475/97 alterou o artigo da Constituição, ajustando a questão de como o Ensino

Religioso seria tratado:

LEI Nº 9.475, DE 22 DE JULHO DE 1997:

Dá nova redação ao art. 33 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Art. 1º O art. 33 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

§ 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso."

Isso abriu espaço para que os interesses da Igreja pressionassem por alterações na Legislação.

Segundo Cunha (2004) :

Em atendimento ao apelo presidencial, feito, aliás, quando se preparava a visita do papa João Paulo II ao Brasil, o Congresso Nacional foi rápido: em apenas seis meses aprovou a mudança da LDB. Além de silêncio sobre o uso de recursos públicos para o ensino religioso, a nova redação do artigo 33 fazia do ensino religioso "parte integrante da formação básica do cidadão", em flagrante contradição com o caráter facultativo estabelecido pela Constituição. A omissão da responsabilidade financeira sobre os custos do Ensino Religioso transferiu a questão para as negociações entre as entidades religiosas e os governos estaduais e municipais, instâncias políticas onde a divisão do Poder Público, ao contrário da unidade de ação daquelas entidades, ao menos da Igreja Católica, é garantia de seu sucesso. A divisão da interlocução estatal (em duas dúzias de unidades da federação e em mais de cinco milhares de municípios) foi um procedimento tendente a facilitar o ganho de espaço dos grupos religiosos diante de eventuais resistências laicas ou até mesmo do adiamento na implantação do ensino religioso, em função de escolhas ditadas pela prática imediata". (Cunha, 2004, p. 03)

Houve uma pressão significativa, chamada de "lobby eclesiástico", para a aprovação do Ensino Religioso na Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional (LDB). Esse lobby resultou na aprovação da Lei nº 9.475/97, que modificou o artigo 33 da LDB. Essa mudança fez parecer que as igrejas não queriam assumir os custos relacionados à disciplina de Ensino Religioso e também não estavam dispostas a abrir mão das possíveis vantagens que poderiam ganhar com isso. Essa lei, proposta pelo padre Roque Zimmerman, definiu o Ensino Religioso como uma matéria regular no currículo das escolas públicas, mas ainda como uma escolha opcional para os alunos.

Essa alteração levantou a ideia de um "currículo oculto" para o Ensino Religioso e reacendeu o debate sobre a diferença entre escolas públicas e privadas. De acordo com Cunha (1989), a escola pública enfrenta uma competição constante com instituições privadas e confessionais, que muitas vezes se beneficiam da situação em termos de recursos e influência.

De fato muitas Instituições de Ensino confessionais, usufruem de um certo status na sociedade.

O Fórum Nacional Permanente de Ensino Religioso (FONAPER) foi criado em 26 de setembro de 1995, em Florianópolis, e teve um papel importante no Ensino Religioso com a nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB). No início, o FONAPER trabalhou para ajudar a criar e implementar a nova LDB, que foi aprovada em 1996 e 1997, e também contribuiu para o desenvolvimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso.

Desde que foi fundado, o FONAPER tem se dedicado a várias atividades, como formar professores e apoiar a organização de iniciativas no campo do Ensino Religioso. Eles ajudam a coordenar e fornecer recursos para professores, associações e pesquisadores interessados no assunto.

O Ensino Religioso, no passado, era bastante voltado para a doutrinação, ou seja, para ensinar uma determinada religião de forma bastante rígida. No entanto, com as novas reformas na educação nacional, aconteceu uma demanda crescente para repensar essa abordagem. A ideia agora é tornar o Ensino Religioso mais inclusivo e respeitador das diferentes crenças, promovendo a compreensão e o diálogo entre diversas religiões, em vez de focar em apenas uma doutrina específica, para essa mediação o FONAPER tem ajudado a transformar a visão e buscando garantir que o Ensino Religioso não apenas transmita conhecimentos sobre diferentes religiões, mas também fomente o diálogo e a compreensão entre as diversas crenças.

O Ensino Religioso não poderia ser usado para convencer os alunos a seguir uma religião específica e as Secretarias de Educação deveriam consultar entidades civis que representam as diferentes religiões para ajudar a definir o conteúdo que será ensinado.

O artigo 33 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1997 trouxe algumas mudanças, mas também deixou algumas questões em aberto e mesmo com a tentativa de tornar o Ensino Religioso mais “inclusivo” e respeitador das várias crenças, a lei deixou algumas questões complicadas, como a responsabilidade das escolas e das organizações religiosas em relação ao ensino dessa matéria.

Enquanto a lei legitima a presença do Ensino Religioso nas escolas, ela também cria desafios. A necessidade de equilibrar a responsabilidade entre o Estado e as organizações religiosas, manter a neutralidade e a participação de diferentes entidades pode tornar a implementação prática dessa lei complicada.

De acordo com Zimmermann (1998), a nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) causou insatisfação imediata entre comunidades escolares e diferentes grupos religiosos após sua promulgação. Eles ficaram descontentes porque a lei parecia prejudicar a organização. Desde o início da República, a discussão sobre a laicidade da escola pública no Brasil gerou muitos conflitos como a utilização de símbolos religiosos em espaços públicos, como escolas, influência de grupos religiosos em políticas públicas educacionais, como a elaboração de currículos e a escolha de materiais didáticos, discussão sobre temas como educação sexual, gênero e diversidade sexual muitas vezes se entrelaça com debates sobre laicidade. Grupos religiosos conservadores frequentemente se opõem a abordagens mais liberais, argumentando que a escola deve transmitir valores morais tradicionais.

De acordo com Figueredo (1999, p.149), esses conflitos têm dificultado a definição clara da identidade do Ensino Religioso no país. No decorrer da história, debates sobre a inclusão do Ensino Religioso nas escolas têm mostrado duas visões principais, a francesa e a americana.

De um lado, a visão mais próxima da hermenêutica francesa, que defende uma separação rigorosa entre religião e Estado. Para essa perspectiva, a escola deve ser um espaço neutro, sem influências religiosas, para garantir que todos os alunos, independentemente de suas crenças, tenham um ambiente imparcial

para aprender. A ideia é que a presença de Ensino Religioso nas escolas públicas poderia violar essa neutralidade e prejudicar a liberdade religiosa dos alunos que não compartilham da mesma fé.

Por outro lado, a visão mais próxima da hermenêutica americana sugere que o Ensino Religioso pode ter um lugar nas escolas públicas, desde que seja apresentado de forma inclusiva e não proselitista. Isso significa que a disciplina deve respeitar a diversidade religiosa e oferecer um panorama das várias crenças, em vez de promover uma religião específica. Essa abordagem vê o Ensino Religioso como uma oportunidade para ensinar respeito e compreensão entre diferentes crenças e culturas, sem impor uma fé específica.

A grande divergência na discussão sobre o Ensino Religioso nas escolas públicas está no uso do dinheiro público. O Estado brasileiro é laico, o que significa que não deve favorecer ou apoiar uma religião específica com recursos do governo. No entanto, mesmo que o financiamento do Ensino Religioso seja público, isso não deveria comprometer a imparcialidade do Estado em relação às religiões.

A ideia é que mesmo que o dinheiro fosse usado para pagar por essa disciplina, isso não significa que o Estado estaria se alinhando com nenhuma religião em particular.

Mas, como o direito não é uma ciência exata e pode ser interpretado de diferentes maneiras, essa visão nem sempre é clara para todos. O desafio está em como garantir que o Ensino Religioso respeite a diversidade de crenças e ao mesmo tempo seja oferecido de maneira justa e equilibrada nas escolas públicas, mas o direito à liberdade religiosa também implica o direito de não professar nenhuma religião. Assim, os alunos que não desejam participar das aulas de Ensino Religioso devem ter essa opção garantida.

A Igreja Católica sempre esteve no centro dessa discussão, pois uma matriz religiosa de quase 500 anos como modelo histórico não pode ser negada, só que o estado deve prover recursos para que haja igualdade de condições entre o ensino religioso respeitando as tantas outras religiões presentes aqui e as outras disciplinas, além do fato que não se pode privar o ser humano de sua busca espiritual, ou seja diante de tudo isso, o objetivo do Ensino Religioso é proporcionar:

“uma visão mais informe da vida, do bem e do relacionamento humano

comprometido, que se traduz numa vivencia solidária permanente” (Figueredo, 1999, p. 172).

De acordo com Candido (2004), o Ensino Religioso deve ser visto como uma forma de ajudar os alunos a entender melhor o fenômeno religioso e a diversidade cultural religiosa. Em vez de promover uma religião específica, o objetivo é oferecer informações que respeitem e reconheçam a variedade de crenças presentes na sociedade. Isso contribui para uma formação mais completa e respeitosa dos estudantes em relação às diferentes tradições religiosas.

O ER é um conhecimento que subsidia o educando para que ele se desenvolva sabendo de si. Não se trata de mera informação de conteúdos religiosos, um saber pelo saber, mas de um conhecimento em relação, que deve oportunizar o saber de si, no qual o educando conhecerá os elementos básicos que compõem o fenômeno religioso para que compreenda sua busca do Transcendente. O ER, conforme descreve o artigo 33 da LDB, é disciplina dos horários normais, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa e vedadas quaisquer formas de proselitismo. Deve partir do convívio social dos educandos, respeitando a tradição que traz de sua família e salvaguardando sua liberdade de expressão. Tem por finalidade o diálogo e a reverência ao Transcendente presente no outro. Deve oferecer conteúdo que subsidiem o entendimento do fenômeno religioso a partir da relação entre as culturas e as tradições religiosas; conteúdos que proporcionem o conhecimento dos elementos básicos que compõem o fenômeno religioso: conhecer para valorizar e conviver. Trata-se de uma aprendizagem processual, progressista e permanente, que deve proporcionar uma continuidade progressiva no entendimento do fenômeno religioso. Deve trabalhar com um conhecimento religioso, historicamente construído e revelado. A troca de conhecimento religioso entre diferentes, no respeito à alteridade, sensibiliza para o Mistério e para a compreensão do sentido da vida e da vida além-morte, elaborado pelas Tradições Religiosas. Trata-se de um conhecimento que constrói significados a partir das relações que o educando estabelece no entendimento do fenômeno religioso. Como disciplina, supõe uma prática didática contextualizada e organizada; esta prática é um ato intencional, que se efetua numa atitude dialogal, necessitando ser participativa. O ER requer uma avaliação processual, que considere o objetivo, os conteúdos e a prática didática. Os instrumentos de avaliação são comuns aos do processo de ensino, mas respeitando a índole específica de ministrar o ER: observação, reflexão e informação. (Candido, 2004, p. 34 – 35).

A citação de Candido (2004) apresenta uma visão abrangente e profunda sobre o Ensino Religioso (ER) no contexto escolar brasileiro. O autor defende um ER que vai além da mera transmissão de informações sobre diferentes religiões, propondo uma abordagem em que o educando passe a se conhecer melhor, a entender suas crenças e a buscar o seu lugar no mundo. Candido enfatiza que o ER não é um conhecimento isolado, mas sim um conhecimento que se constrói a partir da relação do indivíduo com o mundo, com os outros e consigo mesmo.

Tanto o ER quanto o ensino de História se dedicam a construir o conhecimento a partir de uma perspectiva histórica e cultural e enfatizam a importância de reconhecer e respeitar a diversidade, seja ela religiosa, cultural ou histórica. Ao estudar diferentes religiões ao longo da história, os alunos desenvolvem uma compreensão mais profunda das diferentes formas de pensar e viver no mundo.

Com a mudança feita pela lei 9475/97, o artigo 33 da LDB agora trata o Ensino Religioso como parte do currículo das escolas públicas.

O Ensino Religioso, conforme reestruturado pela Lei 9475/97, visa oferecer uma educação que respeite a pluralidade de crenças, garantindo um espaço onde os alunos possam aprender sobre diferentes tradições religiosas de maneira neutra e inclusiva. Esse objetivo converge com o do Ensino de História, que também busca proporcionar uma visão ampla e crítica sobre as transformações sociais, culturais e políticas da humanidade, incluindo o papel das religiões e das crenças nas diferentes civilizações e épocas.

Ao estudar História, os alunos têm a oportunidade de ver como as religiões influenciaram (e foram influenciadas por) contextos históricos, como as dinâmicas de poder, as práticas culturais e as transformações econômicas e políticas. O ensino de temas como a Idade Média, o Renascimento, as Reformas Protestantes e as grandes navegações, por exemplo, envolvem necessariamente a discussão das crenças e das instituições religiosas que moldaram esses períodos. A história do Brasil também inclui o impacto do catolicismo, do espiritismo, das religiões afro-brasileiras, do judaísmo e do islamismo, entre outras, na formação cultural do país.

Assim, o Ensino Religioso e o Ensino de História podem atuar de forma complementar. O Ensino Religioso permite uma abordagem mais aprofundada sobre as doutrinas, os valores e as tradições de diversas crenças, enquanto a História oferece um contexto sobre como essas religiões influenciaram e ainda influenciam, sociedades e culturas. Esse diálogo entre as disciplinas ajuda a promover uma compreensão mais completa e crítica da diversidade cultural e religiosa, formando alunos que não apenas conhecem os fatos históricos, mas também entendem as motivações, conflitos e transformações associadas a esses eventos.

Além disso, a neutralidade e o respeito à pluralidade exigidos no Ensino

Religioso podem inspirar abordagens no Ensino de História que também respeitem diferentes perspectivas e evitem visões unilaterais. Em uma sociedade diversa, Ensino de História e Ensino Religioso reforçam juntos os princípios de convivência e respeito, formando cidadãos mais conscientes e preparados para lidar com a complexidade cultural do mundo contemporâneo.

A reflexão de Ruedell (2007) sobre o Ensino Religioso após a mudança na LDB destaca uma evolução significativa em sua abordagem, que agora incorpora uma base cultural e antropológica. Essa transformação é essencial, especialmente em um contexto social cada vez mais pluralista e diversificado, onde as escolas desempenham um papel fundamental na promoção do respeito às diferenças e na construção de uma convivência harmoniosa entre as várias tradições religiosas e culturais.

A proposta de um Ensino Religioso que valorize as diversas expressões de fé e cultura se entrelaça com os objetivos do Ensino de História. Ambos têm o potencial de oferecer aos alunos uma compreensão mais rica e profunda das interações entre diferentes sociedades, crenças e tradições ao longo do tempo. Enquanto o Ensino Religioso se concentra em explorar as particularidades e valores de várias religiões, o Ensino de História fornece o contexto histórico necessário para compreender como essas tradições foram moldadas, transformadas e influenciaram eventos significativos ao longo dos séculos.

O diálogo entre essas duas disciplinas é importante, pois permite que os alunos desenvolvam uma perspectiva crítica sobre o papel da religião na história da humanidade. Por exemplo, ao estudar períodos históricos como a Idade Média, as Cruzadas ou a Reforma Protestante, os alunos podem entender não apenas os eventos em si, mas também as motivações religiosas e culturais que os impulsionaram. Essa abordagem integrada ajuda a desmistificar preconceitos e a promover um entendimento mais empático das crenças dos outros, um aspecto essencial para a convivência pacífica em uma sociedade plural.

Além disso, a conexão entre o Ensino Religioso e o Ensino de História também se torna evidente quando se considera a influência das religiões nas culturas e na formação das identidades sociais. As tradições religiosas muitas vezes moldam práticas culturais, festividades e até mesmo legislações, e o entendimento desses vínculos históricos é fundamental para que os alunos reconheçam a complexidade das dinâmicas sociais contemporâneas. Por meio

da educação, é possível cultivar uma consciência crítica que permita aos estudantes não apenas respeitar, mas também valorizar as diferenças que enriquecem o tecido social.

No entanto, para que essa integração entre o Ensino Religioso e o Ensino de História seja eficaz, é fundamental que ambos os campos sejam abordados de forma interdisciplinar, com professores capacitados e preparados para facilitar discussões que respeitem a diversidade. Os educadores precisam adotar uma postura neutra, promovendo um espaço de diálogo aberto onde os alunos possam expressar suas crenças e opiniões, mas também se comprometerem a ouvir e aprender sobre as perspectivas dos outros.

Assim, a importância do Ensino Religioso, ao assumir uma base cultural e antropológica, não se limita apenas a transmitir conhecimento sobre diferentes tradições, mas também se expande para fomentar um ambiente educacional que valoriza o respeito e a convivência pacífica. Quando alinhado ao Ensino de História, este enfoque pode contribuir significativamente para a formação de cidadãos mais conscientes, empáticos e críticos, preparados para viver em um mundo pluralista e interconectado. Esse esforço conjunto entre as duas disciplinas é vital para garantir que as futuras gerações compreendam e respeitem a riqueza da diversidade religiosa e cultural que caracteriza a sociedade atual.

A análise de Cândido (2004) sobre o Artigo 33 da LDB evidencia a complexidade de uma legislação que tenta equilibrar múltiplos interesses, refletindo as tensões históricas e sociais em torno do Ensino Religioso no Brasil. A LDB exige que as escolas ofereçam essa disciplina como parte do currículo obrigatório, mas torna sua matrícula facultativa, criando uma ambiguidade que afeta diretamente sua implementação e o papel da escola pública como um espaço laico.

A obrigatoriedade de oferta versus a liberdade de escolha é uma das principais contradições na LDB. Por um lado, o Estado é laico e, teoricamente, neutro em relação às crenças religiosas, mas por outro, a LDB insere o Ensino Religioso no espaço público escolar. Esse paradoxo muitas vezes coloca as escolas em uma posição delicada, pois elas precisam garantir a diversidade e o respeito às diferentes tradições religiosas, ao mesmo tempo que evitam o proselitismo. Na prática, a falta de diretrizes mais claras sobre o conteúdo e a

forma de abordagem deixa as escolas e os educadores expostos a interpretações divergentes, que variam de acordo com a região e a cultura local.

Esse mosaico de interesses, como aponta Cândido, expõe as tensões entre o direito à liberdade religiosa e o princípio do Estado laico. A LDB parece caminhar em uma linha tênue, tentando garantir o direito à educação religiosa sem infringir o direito das famílias de escolherem ou não expor seus filhos a essa educação. Essa busca por um equilíbrio, no entanto, deixa espaço para interpretações variadas e até para a promoção de certas tradições religiosas em detrimento de outras, o que pode comprometer o princípio da neutralidade.

Além disso, a falta de uma formação específica para os professores de Ensino Religioso é outro ponto problemático que Cândido aborda implicitamente. Muitos professores acabam transmitindo seus próprios valores religiosos, conscientemente ou não, ao invés de oferecer uma educação que fomente o diálogo e o respeito entre diferentes crenças. A lei, ao não prever uma formação padronizada e especializada para os docentes de Ensino Religioso, contribui para a perpetuação de uma prática educativa que pode ser parcial e até contraditória aos princípios de diversidade e respeito que a legislação busca promover.

Essa ambiguidade da LDB em relação ao Ensino Religioso reflete as tensões políticas e sociais mais amplas que envolvem a educação no Brasil. A inserção de uma disciplina que versa sobre espiritualidade e crenças pessoais em um sistema público e laico traz consigo a responsabilidade de manter o equilíbrio entre direitos individuais e a laicidade do Estado, um desafio que a LDB não resolve por completo. Na prática, o Artigo 33 espelha o desejo de reconhecer a diversidade religiosa da sociedade brasileira, mas não oferece mecanismos suficientes para evitar interpretações que favoreçam ou desrespeitem certas crenças em detrimento de outras.

Em última análise, a legislação revela a complexidade do diálogo entre Estado, religião e educação, exigindo um aprimoramento contínuo que fortaleça o compromisso com a inclusão e o respeito pela diversidade religiosa, enquanto preserva o caráter laico das instituições públicas.

2.3 Parâmetros Curriculares Nacionais Para O Ensino Religioso Nas Escolas Públicas

O PCNER (Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Religioso) foi criado nos anos 2000, para orientar e melhorar o Ensino Religioso nas escolas públicas brasileiras e lhe foi dado a configuração como área de conhecimento, sendo assim um caráter pedagógico como o de qualquer outra disciplina do currículo básico da educação nacional

Ele surgiu como uma resposta à necessidade de atualizar a legislação sobre o Ensino Religioso, especificamente o artigo 33 da LDB, que antes tinha a expressão "sem ônus para os cofres públicos". Essa pequena expressão impedia que o Estado pagasse os professores de Ensino Religioso, pois poderia ser visto como uma forma de aporte financeiro às instituições religiosas, o que vai contra a Constituição Federal, que proíbe o financiamento pelos cofres públicos às Instituições Religiosas.

O PCNER trouxe uma grande mudança para o Ensino Religioso, mudando-o de algo focado em promover uma religião específica para um campo mais neutro e acadêmico. Em vez de tentar converter os alunos para uma religião, o Ensino Religioso passou a estudar as várias religiões e suas influências na cultura e na sociedade de uma forma imparcial.

Essa mudança ajudou a resolver um problema: antes, a expressão "sem ônus para os cofres públicos" na lei impedia que o Estado pagasse os professores de Ensino Religioso. Agora, com o Ensino Religioso sendo mais científico, essa barreira foi superada, e os professores podem ser pagos pelo Estado. Assim, o PCNER ajudou a fazer com que o Ensino Religioso nas escolas estivesse de acordo com a Constituição e fosse mais inclusivo e respeitoso para todas as crenças.

O FONAPER teve um grande desafio: mudar o Ensino Religioso de algo que tentava promover uma religião específica para uma abordagem mais neutra. O objetivo era tirar o Ensino Religioso da influência da Igreja Católica e resolver o problema de que o Estado não podia pagar pelos professores dessa disciplina.

Com a expressão "sem ônus para os cofres públicos" removida, permitiu que o governo pagasse os professores de Ensino Religioso. Assim, o Ensino

Religioso se tornou uma parte oficial do Sistema Nacional de Ensino, com uma abordagem mais inclusiva e respeito.

O documento dos Parâmetros foi utilizado ainda para orientar a redação do novo texto do art.33 da LDB, pois, apesar do texto original preconizar duas modalidades para esta disciplina como confessional e interconfessional, o Fonaper, após tantos anos de estudos, compreendia que estas modalidades não eram mais compatíveis com a realidade brasileira, por isso buscou todo um esforço para alterá-lo (Junqueira, 2002, p.72)

A ideia era transformar o Ensino Religioso em algo mais que apenas aulas sobre uma religião específica. Então, o FONAPER, tendo sido responsável por isso, teve a missão de mudar a forma como o Ensino Religioso era visto e ensinado.

A transformação do Ensino Religioso em uma disciplina que busca “reler” as religiões, em vez de apenas promover a prática de uma fé específica, representa um avanço significativo na educação contemporânea. Ao adotar uma abordagem mais acadêmica e objetiva, o Ensino Religioso não apenas se alinha a outras disciplinas, como o Ensino de História, mas também enriquece a compreensão do papel das religiões na formação da sociedade e da cultura.

Essa recontextualização do Ensino Religioso permite que os alunos explorem as complexidades do fenômeno religioso através de várias lentes, como filosofia, história, sociologia e antropologia. Por meio desse olhar multidisciplinar, os estudantes têm a oportunidade de entender como as crenças religiosas moldam a identidade cultural, as práticas sociais e até as estruturas políticas de uma sociedade. Ao mesmo tempo, essa abordagem promove um ambiente educacional onde a diversidade é respeitada e discutida, contribuindo para a formação de cidadãos mais informados e críticos.

Ao associar essa nova perspectiva do Ensino Religioso com o Ensino de História, os alunos podem investigar as interações entre religião e sociedade ao longo do tempo. Por exemplo, as grandes religiões do mundo, como o cristianismo, o islamismo, o hinduísmo e o budismo, não apenas surgiram em contextos históricos específicos, mas também influenciaram a formação de civilizações, a arte, a literatura e a ideia de moralidade. O estudo desses vínculos históricos oferece uma compreensão mais rica de como as tradições religiosas moldam valores e normas sociais.

Além disso, a análise crítica dos grupos que exercem influência e poder nas esferas religiosas e sociais é essencial. Assim como em outras áreas da sociedade, a dinâmica de poder pode levar a práticas de proselitismo, onde um grupo busca impor suas crenças e valores sobre os outros. Essa discussão é particularmente relevante em um mundo globalizado, onde ideias e práticas religiosas podem ser moldadas e manipuladas por interesses políticos e econômicos. A educação deve capacitar os alunos a reconhecer essas dinâmicas e a refletir sobre o impacto que as crenças religiosas têm sobre as questões sociais contemporâneas, como intolerância, conflitos e direitos humanos.

A interdisciplinaridade entre o Ensino Religioso e o Ensino de História também facilita a promoção de valores como respeito, empatia e diálogo intercultural. Ao estudar a história das interações entre diferentes tradições religiosas, os alunos podem desenvolver uma compreensão mais profunda das semelhanças e diferenças entre elas, favorecendo um ambiente de respeito e convivência pacífica.

Então ao abordar o fenômeno religioso de maneira acadêmica e objetiva, e ao integrar essa abordagem ao Ensino de História, as escolas podem desempenhar um papel fundamental na promoção de uma educação que não apenas ensina sobre as tradições religiosas, mas que também prepara os alunos para serem cidadãos críticos e responsáveis

No mundo da política, isso é ainda mais evidente. Os políticos frequentemente precisam do apoio dessas organizações influentes para conseguir que as pessoas aceitem e apoiem suas decisões. Esse apoio ajuda a legitimar o que eles fazem e garantir que suas escolhas sejam bem recebidas pela sociedade. “O Estado obtém e exige consenso, mas também educa esse consenso” (Gramsci, 1991, p.230)

Quando as sociedades passam por mudanças grandes, como as que o capitalismo pode causar, as instituições tradicionais, como a religião, também podem entrar em crise. Se um grupo que tem muito poder começa a perder sua influência, ele pode usar o governo para tentar manter esse poder. Isso acontece porque, sem esse apoio, eles podem ser superados por um novo grupo que pode assumir a liderança.

Além disso, a sociedade civil que inclui ONGs, movimentos e outros

grupos fora do governo também precisam se adaptar para continuar relevantes. Esses grupos ajudam a legitimar o que acontece na política e, ao fazer isso, precisam garantir que estão em sintonia com o que a sociedade quer e precisa para se manter importantes e influentes.

No campo religioso e nas escolas, a Igreja Católica sempre teve um grande poder. No entanto, as mudanças que estamos vendo nos últimos anos, como a crescente diversidade de crenças, estão mudando tudo isso. Esses novos cenários mostram que há uma luta para que a Igreja Católica mantenha seu poder e influência, mesmo com todas essas transformações na sociedade.

Bourdieu recusa-se a tornar o agente social mero 'suporte' de estruturas investidas do poder de legitimar outras estruturas e institui como objeto as leis segundo as quais as estruturas tendem a se reproduzir produzindo os agentes dotados do sistema de disposições capaz de engendrar práticas adaptadas às estruturas e contribuindo, por essa via, para reproduzir tais estruturas (Miceli, 2001, p.20).

Embora a Igreja Católica esteja perdendo seguidores, ainda é a maior religião no mundo. Para continuar relevante, a Igreja precisa se adaptar às novas mudanças no campo religioso e manter sua influência. Isso inclui ajustar sua presença nas escolas públicas para continuar espalhando suas crenças. Segundo Pace (1999), a Igreja Católica tem se afastado de um foco apenas religioso e está se transformando em uma força ética que aborda questões públicas e internacionais.

[...] os direitos do homem, nova versão de um teísmo com funções públicas. Disto deriva, seja o esforço por parte da igreja para abrir-se – aqui está então a globalização – a outras religiões, seja as tentativas de estabelecer-se em contextos internacionais (ONU, Conferência do Cairo sobre população e desenvolvimento, conferência sobre o mediterrâneo de Barcelona) como um interlocutor confiável das políticas sociais e econômicas no nível planetário. Aparentemente a igreja católica pode parecer entrincheirada em princípios não negociáveis e em marcar posições de uma forma rígida em assuntos de disciplina interna; na realidade oferece exemplo de um laboratório a céu aberto de quanto os processos de globalização acabaram por influenciar a ação estratégica da própria Igreja (Pace, 1999 p.36).

A passagem apresentada aborda a relação entre a Igreja Católica, os direitos humanos e a globalização, destacando como a Igreja se posiciona em um mundo cada vez mais interconectado.

A menção a uma "nova versão de um teísmo com funções públicas"

sugere que a Igreja está se adaptando a um contexto contemporâneo onde os direitos humanos são uma preocupação global. Isso implica que, embora a Igreja mantenha suas doutrinas fundamentais, ela também busca se alinhar com os valores que emergem na sociedade global.

A ideia de que a Igreja serve como um "laboratório a céu aberto" sugere que suas práticas e políticas são um campo de teste para a interação entre tradição e modernidade. Isso implica que a Igreja está experimentando diferentes formas de engajamento e diálogo, que podem oferecer uma compreensão sobre como instituições tradicionais podem se reinventar em resposta a desafios contemporâneos.

O cenário descrito também fala sobre o catolicismo como uma religião organizada. Mesmo com a perda de influência, a Igreja Católica pode usar isso a seu favor, aproveitando a situação para se posicionar como uma voz profética e oferecer soluções para problemas modernos que não foram resolvidos. A ideia é que a Igreja use esses problemas para se mostrar relevante e influente no mundo moderno.

A Igreja Católica no Brasil tem se adaptado às mudanças e ao mundo moderno seguindo as orientações do Concílio Vaticano II (1962-1965). Isso pode ser visto nas Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja Católica no Brasil - DGAE (1995-1998). Essas diretrizes buscam guiar a evangelização com foco em reconhecer a separação entre religião e sociedade e dialogando com diferentes religiões e crenças.

O objetivo dessas diretrizes é alinhar a prática da Igreja com as demandas e realidades do mundo moderno, mantendo o compromisso com a evangelização e adaptando-se às novas condições sociais e culturais.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Religioso (PCNER) seguiram essa tendência, mudando a forma como o Ensino Religioso é abordado nas escolas. Em vez de ser uma disciplina que busca converter os alunos para uma religião específica, o Ensino Religioso agora foca em estudar diferentes religiões de maneira acadêmica e neutra. Isso significa que o objetivo é entender e respeitar a diversidade religiosa, sem promover uma crença específica.

O FONAPER, que ajudou a criar os PCNER, queria garantir que o Ensino Religioso fosse oferecido de forma que respeitasse todas as religiões. As DGAE também apoiam essa ideia, promovendo o respeito e o diálogo entre diferentes

tradições religiosas. Portanto, tanto as DGAE quanto os PCNER trabalham para que o Ensino Religioso nas escolas ajude os alunos a conhecer e entender várias crenças sem tentar converter ninguém. Isso faz com que o ensino seja mais inclusivo e respeitador das diversas culturas e tradições presentes na sociedade.

A ideia principal é promover o diálogo e a reverência entre diferentes crenças. Isso é possível graças à grande diversidade cultural e religiosa que encontramos no Brasil. O diálogo permite que a gente aprenda mais sobre as diferentes religiões e crenças, o que ajuda a construir um conhecimento mais rico e a respeitar as identidades de cada um. Além disso, esse respeito e compreensão são importantes para que todos possam agir de forma solidária e autônoma. Em resumo, o objetivo é criar um espaço onde todos possam conversar, aprender e se respeitar, fortalecendo a comunidade e a cooperação entre as pessoas.

Essa concepção já aparece na DGAE, quando afirma que:

A experiência comunitária, quando efetivamente vivida à luz da Boa-Nova do Reino de Deus, conduz ao empenho para que a fraternidade e a união sejam assumidas em todas as instâncias da vida. No interior da comunidade eclesial, o diálogo deve ser regra permanente para a boa convivência e o aprofundamento da comunhão. A variedade de vocações, espiritualidades e movimentos deve ser vista como riqueza e não como motivo para competição, rejeição ou discriminação. A comunidade eclesial deve efetivamente mostrar sua estima pelo princípio de que todos são irmãos e iguais em dignidade. Quanto maior for sua união, tanto mais a comunidade será eficaz em seu testemunho. (DGAE 2008-2010, p. 114)

A democracia precisa de um espaço público onde todos possam debater abertamente sobre os problemas da sociedade. Esse espaço deve permitir a participação de todos, incluindo políticos, religiosos e outros grupos, para que se reconheça a validade das diferentes opiniões e se construa uma convivência mútua. Em outras palavras, um espaço público saudável é aquele onde todos podem se expressar e participar, respeitando as diferenças e contribuindo para uma sociedade mais inclusiva.

Quando uma cultura dominante força suas ideias sobre as minorias, sem respeitar a diferença entre o que é público e o que é privado, isso acaba ferindo

a igualdade de direitos. Para que a democracia funcione, precisamos de uma cidadania que valorize o bem público e não apenas interesses pessoais.

O Ensino Religioso, quando bem aplicado, não deve servir como ferramenta de proselitismo ou de reforço de poderes políticos. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Religioso (PCNER), a disciplina deve promover o respeito à diversidade religiosa e contribuir para a formação de cidadãos autônomos e conscientes. Ao invés de ensinar uma única perspectiva religiosa, os PCNER defendem que o Ensino Religioso deve incluir uma variedade de tradições e ensinamentos, ajudando os alunos a desenvolverem uma compreensão crítica das crenças que moldam a sociedade.

Essa abordagem permite que os estudantes adquiram valores humanos universais, como o respeito, a solidariedade e a empatia, que são essenciais para a convivência em uma sociedade pluralista. Por meio de discussões sobre diferentes religiões, os alunos aprendem não apenas sobre as práticas e doutrinas de cada tradição, mas também sobre os contextos históricos e sociais que moldaram essas crenças.

A interconexão entre o Ensino Religioso e o Ensino de História é particularmente significativa. O estudo das religiões não pode ser dissociado das transformações sociais e políticas que elas influenciaram ao longo do tempo. Por exemplo, ao discutir a Reforma Protestante ou a Revolução Cultural, os alunos podem perceber como as mudanças religiosas impactaram o desenvolvimento de sociedades e sistemas políticos. O Ensino de História pode fornecer o contexto necessário para que os alunos compreendam a evolução das tradições religiosas e suas interações com eventos históricos, como guerras, colonizações e movimentos sociais.

Embora os PCNER ofereçam um quadro positivo para a implementação do Ensino Religioso, os desafios permanecem. A pressão de grupos políticos e religiosos pode levar à manipulação da disciplina em favor de agendas específicas, prejudicando o respeito à diversidade e a promoção de um aprendizado imparcial.

A interação entre religião e política no Brasil, quando mal gerida, pode minar a laicidade do Estado e a neutralidade das instituições públicas. O Ensino Religioso, conforme delineado pelos PCNER, deve ser uma oportunidade de formação para o respeito à diversidade e a autonomia do indivíduo, contribuindo

para a construção de uma sociedade mais justa e equilibrada. Ao integrar o Ensino Religioso com o Ensino de História, os educadores têm a chance de fomentar um ambiente de aprendizado que não só respeita as crenças, mas também promove a empatia e a compreensão crítica. Essa abordagem prepara os alunos para serem cidadãos conscientes, capazes de tomar decisões informadas e respeitadas em um mundo cada vez mais complexo.

2.4 Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

Criada pelo Ministério da Educação (MEC), a BNCC tem como objetivo garantir uma formação integral e de qualidade para todos os alunos, promovendo equidade e diversidade no ensino.

É um documento que estabelece as diretrizes e conteúdos essenciais que devem ser abordados em todas as escolas brasileiras, tanto públicas quanto privadas, da educação infantil ao ensino médio.

A criação da BNCC tem como base legal a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996. Ambos os documentos estabelecem a necessidade de uma base curricular nacional para garantir a qualidade da educação no país.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) define dez competências gerais que os estudantes devem desenvolver ao longo da Educação Básica. Essas competências são habilidades complexas que envolvem conhecimentos, atitudes e valores, e que os preparam para a vida em sociedade. São elas:

1. **Conhecimento:** Construir conhecimentos a partir de diferentes linguagens e fontes de informação, selecionando e organizando informações para comunicar suas ideias.
2. **Pensamento crítico:** Analisar informações de diferentes naturezas e construir argumentos consistentes para resolver problemas.
3. **Criatividade:** Utilizar a imaginação e a criatividade para propor soluções inovadoras e enfrentar desafios.
4. **Comunicação:** Expressar-se de forma clara, coerente e efetiva, utilizando diferentes linguagens em diversas situações.

5. **Colaboração:** Trabalhar em equipe, respeitando as diferentes opiniões e contribuindo para o bem comum.
6. **Empatia:** Compreender e valorizar as diferentes perspectivas e culturas, promovendo a inclusão e a diversidade.
7. **Autonomia:** Desenvolver a autonomia para tomar decisões e agir de forma responsável e ética.
8. **Responsabilidade e cidadania:** Exercer a cidadania plena e participar da construção de uma sociedade justa, solidária e democrática.
9. **Cultura digital:** Utilizar as tecnologias digitais de forma crítica e responsável para acessar e produzir informações.
10. **Autoconhecimento e autocuidado:** Conhecer a si mesmo, cuidar da sua saúde física e mental, e desenvolver suas potencialidades.

A BNCC organiza as aprendizagens em cinco áreas do conhecimento:

1. **Linguagens:** Abrange a língua portuguesa, literatura, línguas estrangeiras, artes visuais, música e teatro.
2. **Matemática:** Desenvolve o raciocínio lógico-matemático e a capacidade de resolver problemas.
3. **Ciências da Natureza:** Explora os fenômenos naturais e a relação entre o ser humano e o meio ambiente.
4. **Ciências Humanas:** Estuda a sociedade, a cultura, a história e a geografia.
5. **Ensino Religioso:** Promove o conhecimento das diferentes religiões e o respeito à diversidade religiosa

O Ensino Religioso na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é uma área do conhecimento que tenta promover o respeito à diversidade cultural e religiosa, garantindo uma formação integral dos alunos. Tem a sua fundamentação em princípios como a liberdade de crença e a pluralidade religiosa, e seu objetivo é ampliar a compreensão dos estudantes sobre as diferentes tradições e manifestações religiosas, sem, no entanto, promover o proselitismo.

A publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) influenciou a criação das primeiras versões da Base Nacional Comum Curricular. Nela, o Ensino Religioso foi visto como uma área específica, com objetivos claros e temas para trabalhar em sala de aula.

Com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos a Resolução CNE/CEB nº 7/2010, o Ensino Religioso foi reconhecido como área de conhecimento no âmbito da Educação Nacional.

A BNCC coloca o Ensino Religioso como uma das cinco áreas de conhecimento no Ensino Fundamental, com o objetivo de incentivar o respeito à diversidade religiosa no Brasil.

O jeito de ensinar essa matéria deve ser baseado em princípios científicos, o conteúdo deve incluir diferentes culturas, filosofias e tradições religiosas, garantindo que todas sejam tratadas com respeito e sem privilegiar nenhuma crença.

No cenário educacional de Pernambuco, a proposta da Secretaria de Educação e Esportes coloca o Ensino Religioso como uma disciplina baseada na Área de Ciências da Religião. De acordo com os Parâmetros Curriculares do Estado de 2015, (Pernambuco, 2015) essa área conversa com vários teóricos e é vista como uma base importante para entender e interpretar a realidade da nossa sociedade, permeada de costumes religiosos. O objetivo é ajudar os alunos a serem cidadãos mais autônomos e participativos na sociedade, respeitando a diversidade religiosa e cultural.

Porém, para que essa proposta funcione de verdade, seria mais funcional usar uma linguagem mais acessível, dar exemplos práticos de como isso pode ser aplicado na sala de aula e mostrar como o Ensino Religioso pode se conectar com outras matérias.

Uma das conexões mais evidentes é com a História. Ao estudar diferentes períodos históricos, os alunos podem observar como as religiões influenciaram a cultura, a política e a sociedade, utilizar documentos históricos, como textos sagrados, obras de arte e registros arqueológicos, para analisar a influência da religião em diferentes culturas e sociedade, observar construções de cidades como Jerusalém, Roma e Meca, analisando a importância dos locais sagrados e como a religião moldou a arquitetura e o urbanismo dessas cidades.

Também é importante garantir que todas as crenças sejam consideradas,

para que todos os alunos se sintam respeitados e incluídos. Além disso, ter critérios claros de avaliação pode ajudar a tornar essa abordagem mais efetiva. Sendo dessa forma o Ensino Religioso poderia realmente ajudar os jovens a desenvolverem habilidades cívicas e sociais, preparando-os para serem cidadãos críticos e respeitosos em uma sociedade tão diversa.

Entender a importância do Ensino Religioso não só como uma disciplina religiosa, mas como uma área que dialoga com questões sociais, históricas e culturais é estritamente necessário na formação de seres pensantes, então diante disso o professor deve ser visto como um agente de transformação, não apenas um transmissor de conteúdo preparado e pronto.

Isso requer um compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e com indivíduos que saibam questionar, refletir e agir de maneira ética.

Ao abordar temas como diversidade, ética e crítica social, é possível preparar os alunos para enfrentarem problemas como preconceito e discriminação. Então o professor tem a responsabilidade de desafiar as velhas práticas e se comprometer com uma educação que libere, que dê autonomia e que transforme.

Precisamos romper com essa visão colonialista que ainda está presente no ensino. Parar de aceitar explicações rasas ou ver o fenômeno religioso como algo normal, sem considerar que há todo um contexto histórico e social por trás disso. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) tenta nos oferecer a chance de questionar e debater essas ideias que foram moldadas por interesses políticos e religiosos ao longo do tempo, na sala de aula.

Nesta pesquisa analisamos as competências específicas para o Ensino Religioso no Fundamental.

2.4.1 Competências Específicas De Ensino Religioso Para O Ensino Fundamental:

1. Conhecer os aspectos estruturantes das diferentes tradições/movimentos religiosos e filosofias de vida a partir de pressupostos científicos, filosóficos, estéticos e éticos.
2. Compreender, valorizar e respeitar as manifestações religiosas e

filosofias de vida, suas experiências e saberes, em diferentes tempos, espaços e territórios.

3. Reconhecer e cuidar de si, do outro, da coletividade e da natureza, enquanto expressão de valor da vida.

4. Conviver com a diversidade de crenças, pensamentos, convicções, modos de ser e viver.

5. Analisar as relações entre as tradições religiosas e os campos da cultura, da política, da economia, da saúde, da ciência, da tecnologia e do meio ambiente.

6. Debater, problematizar e posicionar-se frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso, de modo a assegurar os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da cultura de paz.

O presente trecho faz parte da construção do Currículo para a Educação Básica a partir da Base Nacional Comum Curricular – BNCC.

A primeira competência incentiva os alunos a ultrapassarem uma visão superficial das religiões, promovendo uma compreensão mais profunda e abrangente, baseada em diferentes áreas do conhecimento. Ao analisar as tradições religiosas sob a ótica da ciência, da filosofia, da estética e da ética, os estudantes desenvolvem um pensamento crítico e reflexivo.

A segunda enfatiza a importância de respeitar as diferentes manifestações religiosas e filosóficas, reconhecendo a riqueza e a complexidade da experiência humana. Ao valorizar as diversas formas de crença, os alunos aprendem a conviver com o outro de forma mais harmoniosa e respeitosa.

A terceira conecta a dimensão religiosa com a ética, promovendo o cuidado consigo mesmo, com os outros e com o meio ambiente. Ao reconhecer o valor da vida em todas as suas formas, os alunos desenvolvem um senso de responsabilidade social e ambiental.

A quarta competência enfatiza a importância de conviver com as diferenças, superando preconceitos e promovendo o diálogo. Ao aprender a conviver com pessoas de diferentes crenças, os alunos desenvolvem habilidades sociais e emocionais essenciais para a vida em sociedade.

A quinta competência amplia a visão dos alunos sobre a influência da

religião na sociedade, mostrando como ela se relaciona com diversos aspectos da vida humana, como a cultura, a política e a economia. Ao analisar essas relações, os alunos desenvolvem uma compreensão mais abrangente da realidade.

A última competência aborda um tema crucial para a sociedade contemporânea: o combate à intolerância religiosa. Ao discutir e problematizar os discursos de ódio e a violência, os alunos aprendem a defender os direitos humanos e a construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Neste contexto o Currículo de Pernambuco aborda:

Nesse sentido e no tocante ao seu objetivo geral, o Ensino Religioso deve analisar o fenômeno religioso numa perspectiva dialógica presente nas culturas, promovendo a compreensão e o respeito à diversidade cultural e religiosa com base na formação histórico-cultural-social das tradições e/ou culturas religiosas

Quanto aos objetivos específicos, a BNCC aponta que o Ensino Religioso deverá:

- a) Proporcionar a aprendizagem dos conhecimentos religiosos, culturais e estéticos a partir das manifestações religiosas percebidas na realidade dos estudantes;
- b) Propiciar conhecimentos sobre o direito à liberdade de consciência e de crença no constante propósito de promoção dos direitos humanos;
- c) Desenvolver competências e habilidades que contribuam para o diálogo entre perspectivas religiosas e seculares de vida, exercitando o respeito à liberdade de concepções e ao pluralismo de ideias, de acordo com a Constituição Federal.
- d) Contribuir para que os estudantes construam seus sentidos pessoais de vida a partir de valores, princípios éticos e da cidadania.

Além de todos objetivos acima listados, o componente curricular do Ensino Religioso deve garantir a igualdade de oportunidades na oferta dos direitos de aprendizagem aos estudantes com deficiência, conforme a orientação da Lei Federal 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. (Pernambuco, 2015)

O Currículo de Pernambuco propõe que o Ensino Religioso transcenda a mera apresentação de dogmas e crenças específicas. Ao adotar uma perspectiva dialógica, a disciplina deve promover a compreensão de que as religiões são construções sociais e culturais, moldadas por contextos históricos e sociais específicos. Essa abordagem incentiva o diálogo entre diferentes tradições religiosas e a valorização da diversidade cultural.

Ao enfatizar a importância da diversidade cultural e religiosa, o currículo busca formar cidadãos capazes de conviver em um mundo plural e respeitar as diferenças. Essa perspectiva é fundamental para a construção de uma

sociedade mais justa e inclusiva.

Ao conectar o estudo das religiões com a história, a cultura e a sociedade, o currículo promove uma compreensão mais profunda das tradições religiosas. Essa abordagem permite aos estudantes perceber como as religiões influenciaram e foram influenciadas pelos processos históricos e sociais.

Quanto aos objetivos específicos, a BNCC aponta que o Ensino Religioso deverá:

1. Proporcionar a aprendizagem de conhecimentos religiosos, culturais e estéticos: O objetivo de proporcionar conhecimentos religiosos, culturais e estéticos busca ampliar o repertório cultural dos estudantes, permitindo que eles entrem em contato com diferentes manifestações religiosas e artísticas. Essa abordagem contribui para a formação de indivíduos mais sensíveis e abertos às diferentes formas de expressão.
2. Direito à liberdade de consciência e de crença: Ao abordar o direito à liberdade de consciência e de crença, o currículo reforça a importância da laicidade do Estado e da garantia dos direitos humanos. Essa perspectiva é fundamental para a construção de uma sociedade democrática e plural.
3. Desenvolver competências e habilidades para o diálogo entre perspectivas religiosas e seculares: O objetivo de desenvolver competências para o diálogo entre perspectivas religiosas e seculares busca formar cidadãos capazes de analisar criticamente as diferentes visões de mundo e de construir argumentos sólidos. Essa abordagem contribui para a formação de indivíduos mais autônomos e reflexivos.
4. Construção de sentidos pessoais de vida: Ao incentivar a construção de sentidos pessoais de vida, o currículo reconhece a importância da espiritualidade para o desenvolvimento humano. Essa abordagem permite que os estudantes reflitam sobre seus valores, princípios éticos e sua relação com o mundo.

Em conjunto, esses objetivos tornam o Ensino Religioso uma ferramenta essencial para a formação de cidadãos conscientes, capazes de navegar pela complexidade de um mundo marcado por múltiplas perspectivas culturais,

religiosas e seculares. Ao promover o respeito pelas diferenças, a disciplina contribui diretamente para a redução de preconceitos e estereótipos, favorecendo uma sociedade mais inclusiva e empática. Além disso, o incentivo ao diálogo crítico e construtivo estimula o desenvolvimento de habilidades como a escuta ativa, a argumentação fundamentada e a capacidade de compreender e valorizar diferentes pontos de vista, habilidades indispensáveis para a convivência em uma sociedade pluralista.

A valorização da diversidade como elemento central fortalece a ideia de que as diferenças culturais, religiosas e históricas não são barreiras, mas sim riquezas que devem ser celebradas e integradas ao tecido social. Tanto o Ensino Religioso quanto o ensino de História desempenham papéis complementares nesse processo, pois juntos promovem o entendimento das raízes culturais e religiosas que moldaram as sociedades ao longo do tempo. Essa abordagem interdisciplinar amplia a noção de cidadania, ao engajar os estudantes no reconhecimento de que suas ações e atitudes são influenciadas por um legado histórico-cultural e impactam não apenas suas comunidades imediatas, mas também o mundo em escala global.

2.4.2 Ensino de História no Currículo de Pernambuco

O Currículo de Pernambuco na competência específica para História, aborda que a disciplina de História precisa ser ensinada, conforme o pensamento ocidental que não devemos cometer os mesmos erros do passado, se observarmos como no século XIX a História dos Estados Modernos foi contada para estabelecer os marcos e os feitos do povo como uma história a ser lembrada, daí surgiram os conceitos de Pátria, Nação, Cidadania e etc. (Pernambuco, 2015)

A História era concebida como uma mestra da vida, um repositório de exemplos e lições para as futuras gerações. Essa visão, no entanto, estava profundamente enraizada em uma perspectiva elitista, que legitimava o poder das classes dominantes e justificava as desigualdades sociais.

A escrita da História, nesse período, era dominada por uma narrativa

positivista, que privilegiava os grandes feitos de heróis e a evolução linear da civilização. Essa abordagem, ao mesmo tempo em que celebrava o progresso, obscurecia as lutas e as contradições da história, perpetuando uma visão idealizada do passado. A História era narrada a partir do ponto de vista das elites, que se apresentavam como os únicos agentes capazes de moldar o curso dos acontecimentos.

Karl Marx, ofereceu uma crítica radical à visão positivista, denunciando-a como um instrumento ideológico a serviço da burguesia. Para Marx, a História não era um processo neutro e objetivo, mas sim uma arena de lutas de classes, onde os interesses dos dominantes se ficavam acima dos dominados.

A História, segundo Marx, deveria ser um instrumento de conscientização das massas, revelando as raízes históricas das desigualdades sociais e incentivando a luta pela emancipação. O ensino da História, nesse contexto, tinha como objetivo formar sujeitos críticos e revolucionários, capazes de compreender seu papel na construção da história e de agir para transformá-la.

Hoje a História já não é mais a “mestra da vida” e a afirmação de que a História não é mais vista como a "mestra da vida" nos convida a uma reflexão profunda sobre o papel da disciplina em nossa sociedade contemporânea. Se por um lado, a visão clássica da História como um guia moral e político para o presente perdeu força, por outro, a disciplina se reinventou, assumindo novas funções e complexidades.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) apresenta inconsistências significativas no ensino de História nos Anos Finais do Ensino Fundamental. Ao adotar uma estrutura cronológica linear e eurocêntrica, a BNCC rompe com a perspectiva mais aberta e contextualizada proposta para os Anos Iniciais. Essa mudança radical fragiliza a progressão das competências e habilidades dos estudantes, comprometendo a construção de um conhecimento histórico mais crítico e abrangente.

A BNCC impõe uma estrutura linear e cronológica, limitando as possibilidades de articulação entre diferentes temporalidades e espaços. Essa mudança prejudica a construção de um conhecimento histórico mais crítico e abrangente, que valorize a diversidade cultural e as especificidades locais.

A BNCC provoca, pela natureza de sua organização, um retrocesso enorme no que concerne ao trabalho com as particularidades e singularidades das histórias regionais e locais, uma vez que restringe, temporalmente, a tratar desses temas somente a partir do 8º ano, uma vez que não há Pernambuco antes de a América ser descoberta. A ordem cronológica estabelecida – e não é qualquer ordem – estabelece a História do Brasil e de Pernambuco como consequência manifesta da História da Europa, numa perspectiva mundial, e de uma História do Brasil pensada e vista a partir do Sudeste, notadamente de São Paulo. O que dificulta pensar, por exemplo, a história dos povos autóctones antes dos portugueses no que hoje são os territórios do Brasil e, dentro dele, o de Pernambuco. (Pernambuco, 2015)

2.4.3 Competências Específicas De História Para O Ensino Fundamental:

1. Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo.

2. Compreender a historicidade no tempo e no espaço, relacionando acontecimentos e processos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, bem como problematizar os significados das lógicas de organização cronológica.

3. Elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos, interpretações e contextos históricos específicos, recorrendo a diferentes linguagens e mídias, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito.

4. Identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

5. Analisar e compreender o movimento de populações e mercadorias no tempo e no espaço e seus significados históricos, levando em conta o respeito e a solidariedade com as diferentes populações.

6. Compreender e problematizar os conceitos e procedimento

norteadores da produção historiográfica.

7. Produzir, avaliar e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de modo crítico, ético e responsável, compreendendo seus significados para os diferentes grupos ou estratos sociais.

A construção de uma visão histórica ampla e crítica depende de uma série de competências interligadas que, juntas, permitem aos estudantes compreender e interpretar o mundo contemporâneo de forma mais consciente e fundamentada. Para isso, é essencial desenvolver a capacidade de analisar os acontecimentos históricos, compreendendo como as estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais se transformaram ou foram preservadas ao longo do tempo e em diferentes espaços. Essa análise fornece as bases para que os indivíduos possam se posicionar de maneira ética e agir de forma responsável em relação aos desafios contemporâneos.

A compreensão da historicidade, que relaciona eventos e processos a seus contextos temporais e espaciais, amplia a visão crítica sobre as lógicas de organização cronológica, permitindo questionar como as narrativas históricas moldam nossa percepção do passado. Nesse processo, a elaboração de questionamentos e argumentos bem fundamentados é crucial, pois promove o diálogo, a empatia e a resolução de conflitos, habilidades indispensáveis para a convivência em uma sociedade plural.

Além disso, o reconhecimento de diferentes interpretações históricas e o respeito às visões de diversos sujeitos e culturas fomentam uma abordagem inclusiva e democrática, que valoriza a diversidade como um elemento central para a construção de um mundo mais justo. Compreender os movimentos de populações e mercadorias no tempo e no espaço também é essencial para contextualizar as dinâmicas globais e os impactos históricos desses fluxos, promovendo a solidariedade com as populações envolvidas.

Refletir sobre os conceitos e procedimentos da historiografia permite uma análise crítica não apenas dos eventos históricos, mas também das narrativas que os moldam. Paralelamente, o uso ético e consciente das tecnologias digitais de informação e comunicação possibilita o acesso e a disseminação de informações históricas, enquanto incentiva a reflexão sobre suas implicações sociais.

Assim, essas competências interligadas formam uma base para a educação histórica, preparando os estudantes para compreender o passado, interpretar o presente e contribuir para um futuro mais inclusivo, ético e responsável. Ao integrar essas habilidades, o ensino de História torna-se uma ferramenta de transformação social.

Neste contexto, o ensino da história das religiões adquire uma importância fundamental. Ao compreender como as religiões moldaram sociedades, culturas e indivíduos ao longo dos séculos, os estudantes desenvolvem um olhar crítico sobre o presente. Ao desvendar as raízes históricas de suas próprias crenças e práticas religiosas, os jovens podem questionar dogmas, construir suas próprias identidades e participar ativamente na transformação da sociedade.

O ensino de história não se limita à transmissão de datas e fatos. Ele é fundamental para a formação de cidadãos críticos, capazes de analisar o presente à luz do passado. Ao estudar história, os alunos aprendem a questionar as narrativas dominantes, a valorizar a diversidade e a construir uma sociedade mais justa e democrática. A história nos ensina que o passado não é um destino, mas sim um ponto de partida para a construção de um futuro melhor.

Ao analisar as origens de instituições, como igrejas, ideias e práticas sociais, podemos identificar padrões, tendências e rupturas que moldam o mundo contemporâneo.

Ao estudar a história das religiões, os alunos aprendem a analisar fontes históricas, a identificar vieses e a construir argumentos sólidos. Desenvolvem, assim, um pensamento crítico essencial para a participação democrática.

2.5 Ensino de História e Ensino Religioso no Currículo de Pernambuco

Ao analisarmos as habilidades desenvolvidas tanto no Ensino Religioso quanto na História, percebemos uma significativa interseção, especialmente no que diz respeito à formação do pensamento crítico, à construção de conhecimento e à compreensão da complexidade da experiência humana.

2.5.1 Habilidades Comuns:

- a) **Análise crítica:** Ambas as disciplinas incentivam a análise crítica de fontes, textos sagrados, documentos históricos, permitindo aos estudantes questionar, interpretar e avaliar diferentes perspectivas.
- b) **Pesquisa:** Tanto a História quanto o Ensino Religioso exigem a realização de pesquisas para aprofundar o conhecimento sobre temas específicos, desenvolvendo habilidades de busca, seleção e organização de informações.
- c) **Interpretação de textos:** A capacidade de interpretar textos sagrados, documentos históricos, mitos e narrativas é fundamental em ambas as áreas, permitindo aos estudantes compreender os significados mais profundos e as nuances presentes nesses textos.
- d) **Construção de argumentos:** Tanto na História quanto no Ensino Religioso, os estudantes são incentivados a construir argumentos sólidos, baseados em evidências e em uma análise crítica das informações.
- e) **Empatia e respeito à diversidade:** Ambas as disciplinas promovem o desenvolvimento da empatia e do respeito à diversidade, incentivando os estudantes a compreender e valorizar diferentes culturas, crenças e perspectivas.
- f) **Compreensão da temporalidade:** Ao estudar a história das religiões e os acontecimentos históricos, os estudantes desenvolvem uma compreensão da temporalidade, da mudança e da continuidade.
- g) **Consciência histórica e religiosa:** Ambas as disciplinas contribuem para a formação de uma consciência histórica e religiosa, permitindo aos estudantes compreender como as crenças, as práticas religiosas e as sociedades se transformaram ao longo do tempo.

O Ensino Religioso e a História desempenham papéis complementares na formação dos estudantes, promovendo habilidades essenciais para a compreensão crítica do mundo. Ambas as disciplinas oferecem ferramentas que ajudam os alunos a analisar a complexidade da experiência humana, a refletir sobre as transformações históricas e culturais e a construir conhecimentos que contribuem para uma sociedade mais plural e inclusiva.

Um dos principais pontos de interseção entre essas disciplinas é o desenvolvimento da análise crítica. Tanto o Ensino Religioso quanto a História incentivam os estudantes a questionar, interpretar e avaliar diferentes perspectivas, seja por meio da análise de textos sagrados, documentos históricos ou narrativas culturais. Essa prática promove o pensamento reflexivo e a capacidade de identificar a multiplicidade de significados nos eventos históricos e religiosos.

Além disso, a pesquisa é uma habilidade essencial compartilhada por ambas as áreas. Ao explorar temas específicos, os alunos são desafiados a buscar, selecionar e organizar informações de forma rigorosa, seja para compreender os aspectos históricos de um período ou para aprofundar-se em tradições religiosas. Esse processo fortalece o senso investigativo e a autonomia intelectual.

A interpretação de textos é outra habilidade comum que conecta as duas disciplinas. No Ensino Religioso, os estudantes analisam textos sagrados, mitos e narrativas que carregam significados simbólicos e espirituais. Na História, a interpretação de documentos históricos permite a compreensão dos contextos sociopolíticos e culturais. Em ambas, a capacidade de reconhecer nuances e significados implícitos é essencial para uma visão mais ampla do conhecimento.

Outro ponto central é a construção de argumentos, que está presente no aprendizado de ambas as disciplinas. Ao desenvolverem argumentos sólidos, baseados em evidências e análises críticas, os alunos são preparados para debater ideias de forma respeitosa e fundamentada. Essa prática estimula o diálogo construtivo e a habilidade de defender pontos de vista de maneira ética e informada.

A empatia e o respeito à diversidade são valores centrais tanto no Ensino Religioso quanto na História. Ambas incentivam os estudantes a compreender as diferentes culturas, crenças e perspectivas que moldaram e continuam a moldar a humanidade. Esse enfoque promove um ambiente de aprendizado inclusivo, que valoriza as diferenças como riquezas fundamentais para a convivência em um mundo globalizado.

Ao estudar a temporalidade, os alunos desenvolvem uma compreensão aprofundada sobre as mudanças e continuidades ao longo do tempo. No Ensino Religioso, isso se manifesta ao explorar a história das religiões e a evolução das

práticas espirituais. Na História, os estudantes analisam os processos históricos, as relações de poder e os mecanismos de transformação social, política e cultural. Essa habilidade permite conectar o passado ao presente, promovendo uma visão crítica das dinâmicas que moldam o mundo contemporâneo.

Por fim, ambas as disciplinas contribuem para a formação de uma consciência histórica e religiosa. Essa consciência permite aos alunos entenderem como as crenças, práticas religiosas e estruturas sociais se desenvolveram ao longo do tempo, influenciando o curso da história e o comportamento humano. Essa integração amplia o olhar sobre as conexões entre os aspectos culturais, espirituais e históricos da humanidade.

O Ensino Religioso e a História convergem em diversos pontos ao desenvolverem habilidades essenciais para a formação integral dos estudantes. Juntas, essas disciplinas formam cidadãos mais críticos, empáticos e preparados para compreender a diversidade do mundo em que vivem. Ao conectar as dimensões histórica e religiosa, elas oferecem uma educação que não apenas promove o conhecimento, mas também inspira atitudes éticas, reflexivas e transformadoras.

Nos Anos Finais do Ensino Fundamental, que é o objeto estudado neste trabalho temos quatro unidades temáticas que são bem fundamentais, a primeira delas é “Crenças Religiosas e Filosofias de Vida” em que os alunos aprendem sobre várias coisas, como tradições escritas e ensinamentos de diferentes religiões, além de símbolos, ritos e mitos que fazem parte dessas crenças.

Um ponto importante a lembrar é que nem todo mundo segue uma religião. Mesmo assim, todos nós, como parte da sociedade, precisamos lidar com princípios éticos e morais, como o respeito à vida, à igualdade e à liberdade. Isso significa que, independentemente da crença ou da falta dela, é essencial ensinar esses valores para que todos aprendam a respeitar os direitos fundamentais de cada pessoa.

Essa abordagem ajuda a criar um ambiente escolar mais respeitoso e empático, onde os alunos podem se sentir à vontade para compartilhar suas opiniões e experiências, além de aprender com as diferenças uns dos outros. No fim das contas, o objetivo é formar cidadãos mais conscientes e que saibam conviver em uma sociedade tão diversa.

As unidades temáticas do Ensino Religioso tentam se conectar a uma

série de questões contemporâneas que impactam a sociedade em níveis local, regional e global. Temas como a realidade de crianças e adolescentes, educação para o trânsito, questões ambientais, nutrição, envelhecimento e o respeito e valorização dos idosos estão abordados.

Os direitos humanos, a diversidade étnico-racial, a cultura afro-brasileira, africana e indígena, saúde, vida familiar, educação financeira, trabalho, ciência e tecnologia e a diversidade cultural também estão em pauta. Todos esses tópicos são trabalhados nas habilidades que os alunos desenvolvem ao longo do Ensino Fundamental.

Essa tentativa do Estado, mesmo com algumas dificuldades, é importante, pois o estudo do Ensino Religioso não se resume apenas ao conhecimento de diferentes crenças, mas também à formação de cidadãos mais conscientes e respeitosos. Isso reflete nas relações interpessoais dos estudantes e no desenvolvimento de atitudes éticas, que os ajudarão a construir seus próprios projetos de vida.

A inclusão do Ensino Religioso no currículo de Pernambuco busca atender a necessidades fundamentais da sociedade, que não podem ser deixadas de lado na formação educacional e humana dos alunos. Ignorar esses aspectos pode resultar em estudantes desconectados de partes essenciais de sua identidade e da comunidade em que vivem.

Um exemplo nesse contexto é a valorização das religiões de matrizes africanas, como o Candomblé e a Umbanda, nas escolas. Essas tradições possuem uma rica história e uma cultura vibrante, que são fundamentais para a identidade de muitos brasileiros, especialmente em estados como Pernambuco, onde a influência afro-brasileira é marcante.

Desconsiderar as religiões de matriz africana no ambiente escolar é ignorar uma parte vital da história e da cultura do Brasil. Essas tradições, que têm raízes profundas na África, moldaram significativamente a identidade cultural do país, impactando não apenas a música e a culinária, mas também as artes e até mesmo a língua portuguesa. Portanto, é crucial que as escolas reconheçam e valorizem essas religiões, não apenas para resgatar um passado muitas vezes esquecido, mas também para contribuir na construção de um futuro mais justo e equitativo, onde todas as culturas sejam respeitadas.

A intersecção entre o Ensino Religioso e a História é fundamental para a

compreensão da diversidade cultural brasileira. Ao estudar a história das religiões de matriz africana, os alunos têm a oportunidade de entender como essas tradições foram formadas, como se adaptaram a diferentes contextos históricos e como resistiram a várias formas de opressão. Essa abordagem não só enriquece o conhecimento dos estudantes sobre a cultura brasileira, mas também ajuda a desmistificar preconceitos e a promover o respeito à diversidade religiosa. É uma forma de educar para a empatia e a aceitação, habilidades essenciais em uma sociedade plural.

O ensino de História, ao conectar os estudantes com os processos históricos que definiram as relações entre diferentes povos, culturas e religiões, oferece o contexto necessário para compreender como as tradições religiosas influenciaram e foram influenciadas por eventos sociais, econômicos e políticos. Por outro lado, o Ensino Religioso complementa esse entendimento ao explorar as dimensões simbólicas, éticas e espirituais dessas tradições, incentivando uma reflexão mais profunda sobre valores e princípios que transcendem épocas e geografias.

Essa interação entre História e Ensino Religioso enriquece o ambiente escolar, promovendo um espaço de aprendizado que é ao mesmo tempo respeitoso, reflexivo e colaborativo. Além disso, prepara os jovens para se tornarem agentes de transformação social, conscientes das complexas interações entre história, religião e cultura, e comprometidos com a promoção da justiça, da paz e da solidariedade. Em um mundo cada vez mais globalizado e interconectado, essa formação ampla e integradora é essencial para que os estudantes compreendam a importância de respeitar as diferenças e valorizem a diversidade como um pilar fundamental para a convivência harmoniosa e o progresso coletivo.

A educação formal deve proporcionar aos alunos um espaço seguro para explorar a complexidade das crenças religiosas, suas práticas e rituais. O Ensino Religioso, em conjunto com o Ensino de História, pode oferecer uma narrativa mais completa e equilibrada sobre as contribuições das religiões de matriz africana, destacando suas influências na formação da cultura e da identidade nacional. Isso é especialmente relevante em um contexto onde essas religiões muitas vezes enfrentam estigmas e discriminação.

Além disso, a pesquisa sobre as religiões de matriz africana pode envolver

a análise de fontes históricas, a coleta de depoimentos e a produção de textos, desenvolvendo assim habilidades críticas e analíticas nos alunos. Essas competências são essenciais para formar cidadãos informados e engajados, capazes de articular suas opiniões e de participar ativamente na sociedade. O estudo dessas tradições pode também instigar um senso de curiosidade e respeito pela diversidade cultural, contribuindo para a formação de uma geração mais consciente.

A interdisciplinaridade entre o Ensino Religioso e o Ensino de História não apenas proporciona uma visão mais ampla e integrada do passado, mas também reflete a importância de valorizar todas as expressões culturais. Ao abordar a história das religiões de matriz africana, os alunos podem ver como essas tradições se entrelaçam com outras correntes culturais e sociais, criando um mosaico rico e diverso que é a essência da identidade brasileira. Essa compreensão é vital para a construção de uma sociedade que respeite e celebre suas diferenças.

Em resumo, a inclusão das religiões de matriz africana no currículo de Pernambuco representa um passo significativo em direção a uma educação mais justa e inclusiva. A valorização da diversidade religiosa não só enriquece o ambiente escolar, mas também contribui para a formação de cidadãos mais críticos e respeitosos dos direitos humanos. O diálogo entre o Ensino Religioso e a História é fundamental para esse processo, pois permite aos alunos compreender a complexidade da formação da identidade brasileira e a importância de reconhecer e valorizar todas as suas expressões culturais.

Reconhecer e respeitar essas tradições não apenas enriquece o aprendizado dos alunos, mas também combate preconceitos e promove a inclusão. É essencial que, no ambiente escolar, haja espaço para discutir essas religiões de forma respeitosa, permitindo que todos os estudantes aprendam sobre a diversidade cultural que nos cerca. Ao promover uma abordagem interdisciplinar, estamos educando nossos alunos sobre a diversidade cultural do Brasil e contribuindo para a formação de uma sociedade mais igualitária e respeitosa. É fundamental que educadores e gestores se esforcem para criar um ambiente de aprendizado inclusivo, onde todas as culturas e tradições religiosas sejam respeitadas e valorizadas, preparando assim os jovens para um futuro onde a diversidade é uma riqueza e não um obstáculo. Essa educação

transforma a maneira como os alunos percebem o mundo e fortalece o tecido social do país, promovendo um entendimento genuíno e empatia entre os diferentes grupos que compõem a nossa sociedade. Avançar nessa direção é ajudar a construir um Brasil mais justo, onde todos têm voz e lugar.

3 PRODUTO PEDAGÓGICO

3.1 Manual de Ensino Religioso para Professores de História – Fundamental II

A diversidade religiosa presente no Brasil e no mundo exige que a educação promova o respeito e a compreensão mútua. Como afirma Saviani (2004), a escola tem um papel fundamental na formação de cidadãos críticos e conscientes, capazes de conviver em um mundo plural e multicultural.

Este manual, direcionado a professores de história, busca contribuir para esse processo, oferecendo subsídios teóricos e práticos para o ensino da história das religiões que está intrinsecamente ligada à história da humanidade, influenciando as sociedades, as culturas e os comportamentos ao longo dos tempos.

O professor de história possui as ferramentas necessárias para analisar fontes históricas, construir narrativas e promover o pensamento crítico, habilidades essenciais para abordar a complexidade das religiões ao longo do tempo. A formação do professor de história o capacita a contextualizar as práticas religiosas dentro de um quadro mais amplo, estabelecendo relações entre passado e presente.

Ao abordar o ensino religioso, este material busca atender às orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que enfatiza a importância de promover o diálogo intercultural e o respeito à diversidade. Como afirma Silva (2019), o ensino de religiões deve ir além da mera transmissão de conhecimentos, visando a formação de cidadãos capazes de construir um mundo mais justo e equitativo.

O que Você Vai Encontrar Neste Manual:

1. Religiões de Destaque Mundial: Exploramos as principais religiões globais — Cristianismo, Islamismo, Judaísmo, Hinduísmo e Budismo —, abordando suas origens, crenças centrais, práticas, símbolos e festividades. Cada seção oferece uma visão geral do que faz cada uma

dessas religiões ser única e como elas influenciam milhões de pessoas pelo mundo.

2. **Religiões Brasileiras Exclusivas:** O manual também dedica espaço para tradições que fazem parte da identidade religiosa do Brasil, como a Umbanda. Conhecer essas religiões ajuda a valorizar a diversidade local e compreender melhor a riqueza cultural do nosso país.
3. **Orientações Práticas para as Aulas:** Em cada tópico, você encontrará planos de aula prontos para usar, atividades sugeridas e dicas didáticas. Essas orientações são projetadas para facilitar o entendimento dos alunos, promover discussões interessantes e fomentar uma atitude de respeito e curiosidade saudável.
4. **Ensino Religioso Sem Viés:** Nossa abordagem aqui é totalmente informativa e sem qualquer tipo de viés religioso. A ideia é fornecer informações precisas e contextuais para que os alunos tenham uma base sólida para formar suas próprias opiniões, sempre com respeito e compreensão mútua.

Como Este Manual Está Organizado?

Dividido por temas religiosos, cada seção traz:

1. **Contexto Histórico:** Onde e como cada religião surgiu e se desenvolveu.
2. **Doutrinas e Práticas:** Os ensinamentos e rituais que formam a base de cada fé.
3. **Símbolos e Festividades:** Significados dos principais símbolos e das celebrações mais marcantes.
4. **Planos de Aula:** Propostas de atividades práticas e dinâmicas adaptáveis para cada religião.

5. Reflexões e Discussões: Perguntas e sugestões de temas para fomentar discussões saudáveis e ajudar os alunos a desenvolver uma compreensão mais profunda das diferentes tradições religiosas.

Conforme abordamos no capítulo anterior, a BNCC define o Ensino Religioso como um componente curricular importante para o desenvolvimento do conhecimento e do respeito à diversidade religiosa e cultural, a LDB regulamenta o Ensino Religioso como parte integrante da formação básica dos alunos na educação brasileira, estabelecendo diretrizes que tentam garantir a oferta dessa disciplina em caráter facultativo nas escolas públicas de ensino fundamental.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e o currículo estadual de Pernambuco dão algumas orientações adicionais para a implementação do Ensino Religioso, fazendo algumas adaptações ao contexto social e cultural específico da região. Esses documentos fazem complemento a BNCC e a LDB ao fazer algumas indicações de caminhos práticos para o desenvolvimento de aulas que respeitem e valorizem a diversidade cultural e religiosa presente no estado.

Baseado nessas orientações os planos de aula deste manual foram criados, para traduzir esses fundamentos legais em práticas pedagógicas que sejam eficazes e relevantes para os alunos.

Para construir uma compreensão maior para o professor, abordaremos primeiro algumas informações sobre a origem, doutrinas centrais, práticas religiosas, símbolos, festividades e principais figuras históricas associadas a cada religião, e em seguida traremos dois planos de aula para cada uma das religiões abordada por este Manual.

3.1.1 Cristianismo

O Cristianismo, com suas raízes nos ensinamentos de Jesus de Nazaré, emergiu como uma das religiões monoteístas mais influentes do mundo. A crença na divindade de Jesus, em sua morte e ressurreição como meio de salvação, e na Trindade (Pai, Filho e Espírito Santo) forma o cerne da fé cristã. Ao longo dos séculos, o Cristianismo se espalhou por todos os continentes,

moldando culturas, sociedades e impérios.

Os Fundamentos da Fé

A figura central do Cristianismo é Jesus de Nazaré, considerado por seus seguidores como o Messias prometido e o Filho de Deus. Seus ensinamentos, registrados nos evangelhos, enfatizam o amor ao próximo, o perdão, a humildade e a busca por um reino de Deus na terra. A crença na Trindade, um único Deus em três pessoas distintas, é outro pilar fundamental da fé cristã, expressando a complexidade e a profundidade da relação entre Deus e a humanidade.

A salvação, no Cristianismo, é um presente de Deus, obtido pela fé em Jesus Cristo. A morte e ressurreição de Jesus são vistas como a vitória sobre o pecado e a morte, oferecendo aos crentes a esperança de vida eterna.

A Igreja e os Sacramentos

A Igreja, como corpo de Cristo na terra, desempenha um papel central na vida dos cristãos. Através da Igreja, os sacramentos são celebrados, transmitindo a graça divina e fortalecendo a fé dos fiéis. Os sacramentos mais comuns são o batismo, a eucaristia, a confirmação, a penitência, a unção dos enfermos e o matrimônio.

A Diversidade do Cristianismo

Ao longo da história, o Cristianismo se diversificou em diversas denominações, cada uma com suas próprias tradições e interpretações. As principais divisões incluem o Catolicismo, o Protestantismo e a Ortodoxia. Apesar das diferenças, todas essas denominações compartilham as crenças fundamentais do Cristianismo.

O Cristianismo e a História

O Cristianismo teve um impacto profundo na história da humanidade. No Império Romano, os cristãos enfrentaram perseguições, mas a religião acabou se tornando a religião oficial do império. A Idade Média foi marcada pela

dominação da Igreja Católica na Europa, enquanto a Reforma Protestante do século XVI levou à divisão do Cristianismo ocidental.

O Cristianismo no Mundo Contemporâneo

No mundo contemporâneo, o Cristianismo enfrenta desafios como o secularismo, o pluralismo religioso e as mudanças sociais. No entanto, a fé cristã continua a ser uma força poderosa, inspirando milhões de pessoas a buscar a justiça, a compaixão e a paz.

Plano de Aula 01:

Objetivo: Apresentar as principais características do Cristianismo, suas divisões e tradições, e explorar o impacto histórico e cultural dessa religião no mundo.

- **Introdução (15 minutos):**

Contextualizar o Cristianismo como uma das maiores religiões monoteístas e sua origem no Oriente Médio.

Breve introdução às três principais divisões: Catolicismo, Protestantismo e Ortodoxia.

- **Desenvolvimento (30 minutos):**

Apresentar os elementos centrais da fé cristã, como a Trindade, a salvação e os textos sagrados (Bíblia).

Discutir as tradições e rituais mais importantes, como o batismo, a Eucaristia, o Natal e a Páscoa.

Utilizar um mapa para mostrar a expansão do Cristianismo no mundo antigo e como ele se difundiu com o tempo.

- **Atividade (15 minutos):**

Dividir a turma em grupos e pedir que cada grupo pesquise sobre uma das divisões do Cristianismo.

Cada grupo apresentará brevemente as principais características de sua divisão para a turma.

- Conclusão (10 minutos):

Fazer uma roda de conversa sobre a importância de respeitar as tradições religiosas dos colegas.

Refletir sobre o impacto do Cristianismo na história e nas culturas ao redor do mundo.

Plano de Aula 02:

- Tema: Símbolos e Rituais do Cristianismo
- Objetivo: Identificar e compreender o significado dos principais símbolos e rituais cristãos e seu papel na vida dos fiéis.

- Conteúdos: Símbolos: Cruz, peixe, pão e vinho.

Rituais: Batismo, Eucaristia, orações e festividades como Natal e Páscoa.

- Atividade:

Introdução: Breve explicação sobre o simbolismo no Cristianismo e por que símbolos e rituais são importantes.

Jogo de Memória de Símbolos: Criar um jogo de memória com figuras de símbolos e rituais cristãos. Os alunos, em grupos, tentam combinar os pares de símbolos e rituais com suas descrições e significados.

- Reflexão: Após o jogo, cada grupo escolhe um símbolo ou ritual e prepara uma pequena apresentação explicando seu significado e como ele é praticado hoje.

- Discussão em Grupo: Conduzir uma discussão sobre como os símbolos e rituais ajudam a fortalecer a comunidade e a espiritualidade.

- Materiais: Cartões com imagens de símbolos e rituais, marcadores e cartolinas.

- Avaliação: Observação da participação no jogo e na apresentação sobre os símbolos e rituais.

REFERENCIA BIBLIOGRAFICA

CAIRNS, Earle E. Cristianismo através dos séculos: uma história da Igreja Cristã.

2. São Paulo: Vida Nova, 1999

3.1.2 Islamismo

O Islamismo, uma das maiores religiões monoteístas do mundo, teve origem na Península Arábica no século VII d.C. Fundado por Maomé, que os muçulmanos consideram o último profeta enviado por Alá, o Islã se expandiu rapidamente por vastas regiões, moldando culturas e sociedades.

Os Fundamentos da Fé

A crença em um único Deus, Alá, é o alicerce do Islamismo. O Alcorão, o livro sagrado dos muçulmanos, é considerado a palavra de Deus revelada a Maomé. A Sunna, a tradição profética, complementa o Alcorão, fornecendo exemplos e orientações para a vida cotidiana dos fiéis.

Os cinco pilares do Islã são as obrigações fundamentais para todos os muçulmanos:

1. Shahada: A profissão de fé, declarando que não há outro Deus além de Alá e que Maomé é seu profeta.
2. Salat: A oração ritual, realizada cinco vezes ao dia em direção a Meca.
3. Zakat: A caridade obrigatória, destinada a ajudar os necessitados.
4. Sawm: O jejum durante o mês do Ramadã, um período de reflexão e purificação espiritual.
5. Hajj: A peregrinação a Meca, ao menos uma vez na vida, para aqueles que possuem condições físicas e financeiras.

A Sharia: Lei e Vida

A Sharia, a lei islâmica, engloba todos os aspectos da vida muçulmana, desde a ética e a moral até os aspectos jurídicos e sociais. Ela busca guiar os muçulmanos em todas as suas ações, buscando a justiça e a equidade. A Sharia é baseada no Alcorão, na Sunna e nos ensinamentos dos estudiosos islâmicos.

A Diversidade do Mundo Islâmico

Ao longo da história, o Islã se diversificou em diversas seitas e escolas de pensamento. As duas principais denominações são os sunitas e os xiitas, que diferem em relação à sucessão de Maomé e a interpretação de alguns aspectos da fé. Além disso, o sufismo, uma vertente mística do Islã, busca a união com Deus através de práticas espirituais e contemplativas.

O Islã e a História

O Islã desempenhou um papel fundamental na história, influenciando a ciência, a filosofia, a arte e a cultura. O Império Otomano, por exemplo, foi um dos maiores impérios da história e deixou um legado duradouro em diversas regiões.

O Islã no Mundo Contemporâneo

No mundo contemporâneo, o Islã enfrenta diversos desafios, como a islamofobia, o fundamentalismo e a modernização. Muçulmanos de diferentes partes do mundo buscam conciliar a tradição islâmica com os valores e as demandas da sociedade contemporânea. A busca por uma interpretação moderna e inclusiva do Islã é um tema central nos debates atuais.

Plano de Aula 01:

Objetivo: Compreender os pilares do Islamismo, seus rituais e práticas, e discutir a importância cultural e histórica da religião.

- Introdução (10 minutos): Introduzir o Islamismo e seu fundador, Maomé, e explicar o conceito de monoteísmo.

Apresentar o Alcorão como texto sagrado.

- Desenvolvimento (35 minutos):

Explicar os Cinco Pilares do Islã e sua importância para os praticantes.

Fazer uma apresentação breve de cada pilar: Shahada, Salah, Zakat, Sawm e Hajj.

Mostrar imagens de Meca, Medina e da Kaaba, explicando seu significado.

Discutir a celebração do Ramadã e seu significado espiritual.

- Atividade (15 minutos):

Pedir aos alunos que se dividam em grupos e criem um cartaz que represente um dos Cinco Pilares do Islã.

Os cartazes serão exibidos na sala de aula e os alunos poderão explicar a importância de cada um.

- Conclusão (10 minutos):

Debater como os princípios do Islã, como a caridade e o respeito ao próximo, são valores universais que todos podem entender e respeitar.

Reflexão sobre a importância de conhecer diferentes religiões para criar uma sociedade mais compreensiva e justa.

Plano de Aula 02:

- Tema: O Alcorão e a Vida de Maomé

- Objetivo: Compreender a importância do Alcorão como livro sagrado do Islã e aprender sobre a vida de Maomé como exemplo moral.

- Conteúdos:

A revelação do Alcorão e seu papel no Islamismo.

Eventos importantes da vida de Maomé.

- Atividade:

Introdução: Apresentação sobre o Alcorão, como ele foi revelado a Maomé e sua importância para os muçulmanos.

Linha do Tempo da Vida de Maomé: Dividir os alunos em grupos. Cada grupo escolhe uma fase importante da vida de Maomé e cria uma parte de uma linha do tempo com ilustrações, eventos e descrições.

Discussão: Refletir sobre os ensinamentos de Maomé e como eles influenciam a vida dos muçulmanos até hoje.

Conclusão: Cada grupo compartilha a sua parte da linha do tempo, e em seguida as partes são unidas para formar uma linha do tempo completa.

- Materiais: Cartolinas, marcadores, imagens impressas e cola.
- Avaliação: Avaliação do trabalho em grupo e a contribuição de cada aluno na linha do tempo.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

Campos Neto, A. A. M. (2020). A origem do islã. O universo muçulmano. Alcorão e a châr'ia. Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 115, 21-46. Disponível em DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2318-8235.v115p21-46>
Acesso em 10 dez 2024

3.1.3 Judaísmo

O Judaísmo, uma das religiões monoteístas mais antigas do mundo, tem suas raízes na região do Oriente Médio. Com uma história rica e complexa, o Judaísmo moldou a identidade de um povo e influenciou o desenvolvimento de outras grandes religiões.

A Torá: Fonte de Sabedoria e Lei

A Torá, os cinco primeiros livros da Bíblia Hebraica, é considerada a palavra de Deus revelada a Moisés. Ela serve como guia espiritual, moral e legal para o povo judeu, contendo narrativas históricas, leis e ensinamentos proféticos. Além da Torá, os Profetas e os Escritos completam a Bíblia Hebraica, oferecendo uma visão mais ampla da história e da fé judaicas.

Crenças Fundamentais

1. Monoteísmo: A crença em um único Deus, criador de todas as coisas, é central no Judaísmo. Esse Deus é transcendente, onipotente e onisciente.
2. Aliança: A aliança estabelecida entre Deus e o povo de Israel é um dos pilares da fé judaica. Essa aliança implica em uma relação especial e em responsabilidades mútuas.

3. Povo Escolhido: Os judeus se consideram o povo escolhido por Deus para cumprir um propósito divino. Essa concepção, embora controversa, tem moldado a identidade judaica ao longo dos séculos.
4. Vida após a morte: Embora o Judaísmo não tenha uma doutrina detalhada sobre a vida após a morte, a crença na ressurreição dos mortos é importante para muitos judeus.

Práticas Religiosas

A vida religiosa judaica é rica em rituais e práticas que visam fortalecer a conexão com Deus e com a comunidade. Algumas das principais práticas incluem:

Oração: A oração é uma parte fundamental da vida judaica. As orações são realizadas em hebraico e podem ser individuais ou em grupo, nas sinagogas.

Estudo da Torá: O estudo da Torá é uma prática contínua e essencial para os judeus. Através do estudo, os judeus buscam uma compreensão mais profunda da fé e da tradição.

Shabat: O Shabat, o dia de descanso semanal, é um momento para se conectar com a família, a comunidade e Deus. É um dia dedicado à oração, ao estudo e à prática de atos de bondade.

Kashrut: As leis dietéticas judaicas, conhecidas como kashrut, determinam quais alimentos são considerados puros e podem ser consumidos.

Festivais: Os judeus celebram diversos feriados ao longo do ano, como o Pessach (Páscoa), Yom Kipur (Dia do Perdão) e Hanukkah. Cada feriado tem um significado especial e celebra eventos importantes da história judaica.

História e Diáspora

A história do povo judeu é marcada por períodos de prosperidade e perseguição. A diáspora, a dispersão do povo judeu por diversas partes do mundo, teve um impacto profundo na cultura e nas práticas judaicas. O antissemitismo, a hostilidade e a discriminação contra os judeus, tem sido um

desafio constante ao longo da história.

O Judaísmo no Mundo Contemporâneo

O Judaísmo continua a ser uma religião vibrante e relevante no mundo contemporâneo. A criação do Estado de Israel em 1948 representou um marco histórico para o povo judeu, mas também trouxe novos desafios e debates. O Judaísmo se adapta às mudanças sociais e culturais, preservando ao mesmo tempo suas tradições e valores.

Plano de Aula 01:

Objetivo: Explorar as tradições, os textos sagrados e as principais festividades do Judaísmo, entendendo a contribuição histórica e cultural dessa religião.

- Introdução (10 minutos):

Introduzir o Judaísmo, destacando seu papel como a mais antiga das três religiões abraâmicas.

Breve explicação sobre a Torá e sua importância.

- Desenvolvimento (35 minutos):

Explicar o conceito de monoteísmo e as crenças centrais, como a Aliança entre Deus e o povo judeu.

Apresentar as principais festividades: Yom Kipur, Hanukkah, e Pessach.

Discutir os rituais e práticas, como o Shabat e as leis dietéticas (kashrut).

- Atividade (15 minutos):

Dividir a turma em grupos e atribuir a cada um a pesquisa sobre um símbolo ou uma festividade judaica.

Pedir que desenhem ou criem representações simbólicas do que aprenderam (como um candelabro da menorá para Hanukkah ou uma estrela de Davi) e compartilhem com a turma.

- Conclusão (10 minutos):

Reflexão sobre como o Judaísmo influenciou outras religiões e culturas.

Debater sobre a importância do respeito a diferentes formas de celebração religiosa.

Plano de Aula 02:

- Tema: Símbolos e Objetos Sagrados no Judaísmo

- Objetivo: Identificar e compreender o significado de símbolos e objetos importantes na tradição judaica e como são utilizados nas práticas religiosas.

- Conteúdos:
 Símbolos: Estrela de Davi, Menorá.
 Objetos Sagrados: Torá, Tefilin, Mezuzá.

- Atividades:
 Introdução: Exposição breve sobre cada um dos símbolos e objetos, com ilustrações e descrições.
 Exposição Interativa: Montar uma exposição interativa onde cada grupo de alunos escolhe um símbolo ou objeto sagrado e cria uma "mini exposição" com um cartaz e uma explicação. Eles também podem incluir perguntas para os outros grupos responderem.
 Visita à Exposição: Cada grupo visita as "exposições" dos outros grupos e responde às perguntas, incentivando a troca de conhecimento.
 Discussão: Reflexão final sobre o que aprenderam e como os símbolos e objetos representam aspectos importantes da vida e fé judaicas.
- Materiais: Cartolinas, marcadores, cola, imagens impressas.

- Avaliação: Participação na criação da exposição e na visita aos outros grupos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Silva, Elizabeth Marques da. **Não cozerás o cabrito no leite de sua mãe: uma análise teológica, cultural e nutricional**. Trabalho Final (Mestrado em Teologia) - Faculdade de Teologia (EST), Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, RS, 2015.

3.1.4 Hinduísmo

O Hinduísmo, com raízes profundas no antigo Vale do Indo, é uma das religiões mais antigas e complexas do mundo. Sem um fundador único ou um conjunto rígido de dogmas, o Hinduísmo é uma rica tapeçaria de crenças, práticas e filosofias que evoluíram ao longo de milênios. Essa diversidade é uma de suas marcas distintivas, permitindo que cada indivíduo encontre seu próprio caminho espiritual dentro dessa vasta tradição.

Os pilares do Hinduísmo

1. **Karma e Reencarnação:** A crença no karma, a lei da causa e efeito, e na reencarnação, o ciclo de nascimentos e renascimentos, é central no Hinduísmo. As ações de uma pessoa moldam seu futuro, não apenas nesta vida, mas em todas as suas encarnações.
2. **Dharma:** O dharma representa o dever moral e social de cada indivíduo. É um conjunto de princípios e valores que guiam a conduta e a busca pela realização espiritual.
3. **Moksha:** A libertação final do ciclo de nascimentos e renascimentos é o objetivo supremo da vida espiritual hindu. A moksha é alcançada através da realização do dharma e da compreensão da natureza da realidade última.
4. **Deuses e Deusas:** O Hinduísmo é politeísta, com uma vasta panteão de deidades. Vishnu, o preservador, Shiva, o transformador, e Shakti, a energia divina, são algumas das divindades mais importantes. Cada deus representa diferentes aspectos da realidade e da experiência humana.

Práticas e Rituais

As práticas religiosas hindus são diversas e variam de acordo com as tradições e as regiões. Algumas das práticas mais comuns incluem:

Puja: Rituais de adoração aos deuses, realizados em casa ou em templos, envolvendo oferendas, mantras e orações.

Yoga: Uma disciplina que combina exercícios físicos, respiração e meditação, visando o bem-estar físico e espiritual.

Meditação: Prática fundamental para a concentração e a introspecção, permitindo o contato com o divino interior.

Festivais: O calendário hindu é repleto de festivais coloridos e vibrantes, como Diwali (Festival das Luzes), Holi (Festival das Cores) e Navratri.

O Hinduísmo na Cultura e na Sociedade

O Hinduísmo moldou a cultura, a sociedade e a filosofia da Índia por milênios. A arte, a literatura, a música e a dança hindus são profundamente influenciadas pelas crenças e práticas religiosas. O sistema de castas, embora tenha sido objeto de críticas e reformas, continua sendo uma importante estrutura social em algumas partes da Índia.

O Hinduísmo no Mundo Contemporâneo

O Hinduísmo enfrenta desafios no mundo moderno, como a globalização, a secularização e a crescente diversidade religiosa. No entanto, a religião continua a ser uma força poderosa na vida de milhões de pessoas em todo o mundo. O Hinduísmo oferece um rico patrimônio espiritual e cultural, que continua a inspirar e guiar as pessoas em sua busca por significado e propósito na vida.

Plano de Aula 01

Objetivo: Compreender os conceitos centrais do Hinduísmo, sua diversidade de crenças e práticas, e discutir sua influência cultural e filosófica.

- Introdução (10 minutos):

Explicar a origem do Hinduísmo e sua diversidade.

Apresentar os textos sagrados: Vedas e Upanishads.

- Desenvolvimento (35 minutos):

Discutir conceitos importantes, como karma, dharma e reencarnação.

Explicar a importância do Moksha e como ele é o objetivo final do Hinduísmo.

Apresentar festivais como Diwali e Holi, explicando seu significado e práticas associadas.

- Atividade (15 minutos):

Pedir aos alunos para criarem uma representação dos principais deuses hindus (como Shiva, Vishnu e Sarasvati) e uma breve explicação sobre cada um.

Cada grupo apresentará sua representação e o papel do deus escolhido.

- Conclusão (10 minutos):

Roda de conversa sobre o impacto das crenças hindus na vida dos praticantes.

Discutir como a ideia de karma e reencarnação pode ser encontrada em outras culturas e religiões.

Plano de Aula 02:

- Tema: Deuses e Deusas do Hinduísmo

- Objetivo: Compreender a diversidade do panteão hindu e o papel de alguns dos principais deuses e deusas na cultura e espiritualidade.

- Conteúdos:

Principais divindades: Brahma, Vishnu, Shiva, Lakshmi, Saraswati, Ganesh.

Conceito de Trindade Hindu: Brahma, Vishnu e Shiva.

- Atividade:

Introdução: Explicação sobre a diversidade de deuses e deusas no Hinduísmo e o conceito de divindades representando aspectos da vida e da natureza.

Cartões de Personagens: Os alunos escolhem um deus ou deusa hindu, criam um cartão de personagem com uma breve biografia, seus atributos e uma ilustração.

Apresentação em Duplas: Cada aluno se apresenta como o deus ou deusa escolhido para um colega, explicando seu papel e simbolismo. Em seguida, eles trocam de parceiro para conhecer outras divindades.

- Conclusão: Reunião em círculo para discutir o que aprenderam sobre a pluralidade e o simbolismo no Hinduísmo.
- Materiais: Cartões, lápis de cor, papel e canetas.
- Avaliação: Criatividade e precisão na criação dos cartões de personagens e nas apresentações em duplas.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS:

Carvalho, Matheus Landau de. Tradições religiosas, filosofias e história: uma introdução ao Hinduísmo por Hillary Rodrigues. *Sacrilegens*, Juiz de Fora, v. 14, n. 2, p. 99-107, jul.-dez. 2017. Disponível em: <http://www.ufjf.br/sacrilegens/files/2018/03/14-2-8.pdf>. Acesso em 26/10/2024

3.1.5 Budismo

O Budismo, fundado por Siddhartha Gautama, o Buda, no século VI a.C., oferece um caminho para a libertação do sofrimento humano. Nascido na Índia, o Budismo se espalhou pela Ásia e influenciou profundamente a cultura e a filosofia orientais. Seus ensinamentos, centrados nas Quatro Nobres Verdades e no Nobre Caminho Óctuplo, convidam à reflexão sobre a natureza da existência e à prática da compaixão e da sabedoria.

As Quatro Nobres Verdades são a base da doutrina budista: a vida é marcada pelo sofrimento (*dukkha*); o sofrimento tem uma causa, o apego (*tanha*); é possível cessar o sofrimento; e existe um caminho para essa cessação, o Nobre Caminho Óctuplo. Este último consiste em oito aspectos da vida que devem ser desenvolvidos: visão correta, pensamento correto, fala correta, ação correta, meio de vida correto, esforço correto, atenção plena e concentração.

A prática da meditação é central no Budismo, sendo um meio de cultivar a atenção plena, a concentração e a sabedoria. Através da meditação, o

praticante desenvolve a capacidade de observar os pensamentos e as emoções sem julgamento, compreendendo a natureza impermanente e insatisfatória de todas as coisas.

Um conceito fundamental no Budismo é o **anatta**, ou a não-existência de um eu permanente e imutável. A ideia de que somos compostos por cinco agregados (forma, sensação, percepção, formações mentais e consciência) nos leva a questionar a natureza da identidade e a buscar a libertação do sofrimento causado pelo apego a um eu ilusório.

Ao longo da história, o Budismo se diversificou em diversas escolas, como o Theravada, Mahayana e Vajrayana, cada uma com suas próprias interpretações e práticas. O **Theravada** enfatiza a busca pela iluminação individual, enquanto o **Mahayana** enfatiza a compaixão e o desejo de ajudar todos os seres a alcançar a libertação. O **Vajrayana** incorpora práticas tântricas e rituais, visando uma rápida iluminação.

O Budismo estabelece uma profunda conexão com a natureza, valorizando a interdependência de todos os seres e a importância da preservação do meio ambiente. A prática da **compasão (metta)** é fundamental, incentivando os praticantes a cultivarem sentimentos de amor e bondade em relação a todos os seres sencientes.

O Budismo no mundo contemporâneo continua a oferecer insights relevantes para os desafios da vida moderna. A prática da mindfulness, derivada da meditação budista, tem sido amplamente adotada como uma ferramenta para reduzir o estresse e melhorar o bem-estar mental. Além disso, os ensinamentos budistas sobre a interconexão de todos os seres têm inspirado movimentos sociais e ambientais em todo o mundo.

Plano de Aula 01

Objetivo: Explorar os ensinamentos do Budismo, sua filosofia e rituais, e refletir sobre o impacto da prática meditativa.

• Introdução (10 minutos):

Apresentar a vida de Siddhartha Gautama e como ele se tornou Buda.

Introduzir o conceito das Quatro Nobres Verdades e o Caminho Óctuplo.

- Desenvolvimento (35 minutos):

Explicar os conceitos de sofrimento, desapego e meditação.

Discutir a prática da meditação e seus benefícios, mesmo para aqueles que não seguem a religião.

Apresentar festividades como o Vesak e Asalha Puja, além de discutir a Roda do Dharma.

- Atividade (15 minutos):

Realizar uma breve prática de meditação guiada com os alunos para que possam experimentar a prática de atenção plena.

Em seguida, pedir que compartilhem como se sentiram com a atividade e o que aprenderam com ela.

- Conclusão (10 minutos):

Reflexão sobre como os ensinamentos de Buda podem ser aplicados para promover paz interior e compaixão.

Conversar sobre a importância de compreender diferentes filosofias e perspectivas de vida para promover a paz e o respeito mútuo.

Plano de Aula 02:

- Tema: As Quatro Nobres Verdades e o Caminho Óctuplo

- Objetivo: Explorar as Quatro Nobres Verdades do Budismo e o Nobre Caminho Óctuplo como formas de alcançar o equilíbrio e a paz interior

.

- Conteúdos:

Explicação das Quatro Nobres Verdades e do Nobre Caminho Óctuplo.

A importância da meditação e da prática ética no Budismo.

- Atividade:

Introdução: Expor as Quatro Nobres Verdades e discutir o conceito de sofrimento e como ele pode ser superado.

Mapeamento do Caminho Óctuplo: Dividir a turma em grupos. Cada grupo pesquisa um aspecto do Caminho Óctuplo (por exemplo, "compreensão correta")

ou "ação correta") e prepara uma pequena apresentação ou desenho que ilustre como ele pode ser aplicado na vida cotidiana.

Prática de Meditação: Orientar uma breve sessão de meditação, guiando os alunos para refletirem sobre um aspecto do Caminho Óctuplo que aprenderam.

- Materiais: Lousa, papel e materiais de desenho.
- Avaliação: A participação nas apresentações e na meditação.

REFERENCIA BIBLIOGRAFICA:

BUDA. A Doutrina de Buda. Tradução de Jorge Anzai. Revisão de Rev. Shinsho Sasaki e Prof. Dr. Ricardo Mario Gonçalves. São Paulo: Fundação para a Promoção do Budismo, 1990.

3.1.6 Umbanda

A Umbanda, nascida no Brasil no início do século XX, é um caleidoscópio religioso que reflete a rica diversidade cultural do país. Surgida como uma resposta sincrética às necessidades espirituais e sociais de uma população em transformação, a Umbanda incorporou elementos de diversas tradições, como o catolicismo, o espiritismo kardecista, as religiões afro-brasileiras e as culturas indígenas.

Um encontro de mundos: A fundação da Umbanda é atribuída a Zélio Fernandino de Moraes, que em 1908, durante uma sessão mediúnica, estabeleceu contato com entidades espirituais que incorporavam características de diferentes culturas. Essa fusão de elementos deu origem a uma nova religião, marcada pela crença em um Deus supremo e na existência de diversos espíritos guias, como os Orixás, Caboclos, Pretos Velhos e Crianças.

Os pilares da Umbanda: A Umbanda se estrutura sobre pilares fundamentais:

1. Sincretismo religioso: A fusão de elementos de diversas tradições é uma marca registrada da Umbanda. Os Orixás, por exemplo, são associados a santos católicos, criando uma rica simbologia que conecta o sagrado africano com a cultura popular brasileira.
2. Caridade e serviço: A prática da caridade é um dos pilares da Umbanda. Os médiuns e os adeptos são incentivados a ajudar o próximo, através de trabalhos sociais, assistenciais e de cura.
3. Evolução espiritual: A Umbanda propõe uma visão otimista da vida após a morte e da evolução espiritual. Através da incorporação dos espíritos guias, os médiuns oferecem conselhos, orientação e cura aos consulentes, auxiliando-os em suas jornadas espirituais.
4. Respeito à natureza: A Umbanda estabelece uma profunda conexão com a natureza, valorizando os elementos naturais como a terra, o fogo, a água e o ar. Essa relação com a natureza se manifesta nos rituais, nas oferendas e na veneração de entidades ligadas aos elementos.

A gira: o coração da Umbanda: A gira é o ritual central da Umbanda, onde os médiuns incorporam os espíritos guias para atender aos consulentes. Durante a gira, são realizados cânticos, danças, oferendas e trabalhos de cura. A atmosfera da gira é marcada pela alegria, pela música e pela fé, proporcionando aos participantes uma experiência espiritual profunda.

A Umbanda na sociedade: A Umbanda desempenha um papel importante na sociedade brasileira, contribuindo para a construção da identidade nacional e para a promoção de valores como a igualdade, a justiça social e a tolerância religiosa. A religião tem sido um espaço de resistência e afirmação para as comunidades afro-brasileiras, oferecendo um sentido de pertencimento e valorizando suas raízes culturais.

Desafios e perspectivas: Ao longo de sua história, a Umbanda enfrentou diversos desafios, como o preconceito, a discriminação e a perseguição religiosa. No entanto, a religião continua a se fortalecer e a se adaptar às mudanças sociais, demonstrando sua vitalidade e relevância para a sociedade contemporânea.

A Umbanda é mais do que uma religião, é uma expressão cultural que reflete a alma brasileira. Sua rica história, seus fundamentos espirituais e sua capacidade de adaptação a diferentes contextos sociais fazem da Umbanda um fenômeno único e fascinante.

Plano de Aula 1: Introdução à Umbanda

Objetivo:

Compreender a origem, os fundamentos e as práticas da Umbanda, promovendo a valorização da diversidade cultural e religiosa.

Objetivos Específicos:

1. História: Reconhecer a origem da Umbanda e como ela se desenvolveu no Brasil a partir de influências africanas, indígenas e espiritistas.
2. Práticas Religiosas: Identificar os rituais e práticas comuns na Umbanda, como a incorporação de entidades e as oferendas.
3. Cultura e Sociedade: Discutir o papel da Umbanda na sociedade brasileira e sua contribuição para a identidade cultural do país.
4. Respeito e Tolerância: Promover a reflexão sobre a importância do respeito às diferentes tradições religiosas.

Duração: 50 minutos

• Recursos:

Vídeo introdutório sobre Umbanda

Cartazes com informações sobre a religião

• Atividades:

Discussão Inicial (10 minutos):

Perguntar aos alunos o que sabem sobre a Umbanda, promovendo um ambiente de diálogo e escuta ativa. Anotar as respostas no quadro.

• Exibição do Vídeo (15 minutos):

Assistir a um vídeo que explique a origem e os principais aspectos da Umbanda. Destacar a mistura cultural que caracteriza a religião.

- Debate (10 minutos):

Realizar um debate sobre o que os alunos aprenderam, abordando o impacto social e cultural da Umbanda no Brasil e a importância do respeito às tradições religiosas.

- Produção de Cartazes (15 minutos):

Os alunos formarão grupos para criar cartazes com informações sobre a Umbanda, incluindo origem, práticas e rituais. Cada cartaz deve conter imagens e dados relevantes.

Plano de Aula 2: Práticas da Umbanda

Objetivo Geral: Explorar as práticas e rituais da Umbanda, incentivando o entendimento sobre espiritualidade e identidade cultural.

Objetivos Específicos:

1. Rituais: Descrever os principais rituais da Umbanda, como a gira, e entender seu significado espiritual.
2. Entidades: Conhecer as entidades que atuam na Umbanda e suas características.
3. Integração Cultural: Discutir como a Umbanda dialoga com outras tradições religiosas, promovendo a troca cultural.
4. Reflexão Crítica: Fomentar a reflexão sobre a espiritualidade e o significado de pertencimento a uma comunidade religiosa.

Duração: 50 minutos

- Recursos:

Materiais para produção de arte (papel, canetinhas, cola)

Música típica da Umbanda

- Atividades:

Abertura Musical (5 minutos):

Iniciar a aula com música típica da Umbanda, criando um ambiente respeitoso e inspirador.

• Discussão sobre Práticas (15 minutos):

Discutir os principais rituais da Umbanda, como a gira e as incorporações, relacionando essas práticas à espiritualidade e ao culto das entidades. Perguntar aos alunos como essas práticas se relacionam com a ideia de identidade cultural.

• Atividade de Criação (20 minutos):

Os alunos criarão um "livro de rituais" em grupos, descrevendo um ritual da Umbanda, seus significados e elementos envolvidos, utilizando colagens e desenhos.

• Apresentação (10 minutos):

Cada grupo apresentará seu ritual para a turma, promovendo um diálogo sobre o significado de cada elemento e sua relação com a comunidade.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Araújo, Alessandro dos Santos. **Umbanda: patrimônio cultural imaterial da Cidade do Rio de Janeiro – ensino de História, formação de professores e combate ao racismo religioso**. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020. Disponível em <https://tede.ufrj.br/jspui/bitstream/jspui/5845/2/2020%20-%20Alessandro%20dos%20Santos%20Araujo.pdf>

Silva, Vagner Gonçalves da. **Candomblé e umbanda: caminhos da devoção brasileira**. . São Paulo: Ática. . Acesso em: 26 out. 2024. , 2000

3.1.7 Candomblé

Trazido para o Brasil pelos povos africanos escravizados, principalmente

iorubás, jejes e bantus, o Candomblé é uma rica expressão cultural que preserva e adapta as tradições religiosas de seus ancestrais. Sob a pressão da colonização e da imposição do catolicismo, os africanos desenvolveram um complexo sistema de sincretismo religioso, associando os Orixás, suas divindades, a santos católicos para disfarçar suas práticas e escapar da perseguição.

Os rituais do Candomblé são experiências místicas que celebram a vida, a natureza e os ancestrais. Cada Orixá, como Xangô, Iansã, Oxum e Ogum, possui características e domínios específicos, representados por cores, animais e elementos naturais. As cerimônias, realizadas em terreiros, envolvem cantos, danças, oferendas e a comunicação com os Orixás através dos médiuns. A iniciação, um processo de transformação espiritual, marca a entrada do indivíduo no universo religioso do Candomblé.

Ao longo da história, o Candomblé desempenhou um papel fundamental na resistência cultural dos povos africanos no Brasil. A religião serviu como um espaço de preservação da identidade, da memória e dos valores ancestrais, fortalecendo os laços comunitários e oferecendo conforto espiritual em um contexto de opressão.

O Candomblé contribuiu significativamente para a formação da cultura brasileira, influenciando a música, a dança, a culinária e a linguagem popular. A capoeira, por exemplo, possui fortes raízes no Candomblé, assim como diversas manifestações artísticas e culturais presentes em diferentes regiões do país.

Plano de Aula 1: Introdução ao Candomblé

Objetivo Geral:

Compreender a origem e os fundamentos do Candomblé, promovendo a valorização da cultura afro-brasileira.

Objetivos Específicos:

1. História: Identificar a origem do Candomblé e as influências africanas que moldaram suas práticas e crenças.

2. Fundamentos: Reconhecer os fundamentos religiosos, como a adoração aos Orixás e os rituais que cercam essas entidades.
3. Cultura: Analisar a importância do Candomblé como um elemento cultural e social na construção da identidade brasileira.
4. Respeito à Diversidade: Promover a reflexão sobre o respeito às diversas tradições religiosas e a luta contra a intolerância religiosa.

- Duração: 50 minutos

- Recursos:

Vídeo sobre a história do Candomblé

Cartazes com símbolos e Orixás

- Atividades:

Introdução (10 minutos):

Conversar com os alunos sobre o que eles conhecem do Candomblé e anotar as respostas no quadro. Criar um espaço de troca e aprendizado.

- Exibição do Vídeo (15 minutos):

Assistir a um vídeo que apresenta a origem e os fundamentos do Candomblé, destacando a importância da ancestralidade.

- Discussão em Grupo (15 minutos):

Dividir os alunos em grupos e pedir que discutam os principais pontos do vídeo, incluindo a importância dos Orixás e suas representações.

- Criação de Cartazes (10 minutos):

Cada grupo criará um cartaz com um Orixá específico, destacando suas características, símbolos e a relação com a cultura afro-brasileira.

Plano de Aula 2: Rituais e Festividades do Candomblé

Objetivo Geral:

Explorar os rituais e festividades do Candomblé, incentivando a reflexão sobre a espiritualidade e a identidade cultural.

Objetivos Específicos:

1. Rituais: Descrever os principais rituais do Candomblé, como a cerimônia de iniciação e as festividades.
2. Importância Cultural: Discutir o papel dos rituais na vida da comunidade e sua função social.
3. Diálogo Intercultural: Analisar como o Candomblé dialoga com outras tradições religiosas, promovendo a diversidade cultural.
4. Reflexão Crítica: Fomentar a reflexão sobre a identidade cultural e o respeito às tradições religiosas.

- Duração: 50 minutos

- Recursos:

Música do Candomblé

Materiais para criação de arte (papel, canetinhas)

- Atividades:

Abertura Musical (5 minutos):

Ouvir música do Candomblé e conversar sobre a importância da música nos rituais e na celebração das festas.

- Discussão sobre Rituais (15 minutos):

Discutir os principais rituais do Candomblé, como a cerimônia de iniciação e a festa de Iemanjá, destacando sua relação com a identidade cultural e social da comunidade.

- Criação de Arte (20 minutos):

Os alunos criarão representações artísticas de um ritual ou festividade do Candomblé, incluindo elementos naturais e simbólicos.

- Apresentação das Artes (10 minutos):

Cada aluno ou grupo apresentará sua arte e explicará seu significado, promovendo um espaço de diálogo e aprendizado coletivo.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

Silva, Vagner Gonçalves da. *Candomblé e umbanda: caminhos da devoção brasileira*. São Paulo: Ática. Acesso em: 26 out. 2024. , 2000

Azevedo, Clara. *A presença das religiões afro-brasileiras no cotidiano da cultura nacional*. 2001, Anais.. São Paulo: Pró-Reitoria de Pesquisa da USP, 2001. . Acesso em: 26 out. 2024.

3.1.8 Espiritismo

O Espiritismo surgiu como um movimento filosófico, científico e religioso no século XIX, na França, por meio de Allan Kardec (pseudônimo de Hippolyte Léon Denizard Rivail). Inspirado por fenômenos mediúnicos que se tornaram populares na Europa e nos Estados Unidos, Kardec realizou estudos sistemáticos e codificou os ensinamentos transmitidos por espíritos comunicantes, publicando em 1857 *O Livro dos Espíritos*, obra que marca o início da doutrina espírita.

Embora tenha surgido na Europa, o Brasil é hoje o país com o maior número de espíritas no mundo, reunindo milhões de adeptos que difundem e praticam a doutrina em uma ampla rede de centros espíritas, instituições de assistência social e iniciativas educacionais.

Allan Kardec estruturou o Espiritismo em três aspectos interdependentes:

1. **Filosófico:** Reflete sobre a origem, a natureza e o destino do espírito, buscando compreender a relação entre o mundo material e espiritual.
2. **Científico:** Analisa fenômenos mediúnicos de forma sistemática, buscando comprovar a existência do espírito e sua interação com o mundo físico.
3. **Religioso:** Propõe a prática da ética e da moral como meio de evolução espiritual, inspirado pelos ensinamentos de Jesus Cristo.

O Espiritismo ensina que a vida é regida pela lei de causa e efeito, onde cada ação tem uma consequência, e pela reencarnação, que permite ao espírito

evoluir moralmente. Sua ética é baseada na prática do bem, no respeito às diferenças e na busca pela fraternidade.

Plano de Aula 1: Introdução ao Espiritismo

Objetivo Geral:

Compreender a história e os princípios do Espiritismo, promovendo o respeito às diversas crenças e a importância da ética.

Objetivos Específicos:

1. História: Reconhecer a história do Espiritismo e sua fundação por Allan Kardec.
2. Princípios: Identificar os princípios do Espiritismo, como reencarnação, evolução espiritual e a moralidade.
3. Impacto Social: Analisar o impacto do Espiritismo na sociedade brasileira, especialmente em relação ao trabalho social.
4. Respeito às Crenças: Fomentar a reflexão sobre a importância do respeito às diferentes crenças e a diversidade religiosa.

- Duração: 50 minutos

- Recursos:

Trechos de livros de Allan Kardec

Cartazes informativos

- Atividades:

Discussão Inicial (10 minutos):

Perguntar aos alunos o que eles sabem sobre o Espiritismo e anotar as respostas no quadro, criando um ambiente de troca.

- Leitura de Trechos (15 minutos):

Ler em voz alta trechos selecionados de livros de Kardec, discutindo o que esses trechos significam e como se relacionam com a vida cotidiana.

- Debate (15 minutos):

Promover um debate sobre as principais crenças do Espiritismo, como reencarnação e evolução espiritual, e sua relevância no mundo atual.

- **Produção de Cartazes (10 minutos):**

Em grupos, os alunos criarão cartazes sobre os princípios do Espiritismo, abordando cada um com exemplos e ilustrações.

Plano de Aula 2: Práticas do Espiritismo

Objetivo Geral:

Explorar as práticas e a filosofia do Espiritismo, incentivando a reflexão sobre ética e moral.

Objetivos Específicos:

1. **Reuniões Espíritas:** Compreender como funcionam as reuniões espíritas e a importância da mediunidade.
2. **Ensino Moral:** Discutir a relação entre o Espiritismo e a moralidade, e como essas ideias se refletem nas ações cotidianas.
3. **Contribuição Social:** Analisar o trabalho social promovido pelas casas espíritas e sua contribuição para a sociedade.
4. **Ética e Cidadania:** Fomentar a reflexão sobre a ética e a cidadania à luz dos princípios espíritas.

Duração: 50 minutos

- **Recursos:**

Vídeos sobre reuniões espíritas

Materiais para arte

- **Atividades:**

Exibição de Vídeo (10 minutos):

Assistir a um vídeo que mostra como ocorrem as reuniões espíritas e a prática da mediunidade.

Discussão sobre Ética (15 minutos):

Conversar sobre como os princípios espíritas se relacionam com a ética e a moral, promovendo uma discussão sobre ações cotidianas e responsabilidade social.

Atividade de Criação (20 minutos):

Os alunos criarão um mural que represente os princípios do Espiritismo, incluindo frases e imagens que capturem a essência da ética espírita.

• Reflexão Final (5 minutos):

Pedir aos alunos que compartilhem suas reflexões sobre o que aprenderam e como isso pode impactar suas vidas.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

Conceição, P. (2023). As almas da nação: O espiritismo, a geração de 1870 e as “questões sociais” na passagem do Império para a República no Brasil. *Em Tese*, 20(1), 9-30. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/94126>

3.1.9 Religiões Indígenas Brasileiras

A rica diversidade cultural do Brasil encontra suas raízes mais profundas nas tradições religiosas dos povos indígenas. Cada etnia, com sua história única e cosmovisão particular, desenvolveu um sistema de crenças e práticas que estabelece uma profunda conexão com a natureza e com o mundo espiritual.

A natureza como templo sagrado: Para os povos indígenas, a natureza não é apenas um cenário, mas um ser vivo com o qual se estabelece um diálogo constante. Florestas, rios, montanhas e outros elementos naturais são considerados sagrados e habitados por espíritos ancestrais e entidades divinas. Essa visão de mundo permeia todos os aspectos da vida indígena, desde a coleta de alimentos até os rituais de passagem.

Rituais e práticas sagradas: Os rituais desempenham um papel central na vida religiosa indígena, servindo para fortalecer os laços comunitários, curar doenças, agradecer aos espíritos e celebrar os ciclos da natureza. Os pajés,

líderes espirituais com profundos conhecimentos sobre as plantas medicinais, os cantos sagrados e os mistérios do universo, são responsáveis por conduzir esses rituais. Através deles, os indígenas se comunicam com o mundo espiritual, buscando orientação e proteção.

A importância da oralidade: A tradição oral é fundamental para a transmissão dos conhecimentos sagrados de geração em geração. Mitos, lendas e histórias são contados em cerimônias e encontros comunitários, preservando a memória ancestral e fortalecendo a identidade cultural.

Desafios e resistência: Ao longo da história, os povos indígenas enfrentaram diversos desafios, como a colonização, a escravização e a perda de seus territórios. Essas experiências tiveram um profundo impacto em suas tradições religiosas, levando à perda de conhecimentos e à perseguição de suas práticas. No entanto, os povos indígenas têm demonstrado uma incrível capacidade de resistência e adaptação, preservando suas crenças e costumes mesmo diante das adversidades.

A importância de reconhecer e valorizar as religiões indígenas: O reconhecimento e a valorização das religiões indígenas são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ao respeitar as diferentes cosmovisões e práticas religiosas, contribuimos para a promoção da diversidade cultural e para a preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Contribuições para a sociedade contemporânea: As religiões indígenas oferecem importantes ensinamentos para a sociedade contemporânea, como a importância da sustentabilidade, a valorização da vida comunitária e o respeito pela natureza. Ao aprender com os conhecimentos tradicionais dos povos indígenas, podemos construir um futuro mais harmonioso e equilibrado com o meio ambiente.

As religiões indígenas brasileiras são um tesouro cultural que nos conecta com as origens da humanidade e nos oferece uma visão de mundo alternativa, baseada no respeito à natureza e à comunidade. A preservação dessas tradições é essencial para garantir a diversidade cultural do Brasil e para construir um futuro mais justo e sustentável.

Plano de Aula 1: Introdução às Religiões Indígenas

Plano de Aula 1: Introdução às Religiões Indígenas

Objetivo: Compreender a diversidade e os princípios das religiões indígenas brasileiras.

Duração: 50 minutos

• Recursos:

Vídeo sobre religiões indígenas

Materiais para escrita (papel, canetas)

• Atividades:

1. Introdução (10 minutos):

Perguntar aos alunos o que eles sabem sobre as religiões indígenas e anotar as respostas.

2. Exibição do Vídeo (15 minutos):

Assistir a um vídeo que apresente a diversidade das religiões indígenas no Brasil.

3. Discussão em Grupo (15 minutos):

Dividir os alunos em grupos para discutir o que aprenderam e como a natureza influencia as crenças indígenas.

4. Produção de Textos (10 minutos):

Cada aluno escreverá um pequeno texto sobre uma crença ou prática indígena que achou interessante.

Plano de Aula 2: Práticas e Crenças Indígenas

Objetivo: Explorar as práticas e crenças das religiões indígenas.

• Duração: 50 minutos

• Recursos:

Materiais para arte (papel, canetinhas)

Exemplos de rituais indígenas

•Atividades:

Discussão Inicial (10 minutos):

Conversar sobre rituais indígenas, como cerimônias de cura e celebrações.

Apresentação de Exemplos (15 minutos):

Apresentar exemplos de rituais e suas significâncias, destacando a relação com a natureza.

Atividade Artística (20 minutos):

Os alunos criarão representações artísticas de um ritual indígena, incluindo elementos naturais.

Apresentação das Artes (5 minutos):

Cada aluno ou grupo apresentará sua arte e explicará seu significado.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

Laraia, R. B. As religiões indígenas: o caso tupi-guarani. Revista USP, São Paulo, n. 67, p. 6-13, set./nov. 2005.

MOTA, Clarice Novaes da. RELIGIOSIDADE INDIGENA NAS AMÉRICAS. PARALELLUS Revista de Estudos de Religião - UNICAP, Recife, PE, Brasil, v. 11, n. 26, p. 029–044, 2020. DOI: 10.25247/paralellus.2020.v11n26.p029-044.

Disponível em:
<https://www1.unicap.br/ojs/index.php/paralellus/article/view/1630..> Acesso em: 26 out. 2024.

3.2 Temas Transversais para Discussão em Grupo:

A Integração dos Temas Transversais no Estudo das Religiões:

O estudo das religiões por meio de temas transversais oferece uma oportunidade única para compreender como as tradições religiosas interagem com questões históricas, sociais e culturais. Esses temas conectam elementos importantes da experiência humana, permitindo um debate mais rico e uma reflexão mais ampla. Ao explorar o papel das mulheres, a relação entre religião e política, o diálogo inter-religioso, o fundamentalismo religioso e a interação entre religião e ciência, podemos construir uma linha de pensamento que destaca as interconexões entre esses aspectos.

- a) **O Papel das Mulheres nas Religiões:** As mulheres desempenharam papéis significativos nas religiões ao longo da história, mas suas posições variaram amplamente dependendo do contexto cultural, político e religioso. Em muitas tradições, as mulheres foram relegadas a papéis secundários, enquanto em outras, como em algumas práticas espirituais indígenas e em religiões contemporâneas, elas assumiram posições de liderança. Analisar essas mudanças nos permite entender como a luta por igualdade de gênero também influencia e é influenciada pelas crenças religiosas. Essa reflexão é essencial para conectar o debate sobre o papel das mulheres à evolução das tradições religiosas e às demandas sociais contemporâneas por igualdade e inclusão.
- b) **A Relação entre Religião e Política:** A análise do papel das mulheres leva naturalmente à questão da relação entre religião e política, uma vez que decisões políticas muitas vezes moldaram as posições religiosas sobre gênero. Historicamente, a religião serviu tanto para legitimar poderes políticos quanto para resistir a eles, como nos movimentos de libertação que se apoiaram na espiritualidade. No contexto contemporâneo, vemos essa relação em debates sobre direitos civis, educação religiosa e políticas públicas. Estudar como religião e política interagem ajuda a compreender o impacto dessa relação na construção de leis, na proteção da diversidade religiosa e nos desafios da laicidade.
- c) **O Diálogo Inter-religioso:** A necessidade de harmonia entre religião e política é reforçada pelo diálogo inter-religioso, que promove a convivência pacífica e o respeito mútuo entre diferentes crenças. Este diálogo é fundamental em sociedades pluralistas, onde a diversidade religiosa é um fato. A construção de pontes entre religiões ajuda a superar preconceitos e conflitos, criando espaços para a cooperação em questões globais como a justiça social, a sustentabilidade e os direitos humanos. Ao mesmo tempo, o diálogo inter-religioso oferece um contraponto ao sectarismo e ao isolamento religioso, incentivando a abertura e o entendimento.

- d) **O Fundamentalismo Religioso:** A ausência de diálogo frequentemente resulta em extremismos, como o fundamentalismo religioso, que é caracterizado pela intolerância e pela rejeição à diversidade. Analisar as causas desse fenômeno nos ajuda a entender como o medo da mudança, as crises de identidade e as desigualdades sociais podem alimentar posturas radicais. Contrapondo-se ao fundamentalismo, o diálogo inter-religioso e a educação sobre religiões oferecem ferramentas para promover a tolerância e combater a exclusão. Além disso, a compreensão crítica do fundamentalismo possibilita ações que busquem equilíbrio entre o respeito às tradições e a adaptação às realidades do mundo moderno.
- e) **A Relação entre Religião e Ciência:** Por fim, a reflexão sobre o fundamentalismo nos leva ao debate entre religião e ciência, frequentemente visto como uma tensão entre fé e razão. No entanto, a história mostra que religião e ciência também coexistiram de forma produtiva, especialmente em momentos de busca por respostas às grandes questões humanas. Este tema é crucial para entender como ambos os campos podem dialogar, contribuindo para a ética, o desenvolvimento sustentável e a solução de dilemas contemporâneos, como a bioética, as mudanças climáticas e os avanços tecnológicos.

Esses temas não são isolados, mas sim profundamente interconectados. O papel das mulheres nas religiões é influenciado pela relação entre religião e política, que por sua vez, molda o diálogo inter-religioso. A ausência de diálogo pode gerar fundamentalismo, enquanto a ciência e a religião oferecem caminhos complementares para abordar os desafios éticos e sociais da humanidade.

Ao explorar essas interconexões, é possível construir uma visão mais ampla sobre a influência das religiões na história e na sociedade contemporânea, promovendo o respeito, o pensamento crítico e o diálogo. Essa abordagem integrada permite que os estudantes entendam a importância de reconhecer as diferenças e trabalhar em conjunto para construir uma convivência mais justa e pacífica, baseada na compreensão mútua e no aprendizado constante.

4 Considerações Finais

O ensino das religiões, no Brasil, deve ser compreendido como parte essencial da construção de uma educação que respeite a pluralidade religiosa e cultural de uma sociedade tão diversificada. A história das religiões, em sua complexidade e riqueza, oferece aos alunos a oportunidade de compreender não apenas as origens e as doutrinas das principais tradições religiosas do mundo, mas também os impactos sociais, políticos e culturais que elas tiveram ao longo dos séculos.

Ao longo da dissertação, foi possível perceber que o Ensino Religioso no Brasil, embora regulamentado por legislações como a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), ainda enfrenta desafios em sua aplicação, especialmente quando se trata de garantir que o ensino seja verdadeiramente plural e respeite a laicidade do Estado. O estudo das religiões deve ser feito de forma que favoreça a compreensão das múltiplas visões de mundo, sem privilegiar uma religião em detrimento de outras. Para isso, é necessário que o professor de História seja capacitado não apenas para abordar os conteúdos históricos de diferentes religiões, mas também para conduzir os alunos a uma reflexão crítica sobre os aspectos éticos, filosóficos e sociais dessas tradições.

A pesquisa revelou como o Ensino Religioso foi abordado em diferentes períodos históricos, demonstrando a influência das conjunturas políticas e sociais na forma como a religião foi tratada nas escolas. Cada capítulo analisado contribuiu para uma compreensão mais ampla da importância do Ensino Religioso, não apenas como uma matéria curricular, mas como um espaço para a construção de valores éticos, culturais e sociais na formação dos cidadãos brasileiros.

Nesse contexto, o professor de História desempenha um papel fundamental. Sua formação deve ser voltada para a compreensão da história das religiões de maneira ampla e considerando tanto as grandes religiões globais quanto as religiões exclusivas de contextos locais, como a Umbanda no Brasil. A capacitação docente é um fator essencial para que a sala de aula se torne um espaço de discussão respeitosa e enriquecedora, onde o objetivo não seja a conversão ou a adoção de uma única fé, mas a construção de uma consciência

crítica e cidadã, capaz de respeitar a diversidade religiosa. A história das religiões oferece um campo riquíssimo para essa reflexão, pois permite que os alunos compreendam as interações entre fé, cultura, política e sociedade ao longo da história.

Os autores que embasaram este estudo, como Bittencourt, Cunha, Zimmermann, Saviani, Junqueira, Lucilia Figueredo e Anisia Figueiredo, destacam a importância da formação de professores para lidar com a diversidade religiosa, propondo um Ensino Religioso que não seja apenas informativo, mas também formativo, estimulando o desenvolvimento de uma atitude de respeito e compreensão em relação ao outro. Além disso, esses autores enfatizam a necessidade de que o ensino da história das religiões seja realizado de maneira crítica e analítica, considerando as implicações sociais e políticas das diferentes crenças e práticas religiosas. Zimmermann, por exemplo, discute a relação entre religião e escola pública, defendendo um ensino que respeite a liberdade religiosa e que se preocupe em proporcionar aos alunos uma visão ampla das religiões. Saviani e Junqueira, por sua vez, discutem a importância da capacitação dos professores para a aplicação de um currículo que seja verdadeiramente laico, plural e inclusivo.

A capacitação dos professores de História para o ensino da História das Religiões deve ser compreendida como uma prioridade dentro da formação inicial e continuada dos docentes. A formação pedagógica deve incluir não apenas o domínio dos conteúdos religiosos, mas também o desenvolvimento de habilidades para lidar com questões sensíveis relacionadas à diversidade religiosa, evitando que a sala de aula se torne um espaço de propagação de ideias religiosas de forma proselitista. Em vez disso, deve-se fomentar a construção de um ambiente de diálogo, reflexão e respeito mútuo, onde as diversas tradições religiosas sejam apresentadas em sua complexidade, sem qualquer tipo de imposição.

O estudo das normas legais, como a Constituição Federal de 1988 e a LDB de 1996, mostrou a construção de um arcabouço jurídico que visa assegurar a liberdade religiosa no contexto escolar, estabelecendo diretrizes para o ensino da religião nas escolas públicas. A introdução da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no ensino do Ensino Religioso traz uma contribuição significativa, ao inserir competências e habilidades que orientam o professor no

ensino sobre as religiões de forma ética, respeitosa e contextualizada. A articulação desses documentos com os Parâmetros Curriculares Nacionais e o currículo de Pernambuco evidencia a necessidade de um ensino que dialogue com as diversidades culturais e religiosas presentes na sociedade, garantindo o respeito à laicidade e à liberdade religiosa.

A análise histórica das religiões também permite uma melhor compreensão das relações entre religião e sociedade ao longo do tempo, proporcionando aos alunos uma visão crítica sobre o papel das religiões nas grandes transformações sociais, políticas e culturais. Esse conhecimento é imprescindível para a formação de cidadãos capazes de entender as influências das religiões no contexto histórico e contemporâneo, e de agir de maneira responsável, ética e respeitosa nas suas relações com pessoas de diferentes crenças.

O capítulo dedicado ao "Produto Pedagógico", que propõe um manual de Ensino Religioso voltado para professores de História do Ensino Fundamental II, foi desenvolvido com o intuito de fornecer ferramentas práticas e eficazes para o docente, possibilitando-lhe abordar as diversas religiões de forma crítica, reflexiva e inclusiva. A inclusão de religiões como o Cristianismo, Islamismo, Judaísmo, Hinduísmo, Budismo, Umbanda, Candomblé, Espiritismo e as Religiões Indígenas Brasileiras no manual reflete a pluralidade religiosa brasileira e busca proporcionar ao professor de História o embasamento necessário para tratar das religiões como fenômenos culturais e sociais, com a devida contextualização histórica.

Ao concluir este trabalho, foi possível afirmar que o Ensino Religioso, devidamente regulado e abordado com a competência necessária, pode se tornar um instrumento poderoso para a promoção do respeito à diversidade religiosa e cultural. Para que isso se concretize, é imprescindível que o professor de História esteja bem preparado, não apenas com conhecimento dos conteúdos, mas também com habilidades pedagógicas que permitam a construção de uma sala de aula plural, onde o diálogo, a reflexão e o respeito mútuo sejam incentivados.

O Ensino Religioso, quando abordado de forma crítica, reflexiva e plural, tem o potencial de ser um instrumento poderoso na formação de cidadãos conscientes, capazes de compreender a importância da religião nas sociedades humanas e de respeitar a diversidade de crenças. Para isso, é fundamental que

os professores de História sejam devidamente capacitados para ensinar sobre a história das religiões de forma respeitosa e informada, promovendo uma educação que fomente o respeito à diversidade religiosa e cultural, e que prepare os alunos para viverem de maneira mais harmônica em um mundo pluralista. A formação de professores capacitados, aliados à implementação de um currículo bem estruturado e laico, pode garantir que o Ensino Religioso se torne uma ferramenta de transformação social, ajudando a construir uma sociedade mais justa, tolerante e respeitosa.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria das Graças Ataíde de. **A construção da verdade autoritária**. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP, 2001.

APLLE, Michael W. **Educação e Poder**. Portugal: Porto Editora, 1995.

Aranha, M. L. A. **História da educação e da pedagogia: geral e do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2ª ed. Trad. Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Guanabara, 2019.

AZEVEDO, F. “**Os antecedentes históricos do conflito entre D. Vital e o regalismo brasileiro e a sua resolução ineficaz**”, in REB 247 (2008) pp. 91-126; BARROS, R. S. M de. “A questão religiosa”, in HOLANDA, S. B. de. História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil monárquico. Tomo II vol. 6, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, pp. 392-423.

BITTENCOURT, C. M. F. (Org). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2004.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Confrontos de uma disciplina escolar: da historia sagrada a historia profana**. Revista Brasileira de Historia, v. 13, n. 25-6, p. 193-221, 1993Tradução . . Acesso em: 13 jan. 2025

BOMENY, Helena M. B. **Três decretos em um ministério: a propósito da educação no Estado Novo**. In.: PANDOLFI, Dulce Chaves (org). Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999 (pp. 137 – 166)

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, Brasília, DF. Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 13 jun 2024

BRASIL, **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em 13 dez 2024

BRASIL, Decreto nº 1.556, de 17 de novembro de 1855. **Approva o Regulamento do Collegio de Pedro Segundo.** Coleção de Leis do Império do Brasil - 1855, Página 80 Vol. 1 pt. II Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1556-17-fevereiro-1855-558426-norma-pe.html> . Acesso em 10 dez 2024

BRASIL, Decreto nº 119-a, de 7 de janeiro de 1890, **Prohíbe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em materia religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providências.** Coleção de Leis do Brasil - 1890, Página 10 Vol. 1. Disponível em: : <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-119-a-7-janeiro-1890-497484-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso 08 nov 2024

BRASIL, Decreto nº 19.941, de 30 de Abril de 1931, **Dispõe sobre a instrução religiosa nos cursos primário, secundário e normal.** Diário Oficial da União - Seção 1 - 6/5/1931, Página 7191. Disponível em: : <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19941-30-abril-1931-518529-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Art.,ato%20da%20matr%C3%ADcula%2C%20a%20requerere> m . Acesso em 08 nov 2024

BRASIL, Decreto-lei nº 2.072, de 8 de março de 1940, **Dispõe sobre a obrigatoriedade da educação cívica, moral e física da infância e da juventude, fixa as suas bases, e para ministrá-la organiza uma instituição nacional denominada Juventude Brasileira.** Diário Oficial da União - Seção 1 - 11/3/1940, Página 4239. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2072-8-marco-1940-412103-norma-pe.html> Acesso em 06 jun 2024

BRASIL, Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. D.O.U de 23/12/1996, pág. nº 27833. Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em 16 jun 2024

BRASIL, **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em 13 dez 2024

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria da Educação, 2017.

BRASIL. Constituição (1891). Lex: **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de fevereiro de 1891**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm Acesso em 13 dez 2024

BRASIL. LEI nº 9.475, DE 22 DE JULHO DE 1997., de 22 de julho de 1997. **Dá nova redação ao art. 33 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, 27 set. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19475.htm Acesso em 20 ago 2024

BRASIL. Resolução no. 7, de 14 de dezembro de 2010. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9(nove) anos**. Brasília: Diário Oficial da União, 2010. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN_72010.pdf?query=escolas%20do%20campo Acesso em 20 ago 2024

BRASIL.. Decreto-Lei nº. 869, de 12 de setembro de 1969. **Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências**. Coleção de Leis do Brasil -1969, p. 209. v. 5.

Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 06 set 2024

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). (2008). **Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2008-2010**. São Paulo: Paulinas.

CUNHA, L. A. **O legado da ditadura para a educação brasileira**. In: CUNHA, L. A. Educação e Sociedade, Campinas, v. 35, n. 127, p. 357-377, abr./jun. 2014

CURY, C. R. J. **Ensino religioso na escola pública: o retorno de uma polêmica recorrente**. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 27, p. 183-191 set. 2004

CÂNDIDO, Antonio. **Religião e sociedade no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CÂNDIDO, Viviane Cristina. **O Ensino Religioso e suas fontes: uma contribuição para a epistemologia do Ensino Religioso**. Dissertação de Mestrado em Educação. UNINOVE, São Paulo, 2004.

FERREIRA JR., Amarílio. **História da Educação Brasileira : da Colônia ao século XX** / Amarílio Ferreira Jr. -- São Carlos : EdUFSCar, 2010.

FIGUEIREDO, Anísia de Paulo. **Realidade, Poder, ilusão: um estudo sobre a legalização do ensino religioso nas escolas e suas relações conflitivas como disciplina "Sui Generis" no interior do sistema público de ensino**. Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião. PUCSP, 1999.

FIGUEIREDO, Lucília de Almeida Neves. **O ensino religioso na escola pública: um debate necessário**. São Paulo: Loyola, 1999.

FISCHMANN, R. **A proposta de concordata com a Santa Sé e o debate na Câmara Federal**. Educação e Sociedade, Campinas, v. 30, n. 107, p. 563-583,

maio 2009.

FONSECA, S. G. **Didática e prática de ensino de história:** reflexões e aprendizado. Campinas/São Paulo. Papirus, 2003

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Ed. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1984

FRIGOTTO, G. **A gênese das teses do escola sem partido:** esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, G. (org.) Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DE ENSINO RELIGIOSO. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Religioso.** São Paulo, SP: Ave Maria, 1997

JUNQUEIRA, Chaiana A. C. **O ensino religioso na escola pública:** uma análise histórica e pedagógica. São Paulo: Xamã, 2002.

JUNQUEIRA, S. R.; OLIVEIRA, L. B. **A construção histórica de um componente curricular brasileiro:** o ensino religioso. 1998. Disponível em: . Acesso em: 12/06/2018.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. **O processo de escolarização do Ensino Religioso no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2002

LIMA, Danilo. **Educação, Igreja e ideologia:** uma análise sociológica da elaboração da Lei de Diretrizes e Bases. Rio de Janeiro: F. ALVES, 1978.

MATTOS, Carlos Lopes de. **Vocabulo filosófico.** São Paulo, 1957.

MICELI, Sérgio. A elite eclesiástica brasileira. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1988. FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Ed. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

NEGRÃO, ANA. (2000). **O método pedagógico dos jesuítas**: o "Ratio Studiorum". Revista Brasileira de Educação. 154-157. DOI: 10.1590/S1413-24782000000200010.

NEVES, L. B. P. das. "**Abdicação**", in VAINFAS, R. (dir.). Dicionário do Brasil imperial (1822- 1889) Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, pp. 12-14

OLIVEIRA, Lilian Blanck de; et al. **Ensino Religioso: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, P. A. R. et al. **Evangelização e comportamento religioso popular**. Petrópolis: Vozes, 1978, p. 14.

OLIVEIRA, Pécio Santos de; et al. **Ensino de religiões: teoria e prática**. São Paulo: Loyola, 2007.

PALMA FILHO, J. C. **A educação Brasileira no período de 1930 a 1960**: A era Vargas. História da Educação. Universidade Estadual Paulista (UNESP). 2005.

PASSOS, João Décio. **Epistemologia do Ensino Religioso: a inconveniência política de uma área de conhecimento**. Ciberterologia, São Paulo, ano, 7, n. 34, p. 108-124, 2001. Disponível em: <http://ciberteologia.paulinas.org.br/ciberteologia/index.php/artigos/epistemologia-doensino-religioso-a-inconveniencia-politica-de-uma-area-de-conhecimento/>. Acesso em: 07 jun. 2015

PASSOS, Luiz Fernando Dias. **Epistemologia da religião**: uma introdução. São Paulo: Paulinas, 2001.

PERNAMBUCO. **Parâmetros Curriculares para o Ensino Fundamental**. Disponível no site: <https://portal.educacao.pe.gov.br/ensino-fundamental-anos-finais/> Acesso em: 14 mar 2024

Raymundo, G. M. C. **Os princípios da modernidade nas práticas educativas**

dos jesuítas. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 1998.

SÃO PAULO, Decreto n. 293 de 22 de maio de 1895, **Approva o Regulamento dos Gymnasios do Estado**, São Paulo, Assembléia Legislativa. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1895/decreto-293-22.05.1895.html> Acesso em 08/11/2024

SANTIAGO, A. R. F. A Viabilidade dos PCN como Política Pública de Intervenção no Currículo Escolar, 2015 Disponível em: https://anped.org.br/wp-content/uploads/2024/05/gt_05_05.pdf Acesso em 24 jun 2024.

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação: Por uma outra política educacional.** 5ª. Ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia.** São Paulo: Cortez, 2004.

SCAMPINI, J. **A liberdade religiosa nas constituições brasileiras; estudo filosófico-jurídico comparado.** Petrópolis: Vozes, 1978, p. 20.

SILVA, Ana Paula da. **Saberes tradicionais tupi: estar junto, aprender, nhembojera.** Cadernos CEDES (Unicamp), vol. 39, n. 109, p. 379-396, set./dez. 2019. Disponível em:. Acesso em abril de 2022

SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo.** 31. ed. São Paulo: Malheiros, 2007

SILVA, José Carlos da. **O Currículo e o Ensino Religioso na BNCC: reflexões e perspectivas.** Revista Pedagógica Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/4441>

SILVA, Paulo Julião da. **Embates entre católicos e protestantes quanto às questões políticas na Era Vargas.** In: 2ª Encontro Regional GT – Religião e Religiosidades ANPUH – PR/ SC, 1, 2011, Ponta Grossa – PR. Anais... Ponta

Grossa, UEPG, 2011. pp. 1293 – 1314.

SOUZA JUNIOR, José Pereira de. **O Processo de Restauração Católica no Brasil na Primeira República**. In: Cultura, Política e poder. v.7 n.14, 2015.

SOUZA, N. “**Os caminhos do Padroado na evangelização do Brasil**” Revista Eclesiástica Brasileira, 62(247), 683–694.

<https://doi.org/10.29386/reb.v62i247.1959>,

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1992.

XAVIER, L. N. **O Brasil como laboratório: educação e ciências sociais no projeto do centro brasileiro de pesquisas educacionais**. Bragança Paulista: IFAN / CDAPH / EDUSF, 1999.

ZIMMERMANN, Roque. **Ensino Religioso; uma grande mudança**. Brasília, Câmara dos Deputados. Brasília, 1998



Religiões e Culturas na Escola

*Plano de Aulas para Explorar o Pluralismo Religioso
Através da Disciplina de História.*

A diversidade religiosa presente no Brasil e no mundo exige que a educação promova o respeito e a compreensão mútua. Como afirma Saviani (2004), a escola tem um papel fundamental na formação de cidadãos críticos e conscientes, capazes de conviver em um mundo plural e multicultural.

Este manual, direcionado a professores de história, busca contribuir para esse processo, oferecendo subsídios teóricos e práticos para o ensino da história das religiões que está intrinsecamente ligada à história da humanidade, influenciando as sociedades, as culturas e os comportamentos ao longo dos tempos.

O professor de história possui as ferramentas necessárias para analisar fontes históricas, construir narrativas e promover o pensamento crítico, habilidades essenciais para abordar a complexidade das religiões ao longo do tempo. A formação do professor de história o capacita a contextualizar as práticas religiosas dentro de um quadro mais amplo, estabelecendo relações entre passado e presente.

Ao abordar o ensino religioso, este material busca atender às orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que enfatiza a importância de promover o diálogo intercultural e o respeito à diversidade. Como afirma Silva (2019), o ensino de religiões deve ir além da mera transmissão de conhecimentos, visando a formação de cidadãos capazes de construir um mundo mais justo e equitativo.

O que Você Vai Encontrar Neste Manual:

1. **Religiões de Destaque Mundial:** Exploramos as principais religiões globais — Cristianismo, Islamismo, Judaísmo, Hinduísmo e Budismo —, abordando suas origens, crenças centrais, práticas, símbolos e festividades. Cada seção oferece uma visão geral do que faz cada uma dessas religiões ser única e como elas influenciam milhões de pessoas pelo mundo.
2. **Religiões Brasileiras Exclusivas:** O manual também dedica espaço para tradições que fazem parte da identidade religiosa do Brasil, como a Umbanda. Conhecer essas religiões ajuda a valorizar a diversidade local e compreender melhor a riqueza cultural do nosso país.
3. **Orientações Práticas para as Aulas:** Em cada tópico, você encontrará planos de aula prontos para usar, atividades sugeridas e dicas didáticas. Essas orientações são projetadas para facilitar o entendimento dos alunos, promover discussões interessantes e fomentar uma atitude de respeito e curiosidade saudável.
4. **Ensino Religioso Sem Viés:** Nossa abordagem aqui é totalmente informativa e sem qualquer tipo de viés religioso. A ideia é fornecer informações precisas e contextuais para que os alunos tenham uma base sólida para formar suas próprias opiniões, sempre com respeito e compreensão mútua.

Como Este Manual Está Organizado?

Dividido por temas religiosos, cada seção traz:

1. Contexto Histórico: Onde e como cada religião surgiu e se desenvolveu.
2. Doutrinas e Práticas: Os ensinamentos e rituais que formam a base de cada fé.
3. Símbolos e Festividades: Significados dos principais símbolos e das celebrações mais marcantes.
4. Planos de Aula: Propostas de atividades práticas e dinâmicas adaptáveis para cada religião.
5. Reflexões e Discussões: Perguntas e sugestões de temas para fomentar discussões saudáveis e ajudar os alunos a desenvolver uma compreensão mais profunda das diferentes tradições religiosas.

SUMÁRIO

<i>Habilidades da BNCC de História que Podem Ser Trabalhadas com este Manual:</i>	6
<i>História, Religião e Diversidade</i>	7
<i>Planos de Aula</i>	9
RELIGIÕES MONOTEÍSTAS	10
Cristianismo.....	11
Islamismo	15
Judaísmo	19
RELIGIÕES POLITEÍSTAS	24
Hinduísmo	25
Budismo	29
RELIGIÕES AFRO – BRASILEIRAS	33
Umbanda.....	34
Candomblé	39
Espiritismo.....	43
Religiões Indígenas Brasileiras	47
<i>Temas Transversais para Discussão em Grupo:</i>	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56

Habilidades da BNCC de História que Podem Ser Trabalhadas com este Manual:

Ano 6º - Formação das Sociedades Humanas

(EF06HI01): Identificar as permanências e as transformações nas formas de organização familiar, política e religiosa ao longo do tempo, relacionando-as com as condições de vida nas diferentes sociedades.

Essa habilidade envolve analisar como as estruturas religiosas influenciaram as organizações sociais e políticas ao longo da história.

(EF06HI02): Analisar os modos de vida e as manifestações culturais das primeiras sociedades humanas, incluindo crenças e práticas religiosas.

Foca no estudo das primeiras formas de religiosidade e como estas se conectaram aos modos de vida das sociedades antigas.

Ano 7º - Expansão e Contatos Culturais

(EF07HI03): Analisar as relações entre religião, política e cultura em diferentes sociedades e momentos históricos.

Envolve a investigação do papel das religiões no desenvolvimento político e cultural, como no caso do Cristianismo na Idade Média ou o Islamismo na expansão árabe.

(EF07HI04): Compreender o papel das religiões na construção das identidades culturais e políticas das sociedades.

Refere-se à análise de como as religiões moldam identidades culturais, como o Budismo na Ásia ou o Candomblé e a Umbanda no Brasil.

Ano 8º - Formação do Mundo Moderno e Colonial

(EF08HI04): Investigar as experiências culturais e religiosas dos povos indígenas e africanos na formação das sociedades coloniais americanas.

Estuda a diversidade religiosa das populações indígenas e africanas, bem como o sincretismo e as práticas religiosas no contexto colonial.

Ano 9º - Contemporaneidade e Desafios Atuais

(EF09HI01): Identificar processos históricos ligados à intolerância religiosa e racial.

Explora episódios de perseguição e intolerância religiosa ao longo da história, como a Inquisição, o Holocausto, ou práticas discriminatórias contemporâneas.

(EF09HI02): Analisar a influência das religiões na formação de movimentos sociais e políticos.

Estuda como as religiões têm influenciado movimentos por direitos sociais e mudanças políticas, como o papel do Cristianismo nos movimentos civis ou do Hinduísmo na liderança de Gandhi.

História, Religião e Diversidade

O ensino de história não se limita à transmissão de datas e fatos. Ele é fundamental para a formação de cidadãos críticos, capazes de analisar o presente à luz do passado. Ao estudar história, os alunos aprendem a questionar as narrativas dominantes, a valorizar a diversidade e a construir uma sociedade mais justa e democrática. A história nos ensina que o passado não é um destino, mas sim um ponto de partida para a construção de um futuro melhor.

Ao analisar as origens de instituições, como igrejas, ideias e práticas sociais, podemos identificar padrões, tendências e rupturas que moldam o mundo contemporâneo.

Ao estudar a história das religiões, os alunos aprendem a analisar fontes históricas, a identificar vieses e a construir argumentos sólidos. Desenvolvem, assim, um pensamento crítico essencial para a participação democrática.

Um ponto importante a lembrar é que nem todo mundo segue uma religião. Mesmo assim, todos nós, como parte da sociedade, precisamos lidar com princípios éticos e morais, como o respeito à vida, à igualdade e à liberdade. Isso significa que, independentemente da crença ou da falta dela, é essencial ensinar esses valores para que todos aprendam a respeitar os direitos fundamentais de cada pessoa.

Essa abordagem ajuda a criar um ambiente escolar mais respeitoso e empático, onde os alunos podem se sentir à vontade para compartilhar suas opiniões e experiências, além de aprender com as diferenças uns dos outros. No fim das contas, o objetivo é formar cidadãos mais conscientes e que saibam

A interdisciplinaridade entre o Ensino Religioso e o Ensino de História não apenas proporciona uma visão mais ampla e integrada do passado, mas também reflete a importância de valorizar todas as expressões culturais. Ao abordar a história das religiões de matriz africana, os alunos podem ver como essas tradições se entrelaçam com outras correntes culturais e sociais, criando um mosaico rico e diverso que é a essência da identidade brasileira. Essa compreensão é vital para a construção de uma sociedade que respeite e celebre suas diferenças.

Reconhecer e respeitar essas tradições não apenas enriquece o aprendizado dos alunos, mas também combate preconceitos e promove a inclusão. É essencial que, no ambiente escolar, haja espaço para discutir essas religiões de forma respeitosa, permitindo que todos os estudantes aprendam sobre a diversidade cultural que nos cerca. Ao promover uma abordagem interdisciplinar, estamos educando nossos alunos sobre a diversidade cultural do Brasil e contribuindo para a formação de uma sociedade mais igualitária e respeitosa. É fundamental que educadores e gestores se esforcem para criar um ambiente de aprendizado inclusivo, onde todas as culturas e tradições religiosas sejam respeitadas e valorizadas, preparando assim os jovens para um futuro onde a diversidade é uma riqueza e não um obstáculo. Essa educação transforma a maneira como os alunos percebem o mundo e fortalece o tecido

social do país, promovendo um entendimento genuíno e empatia entre os diferentes grupos que compõem a nossa sociedade. Avançar nessa direção é ajudar a construir um Brasil mais justo, onde todos têm voz e lugar.

Planos de Aula

Baseado nesse estudo os planos de aula deste manual foram criados, para traduzir esses fundamentos legais em práticas pedagógicas que sejam eficazes e relevantes para os alunos.

Para construir uma compreensão maior para o professor, abordaremos primeiro algumas informações sobre a origem, doutrinas centrais, práticas religiosas, símbolos, festividades e principais figuras históricas associadas a cada religião, e em seguida traremos dois planos de aula para cada uma das religiões abordada por este Manual.

RELIGIÕES MONOTEÍSTAS



As três grandes religiões monoteístas do mundo são Judaísmo, Cristianismo e Islamismo, e compartilham raízes históricas e espirituais, sendo profundamente interligadas por suas origens no Oriente Médio e pela crença em um único Deus. Essas tradições são conhecidas como "religiões abraâmicas", pois todas remontam a Abraão, uma figura central para os judeus, cristãos e muçulmanos, visto como o patriarca da fé.



Cristianismo

O Cristianismo, com suas raízes nos ensinamentos de Jesus de Nazaré, emergiu como uma das religiões monoteístas mais influentes do mundo. A crença na divindade de Jesus, em sua morte e ressurreição como meio de salvação, e na Trindade (Pai, Filho e Espírito Santo) forma o cerne da fé cristã. Ao longo dos séculos, o Cristianismo se espalhou por todos os continentes, moldando culturas, sociedades e impérios.

Os Fundamentos da Fé

A figura central do Cristianismo é Jesus de Nazaré, considerado por seus seguidores como o Messias prometido e o Filho de Deus. Seus ensinamentos, registrados nos evangelhos, enfatizam o amor ao próximo, o perdão, a humildade e a busca por um reino de Deus na terra. A crença na Trindade, um único Deus em três pessoas distintas, é outro pilar fundamental da fé cristã, expressando a complexidade e a profundidade da relação entre Deus e a humanidade.

A salvação, no Cristianismo, é um presente de Deus, obtido pela fé em Jesus Cristo. A morte e ressurreição de Jesus são vistas como a vitória sobre o pecado e a morte, oferecendo aos crentes a esperança de vida eterna.

A Igreja e os Sacramentos

A Igreja, como corpo de Cristo na terra, desempenha um papel central na vida dos cristãos. Através da Igreja, os sacramentos são celebrados, transmitindo a graça divina e fortalecendo a fé dos fiéis. Os sacramentos mais comuns são o batismo, a eucaristia, a confirmação, a penitência, a unção dos enfermos e o matrimônio.

A Diversidade do Cristianismo

Ao longo da história, o Cristianismo se diversificou em diversas denominações, cada uma com suas próprias tradições e interpretações. As principais divisões incluem o Catolicismo, o Protestantismo e a Ortodoxia. Apesar das diferenças, todas essas denominações compartilham as crenças fundamentais do Cristianismo.

O Cristianismo e a História

O Cristianismo teve um impacto profundo na história da humanidade. No Império Romano, os cristãos enfrentaram perseguições, mas a religião acabou se tornando a religião oficial do império. A Idade Média foi marcada pela dominação da Igreja Católica na Europa, enquanto a Reforma Protestante do século XVI levou à divisão do Cristianismo ocidental.

O Cristianismo no Mundo Contemporâneo

No mundo contemporâneo, o Cristianismo enfrenta desafios como o secularismo, o pluralismo religioso e as mudanças sociais. No entanto, a fé cristã continua a ser uma força poderosa, inspirando milhões de pessoas a buscar a justiça, a compaixão e a paz.

Plano de Aula 01:

Objetivo: Apresentar as principais características do Cristianismo, suas divisões e tradições, e explorar o impacto histórico e cultural dessa religião no mundo.

- Introdução (15 minutos):

Contextualizar o Cristianismo como uma das maiores religiões monoteístas e sua origem no Oriente Médio.

Breve introdução às três principais divisões: Catolicismo, Protestantismo e Ortodoxia.

- Desenvolvimento (30 minutos):

Apresentar os elementos centrais da fé cristã, como a Trindade, a salvação e os textos sagrados (Bíblia).

Discutir as tradições e rituais mais importantes, como o batismo, a Eucaristia, o Natal e a Páscoa.

Utilizar um mapa para mostrar a expansão do Cristianismo no mundo antigo e como ele se difundiu com o tempo.

- Atividade (15 minutos):

Dividir a turma em grupos e pedir que cada grupo pesquise sobre uma das divisões do Cristianismo.

Cada grupo apresentará brevemente as principais características de sua divisão para a turma.

- Conclusão (10 minutos):

Fazer uma roda de conversa sobre a importância de respeitar as tradições religiosas dos colegas.

Refletir sobre o impacto do Cristianismo na história e nas culturas ao redor do mundo.

Plano de Aula 02:

- Tema: Símbolos e Rituais do Cristianismo
- Objetivo: Identificar e compreender o significado dos principais símbolos e rituais cristãos e seu papel na vida dos fiéis.

- Conteúdos: Símbolos: Cruz, peixe, pão e vinho.

Rituais: Batismo, Eucaristia, orações e festividades como Natal e Páscoa.

- Atividade:

Introdução: Breve explicação sobre o simbolismo no Cristianismo e por que símbolos e rituais são importantes.

Jogo de Memória de Símbolos: Criar um jogo de memória com figuras de símbolos e rituais cristãos. Os alunos, em grupos, tentam combinar os pares de símbolos e rituais com suas descrições e significados.

- Reflexão: Após o jogo, cada grupo escolhe um símbolo ou ritual e prepara uma pequena apresentação explicando seu significado e como ele é praticado hoje.

- Discussão em Grupo: Conduzir uma discussão sobre como os símbolos e rituais ajudam a fortalecer a comunidade e a espiritualidade.

- Materiais: Cartões com imagens de símbolos e rituais, marcadores e cartolinas.

- Avaliação: Observação da participação no jogo e na apresentação sobre os símbolos e rituais.

REFERENCIA BIBLIOGRAFICA

CAIRNS, Earle E. Cristianismo através dos séculos: uma história da Igreja Cristã. 2. São Paulo: Vida Nova, 1999

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. Disponível em https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf Acesso em: 15 jan. 2025.



Islamismo

O Islamismo, uma das maiores religiões monoteístas do mundo, teve origem na Península Arábica no século VII d.C. Fundado por Maomé, que os muçulmanos consideram o último profeta enviado por Alá, o Islã se expandiu rapidamente por vastas regiões, moldando culturas e sociedades.

Os Fundamentos da Fé

A crença em um único Deus, Alá, é o alicerce do Islamismo. O Alcorão, o livro sagrado dos muçulmanos, é considerado a palavra de Deus revelada a Maomé. A Sunna, a tradição profética, complementa o Alcorão, fornecendo exemplos e orientações para a vida cotidiana dos fiéis.

Os cinco pilares do Islã são as obrigações fundamentais para todos os muçulmanos:

1. Shahada: A profissão de fé, declarando que não há outro Deus além de Alá e que Maomé é seu profeta.
2. Salat: A oração ritual, realizada cinco vezes ao dia em direção a Meca.
3. Zakat: A caridade obrigatória, destinada a ajudar os necessitados.
4. Sawm: O jejum durante o mês do Ramadã, um período de reflexão e purificação espiritual.
5. Hajj: A peregrinação a Meca, ao menos uma vez na vida, para aqueles que possuem condições físicas e financeiras.

A Sharia: Lei e Vida

A Sharia, a lei islâmica, engloba todos os aspectos da vida muçulmana, desde a ética e a moral até os aspectos jurídicos e sociais. Ela busca guiar os muçulmanos em todas as suas ações, buscando a justiça e a equidade. A Sharia é baseada no Alcorão, na Sunna e nos ensinamentos dos estudiosos islâmicos.

A Diversidade do Mundo Islâmico

Ao longo da história, o Islã se diversificou em diversas seitas e escolas de pensamento. As duas principais denominações são os sunitas e os xiitas, que diferem em relação à sucessão de Maomé e a interpretação de alguns aspectos da fé. Além disso, o sufismo, uma vertente mística do Islã, busca a união com Deus através de práticas espirituais e contemplativas.

O Islã e a História

O Islã desempenhou um papel fundamental na história, influenciando a ciência, a filosofia, a arte e a cultura. O Império Otomano, por exemplo, foi um dos maiores impérios da história e deixou um legado duradouro em diversas regiões.

O Islã no Mundo Contemporâneo

No mundo contemporâneo, o Islã enfrenta diversos desafios, como a islamofobia, o fundamentalismo e a modernização. Muçulmanos de diferentes partes do mundo buscam conciliar a tradição islâmica com os valores e as demandas da sociedade contemporânea. A busca por uma interpretação moderna e inclusiva do Islã é um tema central nos debates atuais.

Plano de Aula 01:

Objetivo: Compreender os pilares do Islamismo, seus rituais e práticas, e discutir a importância cultural e histórica da religião.

- Introdução (10 minutos): Introduzir o Islamismo e seu fundador, Maomé, e explicar o conceito de monoteísmo.

Apresentar o Alcorão como texto sagrado.

- Desenvolvimento (35 minutos):

Explicar os Cinco Pilares do Islã e sua importância para os praticantes.

Fazer uma apresentação breve de cada pilar: Shahada, Salah, Zakat, Sawm e Hajj.

Mostrar imagens de Meca, Medina e da Kaaba, explicando seu significado.

Discutir a celebração do Ramadã e seu significado espiritual.

- Atividade (15 minutos):

Pedir aos alunos que se dividam em grupos e criem um cartaz que represente um dos Cinco Pilares do Islã.

Os cartazes serão exibidos na sala de aula e os alunos poderão explicar a importância de cada um.

- Conclusão (10 minutos):

Debater como os princípios do Islã, como a caridade e o respeito ao próximo, são valores universais que todos podem entender e respeitar.

Reflexão sobre a importância de conhecer diferentes religiões para criar uma sociedade mais compreensiva e justa.

Plano de Aula 02:

- Tema: O Alcorão e a Vida de Maomé

- Objetivo: Compreender a importância do Alcorão como livro sagrado do Islã e aprender sobre a vida de Maomé como exemplo moral.

- Conteúdos:

A revelação do Alcorão e seu papel no Islamismo.

Eventos importantes da vida de Maomé.

- Atividade:

Introdução: Apresentação sobre o Alcorão, como ele foi revelado a Maomé e sua importância para os muçulmanos.

Linha do Tempo da Vida de Maomé: Dividir os alunos em grupos. Cada grupo escolhe uma fase importante da vida de Maomé e cria uma parte de uma linha do tempo com ilustrações, eventos e descrições.

Discussão: Refletir sobre os ensinamentos de Maomé e como eles influenciam a vida dos muçulmanos até hoje.

A Torá: Fonte de Sabedoria e Lei

A Torá, os cinco primeiros livros da Bíblia Hebraica, é considerada a palavra de Deus revelada a Moisés. Ela serve como guia espiritual, moral e legal para o povo judeu, contendo narrativas históricas, leis e ensinamentos proféticos. Além da Torá, os Profetas e os Escritos completam a Bíblia Hebraica, oferecendo uma visão mais ampla da história e da fé judaicas.

Crenças Fundamentais

1. **Monoteísmo:** A crença em um único Deus, criador de todas as coisas, é central no Judaísmo. Esse Deus é transcendente, onipotente e onisciente.
2. **Aliança:** A aliança estabelecida entre Deus e o povo de Israel é um dos pilares da fé judaica. Essa aliança implica em uma relação especial e em responsabilidades mútuas.
3. **Povo Escolhido:** Os judeus se consideram o povo escolhido por Deus para cumprir um propósito divino. Essa concepção, embora controversa, tem moldado a identidade judaica ao longo dos séculos.
4. **Vida após a morte:** Embora o Judaísmo não tenha uma doutrina detalhada sobre a vida após a morte, a crença na ressurreição dos mortos é importante para muitos judeus.

Práticas Religiosas

A vida religiosa judaica é rica em rituais e práticas que visam fortalecer a conexão com Deus e com a comunidade. Algumas das principais práticas incluem:

Oração: A oração é uma parte fundamental da vida judaica. As orações são realizadas em hebraico e podem ser individuais ou em grupo, nas sinagogas.

Estudo da Torá: O estudo da Torá é uma prática contínua e essencial para os judeus. Através do estudo, os judeus buscam uma compreensão mais profunda da fé e da tradição.

Shabat: O Shabat, o dia de descanso semanal, é um momento para se conectar com a família, a comunidade e Deus. É um dia dedicado à oração, ao estudo e à prática de atos de bondade.

Kashrut: As leis dietéticas judaicas, conhecidas como kashrut, determinam quais alimentos são considerados puros e podem ser consumidos.

Festivais: Os judeus celebram diversos feriados ao longo do ano, como o Pessach (Páscoa), Yom Kipur (Dia do Perdão) e Hanukkah. Cada feriado tem um significado especial e celebra eventos importantes da história judaica.

História e Diáspora

A história do povo judeu é marcada por períodos de prosperidade e perseguição. A diáspora, a dispersão do povo judeu por diversas partes do mundo, teve um impacto profundo na cultura e nas práticas judaicas. O antissemitismo, a hostilidade e a discriminação contra os judeus, tem sido um desafio constante ao longo da história.

O Judaísmo no Mundo Contemporâneo

O Judaísmo continua a ser uma religião vibrante e relevante no mundo contemporâneo. A criação do Estado de Israel em 1948 representou um marco histórico para o povo judeu, mas também trouxe novos desafios e debates. O Judaísmo se adapta às mudanças sociais e culturais, preservando ao mesmo tempo suas tradições e valores.

Plano de Aula 01:

Objetivo: Explorar as tradições, os textos sagrados e as principais festividades do Judaísmo, entendendo a contribuição histórica e cultural dessa religião.

- **Introdução (10 minutos):**

Introduzir o Judaísmo, destacando seu papel como a mais antiga das três religiões abraâmicas.

Breve explicação sobre a Torá e sua importância.

- Desenvolvimento (35 minutos):

Explicar o conceito de monoteísmo e as crenças centrais, como a Aliança entre Deus e o povo judeu.

Apresentar as principais festividades: Yom Kipur, Hanukkah, e Pessach.

Discutir os rituais e práticas, como o Shabat e as leis dietéticas (kashrut).

- Atividade (15 minutos):

Dividir a turma em grupos e atribuir a cada um a pesquisa sobre um símbolo ou uma festividade judaica.

Pedir que desenhem ou criem representações simbólicas do que aprenderam (como um candelabro da menorá para Hanukkah ou uma estrela de Davi) e compartilhem com a turma.

- Conclusão (10 minutos):

Reflexão sobre como o Judaísmo influenciou outras religiões e culturas.

Debater sobre a importância do respeito a diferentes formas de celebração religiosa.

Plano de Aula 02:

- Tema: Símbolos e Objetos Sagrados no Judaísmo

• Objetivo: Identificar e compreender o significado de símbolos e objetos importantes na tradição judaica e como são utilizados nas práticas religiosas.

- Conteúdos:

Símbolos: Estrela de Davi, Menorá.

Objetos Sagrados: Torá, Tefilin, Mezuzá.

- Atividades:

Introdução: Exposição breve sobre cada um dos símbolos e objetos, com ilustrações e descrições.

Exposição Interativa: Montar uma exposição interativa onde cada grupo de alunos escolhe um símbolo ou objeto sagrado e cria uma "mini exposição" com um cartaz e uma explicação. Eles também podem incluir perguntas para os outros grupos responderem.

Visita à Exposição: Cada grupo visita as "exposições" dos outros grupos e responde às perguntas, incentivando a troca de conhecimento.

Discussão: Reflexão final sobre o que aprenderam e como os símbolos e objetos representam aspectos importantes da vida e fé judaicas.

- Materiais: Cartolinas, marcadores, cola, imagens impressas.

- Avaliação: Participação na criação da exposição e na visita aos outros grupos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Silva, Elizabeth Marques da. **Não cozerás o cabrito no leite de sua mãe: uma análise teológica, cultural e nutricional**. Trabalho Final (Mestrado em Teologia) - Faculdade de Teologia (EST), Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, RS, 2015.

RELIGIÕES POLITEÍSTAS



Religião politeísta é uma forma de crença baseada na veneração de múltiplos deuses ou divindades, cada um com funções, atributos e poderes específicos. Essas divindades frequentemente representam forças da natureza, aspectos da existência humana ou ideias abstratas, como amor, justiça ou sabedoria. O politeísmo oferece explicações sobre a origem do mundo, os fenômenos naturais e o lugar dos humanos no cosmos, muitas vezes por meio de mitos e narrativas sagradas.

Cada deus possui seu papel dentro de um panteão, que é o conjunto estruturado de divindades, e a interação entre eles reflete valores, conflitos e aspectos culturais da sociedade que os cultua. Rituais, sacrifícios e festivais são comuns nessas religiões, servindo como meio de comunicação com os deuses. Exemplos históricos incluem as mitologias grega, romana, egípcia e nórdica, enquanto tradições contemporâneas, como o Hinduísmo, também mantêm práticas politeístas.

Já o Budismo é uma religião com várias tendências. Há quem a considere não-teísta, mas a religião considera que há deuses. Algumas vertentes cultuam

Buda, entretanto, não o concebem como único Deus. Assim, o Budismo considera a variedade de deuses.

O politeísmo destaca a diversidade e a pluralidade na forma como as sociedades compreendem o divino.



Hinduísmo

O Hinduísmo, com raízes profundas no antigo Vale do Indo, é uma das religiões mais antigas e complexas do mundo. Sem um fundador único ou um conjunto rígido de dogmas, o Hinduísmo é uma rica tapeçaria de crenças, práticas e filosofias que evoluíram ao longo de milênios. Essa diversidade é uma de suas marcas distintivas, permitindo que cada indivíduo encontre seu próprio caminho espiritual dentro dessa vasta tradição.

Os pilares do Hinduísmo

1. Karma e Reencarnação: A crença no karma, a lei da causa e efeito, e na reencarnação, o ciclo de nascimentos e renascimentos, é central no

Hinduísmo. As ações de uma pessoa moldam seu futuro, não apenas nesta vida, mas em todas as suas encarnações.

2. Dharma: O dharma representa o dever moral e social de cada indivíduo. É um conjunto de princípios e valores que guiam a conduta e a busca pela realização espiritual.
3. Moksha: A libertação final do ciclo de nascimentos e renascimentos é o objetivo supremo da vida espiritual hindu. A moksha é alcançada através da realização do dharma e da compreensão da natureza da realidade última.
4. Deuses e Deusas: O Hinduísmo é politeísta, com uma vasta panteão de deidades. Vishnu, o preservador, Shiva, o transformador, e Shakti, a energia divina, são algumas das divindades mais importantes. Cada deus representa diferentes aspectos da realidade e da experiência humana.

Práticas e Rituais

As práticas religiosas hindus são diversas e variam de acordo com as tradições e as regiões. Algumas das práticas mais comuns incluem:

Puja: Rituais de adoração aos deuses, realizados em casa ou em templos, envolvendo oferendas, mantras e orações.

Yoga: Uma disciplina que combina exercícios físicos, respiração e meditação, visando o bem-estar físico e espiritual.

Meditação: Prática fundamental para a concentração e a introspecção, permitindo o contato com o divino interior.

Festivais: O calendário hindu é repleto de festivais coloridos e vibrantes, como Diwali (Festival das Luzes), Holi (Festival das Cores) e Navratri.

O Hinduísmo na Cultura e na Sociedade

O Hinduísmo moldou a cultura, a sociedade e a filosofia da Índia por milênios. A arte, a literatura, a música e a dança hindus são profundamente influenciadas pelas crenças e práticas religiosas. O sistema de castas, embora

tenha sido objeto de críticas e reformas, continua sendo uma importante estrutura social em algumas partes da Índia.

O Hinduísmo no Mundo Contemporâneo

O Hinduísmo enfrenta desafios no mundo moderno, como a globalização, a secularização e a crescente diversidade religiosa. No entanto, a religião continua a ser uma força poderosa na vida de milhões de pessoas em todo o mundo. O Hinduísmo oferece um rico patrimônio espiritual e cultural, que continua a inspirar e guiar as pessoas em sua busca por significado e propósito na vida.

Plano de Aula 01

Objetivo: Compreender os conceitos centrais do Hinduísmo, sua diversidade de crenças e práticas, e discutir sua influência cultural e filosófica.

- **Introdução (10 minutos):**

Explicar a origem do Hinduísmo e sua diversidade.

Apresentar os textos sagrados: Vedas e Upanishads.

- **Desenvolvimento (35 minutos):**

Discutir conceitos importantes, como karma, dharma e reencarnação.

Explicar a importância do Moksha e como ele é o objetivo final do Hinduísmo.

Apresentar festivais como Diwali e Holi, explicando seu significado e práticas associadas.

- **Atividade (15 minutos):**

Pedir aos alunos para criarem uma representação dos principais deuses hindus (como Shiva, Vishnu e Sarasvati) e uma breve explicação sobre cada um.

Cada grupo apresentará sua representação e o papel do deus escolhido.

- Conclusão (10 minutos):

Roda de conversa sobre o impacto das crenças hindus na vida dos praticantes.

Discutir como a ideia de karma e reencarnação pode ser encontrada em outras culturas e religiões.

Plano de Aula 02:

- Tema: Deuses e Deusas do Hinduísmo

• Objetivo: Compreender a diversidade do panteão hindu e o papel de alguns dos principais deuses e deusas na cultura e espiritualidade.

- Conteúdos:

Principais divindades: Brahma, Vishnu, Shiva, Lakshmi, Saraswati, Ganesh.

Conceito de Trindade Hindu: Brahma, Vishnu e Shiva.

- Atividade:

Introdução: Explicação sobre a diversidade de deuses e deusas no Hinduísmo e o conceito de divindades representando aspectos da vida e da natureza.

Cartões de Personagens: Os alunos escolhem um deus ou deusa hindu, criam um cartão de personagem com uma breve biografia, seus atributos e uma ilustração.

Apresentação em Duplas: Cada aluno se apresenta como o deus ou deusa escolhido para um colega, explicando seu papel e simbolismo. Em seguida, eles trocam de parceiro para conhecer outras divindades.

- Conclusão: Reunião em círculo para discutir o que aprenderam sobre a pluralidade e o simbolismo no Hinduísmo.

- Materiais: Cartões, lápis de cor, papel e canetas.
- Avaliação: Criatividade e precisão na criação dos cartões de personagens e nas apresentações em duplas.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS:

Carvalho, Matheus Landau de. Tradições religiosas, filosofias e história: uma introdução ao Hinduísmo por Hillary Rodrigues. *Sacrilegens*, Juiz de Fora, v. 14, n. 2, p. 99-107, jul.-dez. 2017. Disponível em: <http://www.ufjf.br/sacrilegens/files/2018/03/14-2-8.pdf>. Acesso em 26/10/2024



Budismo

O Budismo, fundado por Siddhartha Gautama, o Buda, no século VI a.C., oferece um caminho para a libertação do sofrimento humano. Nascido na Índia, o Budismo se espalhou pela Ásia e influenciou profundamente a cultura e a

filosofia orientais. Seus ensinamentos, centrados nas Quatro Nobres Verdades e no Nobre Caminho Óctuplo, convidam à reflexão sobre a natureza da existência e à prática da compaixão e da sabedoria.

As Quatro Nobres Verdades são a base da doutrina budista: a vida é marcada pelo sofrimento (*dukkha*); o sofrimento tem uma causa, o apego (*tanha*); é possível cessar o sofrimento; e existe um caminho para essa cessação, o Nobre Caminho Óctuplo. Este último consiste em oito aspectos da vida que devem ser desenvolvidos: visão correta, pensamento correto, fala correta, ação correta, meio de vida correto, esforço correto, atenção plena e concentração.

A prática da meditação é central no Budismo, sendo um meio de cultivar a atenção plena, a concentração e a sabedoria. Através da meditação, o praticante desenvolve a capacidade de observar os pensamentos e as emoções sem julgamento, compreendendo a natureza impermanente e insatisfatória de todas as coisas.

Um conceito fundamental no Budismo é o **anatta**, ou a não-existência de um eu permanente e imutável. A ideia de que somos compostos por cinco agregados (forma, sensação, percepção, formações mentais e consciência) nos leva a questionar a natureza da identidade e a buscar a libertação do sofrimento causado pelo apego a um eu ilusório.

Ao longo da história, o Budismo se diversificou em diversas escolas, como o Theravada, Mahayana e Vajrayana, cada uma com suas próprias interpretações e práticas. O **Theravada** enfatiza a busca pela iluminação individual, enquanto o **Mahayana** enfatiza a compaixão e o desejo de ajudar todos os seres a alcançar a libertação. O **Vajrayana** incorpora práticas tântricas e rituais, visando uma rápida iluminação.

O Budismo estabelece uma profunda conexão com a natureza, valorizando a interdependência de todos os seres e a importância da preservação do meio ambiente. A prática da **compasão (metta)** é fundamental, incentivando os praticantes a cultivarem sentimentos de amor e bondade em relação a todos os seres sencientes.

O Budismo no mundo contemporâneo continua a oferecer insights relevantes para os desafios da vida moderna. A prática da mindfulness, derivada da meditação budista, tem sido amplamente adotada como uma ferramenta para reduzir o estresse e melhorar o bem-estar mental. Além disso, os ensinamentos budistas sobre a interconexão de todos os seres têm inspirado movimentos sociais e ambientais em todo o mundo.

Plano de Aula 01

Objetivo: Explorar os ensinamentos do Budismo, sua filosofia e rituais, e refletir sobre o impacto da prática meditativa.

- **Introdução (10 minutos):**

Apresentar a vida de Siddhartha Gautama e como ele se tornou Buda.

Introduzir o conceito das Quatro Nobres Verdades e o Caminho Óctuplo.

- **Desenvolvimento (35 minutos):**

Explicar os conceitos de sofrimento, desapego e meditação.

Discutir a prática da meditação e seus benefícios, mesmo para aqueles que não seguem a religião.

Apresentar festividades como o Vesak e Asalha Puja, além de discutir a Roda do Dharma.

- **Atividade (15 minutos):**

Realizar uma breve prática de meditação guiada com os alunos para que possam experimentar a prática de atenção plena.

Em seguida, pedir que compartilhem como se sentiram com a atividade e o que aprenderam com ela.

- Conclusão (10 minutos):

Reflexão sobre como os ensinamentos de Buda podem ser aplicados para promover paz interior e compaixão.

Conversar sobre a importância de compreender diferentes filosofias e perspectivas de vida para promover a paz e o respeito mútuo.

Plano de Aula 02:

- Tema: As Quatro Nobres Verdades e o Caminho Óctuplo
- Objetivo: Explorar as Quatro Nobres Verdades do Budismo e o Nobre Caminho Óctuplo como formas de alcançar o equilíbrio e a paz interior
- Conteúdos:

Explicação das Quatro Nobres Verdades e do Nobre Caminho Óctuplo.

A importância da meditação e da prática ética no Budismo.

- Atividade:

Introdução: Expor as Quatro Nobres Verdades e discutir o conceito de sofrimento e como ele pode ser superado.

Mapeamento do Caminho Óctuplo: Dividir a turma em grupos. Cada grupo pesquisa um aspecto do Caminho Óctuplo (por exemplo, "compreensão correta" ou "ação correta") e prepara uma pequena apresentação ou desenho que ilustre como ele pode ser aplicado na vida cotidiana.

Prática de Meditação: Orientar uma breve sessão de meditação, guiando os alunos para refletirem sobre um aspecto do Caminho Óctuplo que aprenderam.

- Materiais: Lousa, papel e materiais de desenho.
- Avaliação: A participação nas apresentações e na meditação.

REFERENCIA BIBLIOGRAFICA:

BUDA. A Doutrina de Buda. Tradução de Jorge Anzai. Revisão de Rev. Shinsho Sasaki e Prof. Dr. Ricardo Mario Gonçalves. São Paulo: Fundação para a Promoção do Budismo, 1990.

RELIGIÕES AFRO – BRASILEIRAS



As religiões afro-brasileiras são práticas religiosas que têm origem nas tradições africanas trazidas pelos povos escravizados ao Brasil, combinadas com elementos do catolicismo e, em alguns casos, de crenças indígenas. Elas valorizam a relação com a natureza, os ancestrais e as divindades, conhecidas como orixás, voduns ou inquices, que representam forças naturais e aspectos da vida humana.

Entre as principais religiões afro-brasileiras estão o Candomblé, que preserva rituais e ensinamentos das culturas africanas, e a Umbanda, que é um sincretismo entre influências africanas, espiritismo e cristianismo. Ambas promovem rituais com cantos, danças, oferendas e invocações de espíritos ou

entidades. Essas religiões são marcadas pela resistência cultural e pela contribuição à identidade brasileira, mesmo enfrentando preconceitos históricos.



Umbanda

A Umbanda, nascida no Brasil no início do século XX, é um caleidoscópio religioso que reflete a rica diversidade cultural do país. Surgida como uma resposta sincrética às necessidades espirituais e sociais de uma população em transformação, a Umbanda incorporou elementos de diversas tradições, como o catolicismo, o espiritismo kardecista, as religiões afro-brasileiras e as culturas indígenas.

Um encontro de mundos: A fundação da Umbanda é atribuída a Zélio Fernandino de Moraes, que em 1908, durante uma sessão mediúnica, estabeleceu contato com entidades espirituais que incorporavam características de diferentes culturas. Essa fusão de elementos deu origem a uma nova religião, marcada pela crença em um Deus supremo e na existência de diversos espíritos guias, como os Orixás, Caboclos, Pretos Velhos e Crianças.

Os pilares da Umbanda: A Umbanda se estrutura sobre pilares fundamentais:

1. **Sincretismo religioso:** A fusão de elementos de diversas tradições é uma marca registrada da Umbanda. Os Orixás, por exemplo, são associados a santos católicos, criando uma rica simbologia que conecta o sagrado africano com a cultura popular brasileira.
2. **Caridade e serviço:** A prática da caridade é um dos pilares da Umbanda. Os médiuns e os adeptos são incentivados a ajudar o próximo, através de trabalhos sociais, assistenciais e de cura.
3. **Evolução espiritual:** A Umbanda propõe uma visão otimista da vida após a morte e da evolução espiritual. Através da incorporação dos espíritos guias, os médiuns oferecem conselhos, orientação e cura aos consulentes, auxiliando-os em suas jornadas espirituais.
4. **Respeito à natureza:** A Umbanda estabelece uma profunda conexão com a natureza, valorizando os elementos naturais como a terra, o fogo, a água e o ar. Essa relação com a natureza se manifesta nos rituais, nas oferendas e na veneração de entidades ligadas aos elementos.

A gira: o coração da Umbanda: A gira é o ritual central da Umbanda, onde os médiuns incorporam os espíritos guias para atender aos consulentes. Durante a gira, são realizados cânticos, danças, oferendas e trabalhos de cura. A atmosfera da gira é marcada pela alegria, pela música e pela fé, proporcionando aos participantes uma experiência espiritual profunda.

A Umbanda na sociedade: A Umbanda desempenha um papel importante na sociedade brasileira, contribuindo para a construção da identidade nacional e para a promoção de valores como a igualdade, a justiça social e a tolerância religiosa. A religião tem sido um espaço de resistência e afirmação para as comunidades afro-brasileiras, oferecendo um sentido de pertencimento e valorizando suas raízes culturais.

Desafios e perspectivas: Ao longo de sua história, a Umbanda enfrentou diversos desafios, como o preconceito, a discriminação e a perseguição religiosa. No entanto, a religião continua a se fortalecer e a se adaptar às

mudanças sociais, demonstrando sua vitalidade e relevância para a sociedade contemporânea.

A Umbanda é mais do que uma religião, é uma expressão cultural que reflete a alma brasileira. Sua rica história, seus fundamentos espirituais e sua capacidade de adaptação a diferentes contextos sociais fazem da Umbanda um fenômeno único e fascinante.

Plano de Aula 1: Introdução à Umbanda

Objetivo:

Compreender a origem, os fundamentos e as práticas da Umbanda, promovendo a valorização da diversidade cultural e religiosa.

Objetivos Específicos:

1. História: Reconhecer a origem da Umbanda e como ela se desenvolveu no Brasil a partir de influências africanas, indígenas e spiritistas.
2. Práticas Religiosas: Identificar os rituais e práticas comuns na Umbanda, como a incorporação de entidades e as oferendas.
3. Cultura e Sociedade: Discutir o papel da Umbanda na sociedade brasileira e sua contribuição para a identidade cultural do país.
4. Respeito e Tolerância: Promover a reflexão sobre a importância do respeito às diferentes tradições religiosas.

Duração: 50 minutos

• Recursos:

Vídeo introdutório sobre Umbanda

Cartazes com informações sobre a religião

• Atividades:

Discussão Inicial (10 minutos):

Perguntar aos alunos o que sabem sobre a Umbanda, promovendo um ambiente de diálogo e escuta ativa. Anotar as respostas no quadro.

- Exibição do Vídeo (15 minutos):

Assistir a um vídeo que explique a origem e os principais aspectos da Umbanda. Destacar a mistura cultural que caracteriza a religião.

- Debate (10 minutos):

Realizar um debate sobre o que os alunos aprenderam, abordando o impacto social e cultural da Umbanda no Brasil e a importância do respeito às tradições religiosas.

- Produção de Cartazes (15 minutos):

Os alunos formarão grupos para criar cartazes com informações sobre a Umbanda, incluindo origem, práticas e rituais. Cada cartaz deve conter imagens e dados relevantes.

Plano de Aula 2: Práticas da Umbanda

Objetivo Geral: Explorar as práticas e rituais da Umbanda, incentivando o entendimento sobre espiritualidade e identidade cultural.

Objetivos Específicos:

1. **Rituais:** Descrever os principais rituais da Umbanda, como a gira, e entender seu significado espiritual.
2. **Entidades:** Conhecer as entidades que atuam na Umbanda e suas características.
3. **Integração Cultural:** Discutir como a Umbanda dialoga com outras tradições religiosas, promovendo a troca cultural.
4. **Reflexão Crítica:** Fomentar a reflexão sobre a espiritualidade e o significado de pertencimento a uma comunidade religiosa.

Duração: 50 minutos

• Recursos:

Materiais para produção de arte (papel, canetinhas, cola)

Música típica da Umbanda

• Atividades:

Abertura Musical (5 minutos):

Iniciar a aula com música típica da Umbanda, criando um ambiente respeitoso e inspirador.

• Discussão sobre Práticas (15 minutos):

Discutir os principais rituais da Umbanda, como a gira e as incorporações, relacionando essas práticas à espiritualidade e ao culto das entidades. Perguntar aos alunos como essas práticas se relacionam com a ideia de identidade cultural.

• Atividade de Criação (20 minutos):

Os alunos criarão um "livro de rituais" em grupos, descrevendo um ritual da Umbanda, seus significados e elementos envolvidos, utilizando colagens e desenhos.

• Apresentação (10 minutos):

Cada grupo apresentará seu ritual para a turma, promovendo um diálogo sobre o significado de cada elemento e sua relação com a comunidade.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Araújo, Alessandro dos Santos. **Umbanda: patrimônio cultural imaterial da Cidade do Rio de Janeiro – ensino de História, formação de professores e combate ao racismo religioso**. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de

Janeiro, Seropédica, 2020. Disponível em <https://tede.ufrj.br/jspui/bitstream/jspui/5845/2/2020%20-%20Alessandro%20dos%20Santos%20Araujo.pdf>

SILVA, Vagner Gonçalves da. **Candomblé e umbanda: caminhos da devoção brasileira**. . São Paulo: Ática. . Acesso em: 26 out. 2024.



Candomblé

Trazido para o Brasil pelos povos africanos escravizados, principalmente iorubás, jejes e bantus, o Candomblé é uma rica expressão cultural que preserva e adapta as tradições religiosas de seus ancestrais. Sob a pressão da colonização e da imposição do catolicismo, os africanos desenvolveram um complexo sistema de sincretismo religioso, associando os Orixás, suas divindades, a santos católicos para disfarçar suas práticas e escapar da perseguição.

Os rituais do Candomblé são experiências místicas que celebram a vida, a natureza e os ancestrais. Cada Orixá, como Xangô, Iansã, Oxum e Ogum,

possui características e domínios específicos, representados por cores, animais e elementos naturais. As cerimônias, realizadas em terreiros, envolvem cantos, danças, oferendas e a comunicação com os Orixás através dos médiuns. A iniciação, um processo de transformação espiritual, marca a entrada do indivíduo no universo religioso do Candomblé.

Ao longo da história, o Candomblé desempenhou um papel fundamental na resistência cultural dos povos africanos no Brasil. A religião serviu como um espaço de preservação da identidade, da memória e dos valores ancestrais, fortalecendo os laços comunitários e oferecendo conforto espiritual em um contexto de opressão.

O Candomblé contribuiu significativamente para a formação da cultura brasileira, influenciando a música, a dança, a culinária e a linguagem popular. A capoeira, por exemplo, possui fortes raízes no Candomblé, assim como diversas manifestações artísticas e culturais presentes em diferentes regiões do país.

Plano de Aula 1: Introdução ao Candomblé

Objetivo Geral:

Compreender a origem e os fundamentos do Candomblé, promovendo a valorização da cultura afro-brasileira.

Objetivos Específicos:

1. História: Identificar a origem do Candomblé e as influências africanas que moldaram suas práticas e crenças.
2. Fundamentos: Reconhecer os fundamentos religiosos, como a adoração aos Orixás e os rituais que cercam essas entidades.
3. Cultura: Analisar a importância do Candomblé como um elemento cultural e social na construção da identidade brasileira.
4. Respeito à Diversidade: Promover a reflexão sobre o respeito às diversas tradições religiosas e a luta contra a intolerância religiosa.

- Duração: 50 minutos

- Recursos:

Vídeo sobre a história do Candomblé

Cartazes com símbolos e Orixás

- Atividades:

Introdução (10 minutos):

Conversar com os alunos sobre o que eles conhecem do Candomblé e anotar as respostas no quadro. Criar um espaço de troca e aprendizado.

- Exibição do Vídeo (15 minutos):

Assistir a um vídeo que apresenta a origem e os fundamentos do Candomblé, destacando a importância da ancestralidade.

- Discussão em Grupo (15 minutos):

Dividir os alunos em grupos e pedir que discutam os principais pontos do vídeo, incluindo a importância dos Orixás e suas representações.

- Criação de Cartazes (10 minutos):

Cada grupo criará um cartaz com um Orixá específico, destacando suas características, símbolos e a relação com a cultura afro-brasileira.

Plano de Aula 2: Rituais e Festividades do Candomblé

Objetivo Geral:

Explorar os rituais e festividades do Candomblé, incentivando a reflexão sobre a espiritualidade e a identidade cultural.

Objetivos Específicos:

1. Rituais: Descrever os principais rituais do Candomblé, como a cerimônia de iniciação e as festividades.

2. Importância Cultural: Discutir o papel dos rituais na vida da comunidade e sua função social.

3. Diálogo Intercultural: Analisar como o Candomblé dialoga com outras tradições religiosas, promovendo a diversidade cultural.

4. Reflexão Crítica: Fomentar a reflexão sobre a identidade cultural e o respeito às tradições religiosas.

- Duração: 50 minutos

- Recursos:

Música do Candomblé

Materiais para criação de arte (papel, canetinhas)

- Atividades:

Abertura Musical (5 minutos):

Ouvir música do Candomblé e conversar sobre a importância da música nos rituais e na celebração das festas.

- Discussão sobre Rituais (15 minutos):

Discutir os principais rituais do Candomblé, como a cerimônia de iniciação e a festa de Iemanjá, destacando sua relação com a identidade cultural e social da comunidade.

- Criação de Arte (20 minutos):

Os alunos criarão representações artísticas de um ritual ou festividade do Candomblé, incluindo elementos naturais e simbólicos.

- Apresentação das Artes (10 minutos):

Cada aluno ou grupo apresentará sua arte e explicará seu significado, promovendo um espaço de diálogo e aprendizado coletivo.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

Silva, Vagner Gonçalves da. Candomblé e umbanda: caminhos da devoção brasileira. . São Paulo: Ática. . Acesso em: 26 out. 2024. , 2000

Azevedo, Clara. A presença das religiões afro-brasileiras no cotidiano da cultura nacional. 2001, Anais.. São Paulo: Pró-Reitoria de Pesquisa da USP, 2001. . Acesso em: 26 out. 2024.



Espiritismo

O Espiritismo surgiu como um movimento filosófico, científico e religioso no século XIX, na França, por meio de Allan Kardec (pseudônimo de Hippolyte Léon Denizard Rivail). Inspirado por fenômenos mediúnicos que se tornaram populares na Europa e nos Estados Unidos, Kardec realizou estudos sistemáticos e codificou os ensinamentos transmitidos por espíritos comunicantes, publicando em 1857 *O Livro dos Espíritos*, obra que marca o início da doutrina espírita.

Embora tenha surgido na Europa, o Brasil é hoje o país com o maior número de espíritas no mundo, reunindo milhões de adeptos que difundem e praticam a doutrina em uma ampla rede de centros espíritas, instituições de assistência social e iniciativas educacionais.

Allan Kardec estruturou o Espiritismo em três aspectos interdependentes:

1. Filosófico: Reflete sobre a origem, a natureza e o destino do espírito, buscando compreender a relação entre o mundo material e espiritual.
2. Científico: Analisa fenômenos mediúnicos de forma sistemática, buscando comprovar a existência do espírito e sua interação com o mundo físico.
3. Religioso: Propõe a prática da ética e da moral como meio de evolução espiritual, inspirado pelos ensinamentos de Jesus Cristo.

O Espiritismo ensina que a vida é regida pela lei de causa e efeito, onde cada ação tem uma consequência, e pela reencarnação, que permite ao espírito evoluir moralmente. Sua ética é baseada na prática do bem, no respeito às diferenças e na busca pela fraternidade.

Plano de Aula 1: Introdução ao Espiritismo

Objetivo Geral:

Compreender a história e os princípios do Espiritismo, promovendo o respeito às diversas crenças e a importância da ética.

Objetivos Específicos:

1. História: Reconhecer a história do Espiritismo e sua fundação por Allan Kardec.
2. Princípios: Identificar os princípios do Espiritismo, como reencarnação, evolução espiritual e a moralidade.
3. Impacto Social: Analisar o impacto do Espiritismo na sociedade brasileira, especialmente em relação ao trabalho social.
4. Respeito às Crenças: Fomentar a reflexão sobre a importância do respeito às diferentes crenças e a diversidade religiosa.

- Duração: 50 minutos

- Recursos:

Trechos de livros de Allan Kardec

Cartazes informativos

- Atividades:

Discussão Inicial (10 minutos):

Perguntar aos alunos o que eles sabem sobre o Espiritismo e anotar as respostas no quadro, criando um ambiente de troca.

- Leitura de Trechos (15 minutos):

Ler em voz alta trechos selecionados de livros de Kardec, discutindo o que esses trechos significam e como se relacionam com a vida cotidiana.

- Debate (15 minutos):

Promover um debate sobre as principais crenças do Espiritismo, como reencarnação e evolução espiritual, e sua relevância no mundo atual.

- Produção de Cartazes (10 minutos):

Em grupos, os alunos criarão cartazes sobre os princípios do Espiritismo, abordando cada um com exemplos e ilustrações.

Plano de Aula 2: Práticas do Espiritismo

Objetivo Geral: Explorar as práticas e a filosofia do Espiritismo, incentivando a reflexão sobre ética e moral.

Objetivos Específicos:

1. Reuniões Espíritas: Compreender como funcionam as reuniões espíritas e a importância da mediunidade.
2. Ensino Moral: Discutir a relação entre o Espiritismo e a moralidade, e como essas ideias se refletem nas ações cotidianas.
3. Contribuição Social: Analisar o trabalho social promovido pelas casas espíritas e sua contribuição para a sociedade.
4. Ética e Cidadania: Fomentar a reflexão sobre a ética e a cidadania à luz dos princípios espíritas.

Duração: 50 minutos

- Recursos:

Vídeos sobre reuniões espíritas

Materiais para arte

- Atividades:

Exibição de Vídeo (10 minutos):

Assistir a um vídeo que mostra como ocorrem as reuniões espíritas e a prática da mediunidade.

Discussão sobre Ética (15 minutos):

Conversar sobre como os princípios espíritas se relacionam com a ética e a moral, promovendo uma discussão sobre ações cotidianas e responsabilidade social.

Atividade de Criação (20 minutos):

Os alunos criarão um mural que represente os princípios do Espiritismo, incluindo frases e imagens que capturem a essência da ética espírita.

- Reflexão Final (5 minutos):

Pedir aos alunos que compartilhem suas reflexões sobre o que aprenderam e como isso pode impactar suas vidas.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

Conceição, P. (2023). As almas da nação: O espiritismo, a geração de 1870 e as “questões sociais” na passagem do Império para a República no Brasil. *Em Tese*, 20(1), 9-30. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/94126>



Religiões Indígenas Brasileiras

A rica diversidade cultural do Brasil encontra suas raízes mais profundas nas tradições religiosas dos povos indígenas. Cada etnia, com sua história única e cosmovisão particular, desenvolveu um sistema de crenças e práticas que estabelece uma profunda conexão com a natureza e com o mundo espiritual.

A natureza como templo sagrado: Para os povos indígenas, a natureza não é apenas um cenário, mas um ser vivo com o qual se estabelece um diálogo

constante. Florestas, rios, montanhas e outros elementos naturais são considerados sagrados e habitados por espíritos ancestrais e entidades divinas. Essa visão de mundo permeia todos os aspectos da vida indígena, desde a coleta de alimentos até os rituais de passagem.

Rituais e práticas sagradas: Os rituais desempenham um papel central na vida religiosa indígena, servindo para fortalecer os laços comunitários, curar doenças, agradecer aos espíritos e celebrar os ciclos da natureza. Os pajés, líderes espirituais com profundos conhecimentos sobre as plantas medicinais, os cantos sagrados e os mistérios do universo, são responsáveis por conduzir esses rituais. Através deles, os indígenas se comunicam com o mundo espiritual, buscando orientação e proteção.

A importância da oralidade: A tradição oral é fundamental para a transmissão dos conhecimentos sagrados de geração em geração. Mitos, lendas e histórias são contados em cerimônias e encontros comunitários, preservando a memória ancestral e fortalecendo a identidade cultural.

Desafios e resistência: Ao longo da história, os povos indígenas enfrentaram diversos desafios, como a colonização, a escravização e a perda de seus territórios. Essas experiências tiveram um profundo impacto em suas tradições religiosas, levando à perda de conhecimentos e à perseguição de suas práticas. No entanto, os povos indígenas têm demonstrado uma incrível capacidade de resistência e adaptação, preservando suas crenças e costumes mesmo diante das adversidades.

A importância de reconhecer e valorizar as religiões indígenas: O reconhecimento e a valorização das religiões indígenas são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ao respeitar as diferentes cosmovisões e práticas religiosas, contribuímos para a promoção da diversidade cultural e para a preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Contribuições para a sociedade contemporânea: As religiões indígenas oferecem importantes ensinamentos para a sociedade contemporânea, como a importância da sustentabilidade, a valorização da vida comunitária e o respeito pela natureza. Ao aprender com os conhecimentos tradicionais dos povos

indígenas, podemos construir um futuro mais harmonioso e equilibrado com o meio ambiente.

As religiões indígenas brasileiras são um tesouro cultural que nos conecta com as origens da humanidade e nos oferece uma visão de mundo alternativa, baseada no respeito à natureza e à comunidade. A preservação dessas tradições é essencial para garantir a diversidade cultural do Brasil e para construir um futuro mais justo e sustentável.

Plano de Aula 1: Introdução às Religiões Indígenas

Plano de Aula 1: Introdução às Religiões Indígenas

Objetivo: Compreender a diversidade e os princípios das religiões indígenas brasileiras.

Duração: 50 minutos

• Recursos:

Vídeo sobre religiões indígenas

Materiais para escrita (papel, canetas)

• Atividades:

1. Introdução (10 minutos):

Perguntar aos alunos o que eles sabem sobre as religiões indígenas e anotar as respostas.

2. Exibição do Vídeo (15 minutos):

Assistir a um vídeo que apresente a diversidade das religiões indígenas no Brasil.

3. Discussão em Grupo (15 minutos):

Dividir os alunos em grupos para discutir o que aprenderam e como a natureza influencia as crenças indígenas.

4. Produção de Textos (10 minutos):

Cada aluno escreverá um pequeno texto sobre uma crença ou prática indígena que achou interessante.

Plano de Aula 2: Práticas e Crenças Indígenas

Objetivo: Explorar as práticas e crenças das religiões indígenas.

- Duração: 50 minutos

- Recursos:

Materiais para arte (papel, canetinhas)

Exemplos de rituais indígenas

- Atividades:

Discussão Inicial (10 minutos):

Conversar sobre rituais indígenas, como cerimônias de cura e celebrações.

Apresentação de Exemplos (15 minutos):

Apresentar exemplos de rituais e suas significâncias, destacando a relação com a natureza.

Atividade Artística (20 minutos):

Os alunos criarão representações artísticas de um ritual indígena, incluindo elementos naturais.

Apresentação das Artes (5 minutos):

Cada aluno ou grupo apresentará sua arte e explicará seu significado.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

Laraia, R. B. As religiões indígenas: o caso tupi-guarani. Revista USP, São Paulo, n. 67, p. 6-13, set./nov. 2005.

MOTA, Clarice Novaes da. RELIGIOSIDADE INDIGENA NAS AMÉRICAS. PARALELLUS Revista de Estudos de Religião - UNICAP, Recife, PE, Brasil, v. 11, n. 26, p. 029–044, 2020. DOI: 10.25247/paralellus.2020.v11n26.p029-044. Disponível em: <https://www1.unicap.br/ojs/index.php/paralellus/article/view/1630..> Acesso em: 26 out. 2024.



Temas Transversais para Discussão em Grupo:

A Integração dos Temas Transversais no Estudo das Religiões:

O estudo das religiões por meio de temas transversais oferece uma oportunidade única para compreender como as tradições religiosas interagem com questões históricas, sociais e culturais. Esses temas conectam elementos importantes da experiência humana, permitindo um debate mais rico e uma

reflexão mais ampla. Ao explorar o papel das mulheres, a relação entre religião e política, o diálogo inter-religioso, o fundamentalismo religioso e a interação entre religião e ciência, podemos construir uma linha de pensamento que destaca as interconexões entre esses aspectos.

- a) **O Papel das Mulheres nas Religiões:** As mulheres desempenharam papéis significativos nas religiões ao longo da história, mas suas posições variaram amplamente dependendo do contexto cultural, político e religioso. Em muitas tradições, as mulheres foram relegadas a papéis secundários, enquanto em outras, como em algumas práticas espirituais indígenas e em religiões contemporâneas, elas assumiram posições de liderança. Analisar essas mudanças nos permite entender como a luta por igualdade de gênero também influencia e é influenciada pelas crenças religiosas. Essa reflexão é essencial para conectar o debate sobre o papel das mulheres à evolução das tradições religiosas e às demandas sociais contemporâneas por igualdade e inclusão.

- b) **A Relação entre Religião e Política:** A análise do papel das mulheres leva naturalmente à questão da relação entre religião e política, uma vez que decisões políticas muitas vezes moldaram as posições religiosas sobre gênero. Historicamente, a religião serviu tanto para legitimar poderes políticos quanto para resistir a eles, como nos movimentos de libertação que se apoiaram na espiritualidade. No contexto contemporâneo, vemos essa relação em debates sobre direitos civis, educação religiosa e políticas públicas. Estudar como religião e política interagem ajuda a compreender o impacto dessa relação na construção de leis, na proteção da diversidade religiosa e nos desafios da laicidade.

- c) **O Diálogo Inter-religioso:** A necessidade de harmonia entre religião e política é reforçada pelo diálogo inter-religioso, que promove a convivência pacífica e o respeito mútuo entre diferentes crenças. Este diálogo é fundamental em sociedades pluralistas, onde a diversidade

religiosa é um fato. A construção de pontes entre religiões ajuda a superar preconceitos e conflitos, criando espaços para a cooperação em questões globais como a justiça social, a sustentabilidade e os direitos humanos. Ao mesmo tempo, o diálogo inter-religioso oferece um contraponto ao sectarismo e ao isolamento religioso, incentivando a abertura e o entendimento.

- d) **O Fundamentalismo Religioso:** A ausência de diálogo frequentemente resulta em extremismos, como o fundamentalismo religioso, que é caracterizado pela intolerância e pela rejeição à diversidade. Analisar as causas desse fenômeno nos ajuda a entender como o medo da mudança, as crises de identidade e as desigualdades sociais podem alimentar posturas radicais. Contrapondo-se ao fundamentalismo, o diálogo inter-religioso e a educação sobre religiões oferecem ferramentas para promover a tolerância e combater a exclusão. Além disso, a compreensão crítica do fundamentalismo possibilita ações que busquem equilíbrio entre o respeito às tradições e a adaptação às realidades do mundo moderno.
- e) **A Relação entre Religião e Ciência:** Por fim, a reflexão sobre o fundamentalismo nos leva ao debate entre religião e ciência, frequentemente visto como uma tensão entre fé e razão. No entanto, a história mostra que religião e ciência também coexistiram de forma produtiva, especialmente em momentos de busca por respostas às grandes questões humanas. Este tema é crucial para entender como ambos os campos podem dialogar, contribuindo para a ética, o desenvolvimento sustentável e a solução de dilemas contemporâneos, como a bioética, as mudanças climáticas e os avanços tecnológicos.

Esses temas não são isolados, mas sim profundamente interconectados. O papel das mulheres nas religiões é influenciado pela relação entre religião e política, que por sua vez, molda o diálogo inter-religioso. A ausência de diálogo

pode gerar fundamentalismo, enquanto a ciência e a religião oferecem caminhos complementares para abordar os desafios éticos e sociais da humanidade.

Ao explorar essas interconexões, é possível construir uma visão mais ampla sobre a influência das religiões na história e na sociedade contemporânea, promovendo o respeito, o pensamento crítico e o diálogo. Essa abordagem integrada permite que os estudantes entendam a importância de reconhecer as diferenças e trabalhar em conjunto para construir uma convivência mais justa e pacífica, baseada na compreensão mútua e no aprendizado constante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos este manual com a sincera esperança de que ele se torne um recurso indispensável na prática docente, auxiliando os professores de História a abordar a temática das religiões com profundidade, sensibilidade e criatividade. Nosso objetivo é proporcionar subsídios para que o ensino da história das religiões vá além da simples transmissão de informações, transformando-se em uma experiência enriquecedora e significativa tanto para os professores quanto para os alunos.

Este material foi pensado para inspirar o planejamento de aulas que não apenas dialoguem com os desafios do presente, mas também ajudem a construir pontes entre o passado e o futuro. Ao trabalhar com temas como o papel das religiões na formação das identidades culturais, os processos históricos de intolerância e os movimentos sociais inspirados por crenças, os professores têm a oportunidade de formar cidadãos críticos, engajados e respeitosos. Alunos que entendem a diversidade como uma riqueza e que estão preparados para viver de maneira ética e inclusiva em uma sociedade pluralista.

Esperamos que este manual funcione como um parceiro na nobre missão de ensinar história com responsabilidade social e compromisso com a verdade

histórica. Que ele ajude os professores a contextualizar as influências das religiões na história da humanidade, promovendo o respeito pela diversidade cultural e religiosa, ao mesmo tempo em que incentiva reflexões sobre o impacto dessas crenças no mundo contemporâneo.

A compreensão das religiões é mais do que um exercício acadêmico; é uma ferramenta essencial para o entendimento das relações humanas, dos valores que moldaram as sociedades e das forças que continuam a influenciar nosso cotidiano. Ensinar história com essa perspectiva é, em essência, ajudar a construir um futuro mais inclusivo, harmonioso e justo.

Desejamos que este manual inspire e capacite os professores a transformar suas aulas em espaços de diálogo, aprendizado e respeito. Que ele ajude a iluminar caminhos, a fortalecer práticas pedagógicas e a enriquecer o processo educacional. Que suas aulas sejam verdadeiros instrumentos de transformação, ajudando a formar uma geração capaz de compreender a complexidade do mundo e de contribuir para uma sociedade mais tolerante e respeitosa.

Por fim, reafirmamos nosso compromisso com a educação como um agente transformador. Que este manual seja um guia confiável em sua jornada, oferecendo ferramentas, ideias e inspirações para fazer do ensino da história um caminho para a construção de um mundo melhor. Sucesso em sua missão, e que seu trabalho continue a iluminar mentes e transformar vidas!

Greicy Kelly Silva Veloso

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SILVA, José Carlos da. **O Currículo e o Ensino Religioso na BNCC**: reflexões e perspectivas. Revista Pedagógica Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/4441>

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria da Educação, 2017

PERNAMBUCO. **Parâmetros Curriculares para o Ensino Fundamental**. Disponível no site: <https://portal.educacao.pe.gov.br/ensino-fundamental-anos-finais/> Acesso em: 14 mar 2024

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez, 2004.